



Scientia Canonica

ARTIGOS

Crescita della vita consacrata in autenticità come sfida ad un mondo secolarizzato
GIANFRANCO CARD. GHIRLANDA S.J.

Progressi e sfide nell'ambito del diritto processuale canonico
LUIGI SABBARESE

Progrès et défis dans le domaine du droit pénal canonique
ALPHONSE BORRAS

PRONUNCIAMENTO DO PAPA

Discurso do Papa Francisco a uma delegação de advogados dos países
membros do Conselho da Europa (21 de agosto de 2023)
PAPA FRANCISCO

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DA ROTA ROMANA

Sentença definitiva por grave defeito de juízo e por simulação total (7 de
novembro de 2023)
CORAM R.P.D. PHILIPPO HEREDIA ESTEBAN, PONENTE

Comentário à sentença de Mons. Felipe Heredia Esteban de 7 de novembro de 2023
VINCENZO FASANO

Scientia Canonica

Revista Científica do Instituto Superior
de Direito Canônico Santa Catarina

Revista online
www.scientiacanonica.org

Scientia Canonica: revista científica do Instituto de Direito Canônico de Santa Catarina / Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina - v. 6, n. 12/2023 (jul./dez. 2023) - Florianópolis: ISDCSC, 2023.

146 p.

Semestral

ISSN 2595-1157 – versão impressa

ISSN 2595-1165 – versão online

1. Direito Canônico. 2. Direito Canônico – Periódicos. 3. Teologia.

I. Instituto Superior de Direito Canônico. II. Título.

Doris: 343 – 4. ed.rev. e atual.

Ficha catalográfica elaborada por Sandra Haendchen CRB-9/1016

O Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina permuta a Revista *Scientia Canonica* por revistas de instituições acadêmicas.

The Superior Institute of Canon Law Santa Catarina exchanges the Revista *Scientia Canonica* for journals of academic institutions.

Sumário / Contents

<i>Vincenzo Fasano</i>	
Editorial / <i>Português</i>	9
Editoriale / <i>Italiano</i>	12
Editorial / <i>English</i>	15

ARTIGOS

<i>Gianfranco Card. Ghirlanda S.J.</i>	
Crescita della vita consacrata in autenticità come sfida ad un mondo secolarizzato.....	19
<i>The growth of consecrated life in authenticity: a challenge to a secularized world</i>	

<i>Luigi Sabbarese</i>	
Progressi e sfide nell'ambito del diritto processuale canonico.....	53
<i>Progress and challenges in canonical procedural law</i>	

<i>Alphonse Borras</i>	
Progrès et défis dans le domaine du droit pénal canonique.....	88
<i>Advances and challenges in the field of canonical penal law</i>	

PRONUNCIAMENTOS DO PAPA

<i>Papa Francisco</i>	
Discurso do Papa Francisco a uma delegação de advogados dos países membros do Conselho da Europa (21 de agosto de 2023).....	105
<i>Address of His Holiness Pope Francis to a Delegation of Lawyers from Council of Europe Member Countries (21 august 2023)</i>	

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DA ROTA ROMANA

Coram R.P.D. Philippo Heredia Esteban, Ponente

Sentença definitiva por grave defeito de juízo e por simulação total (7 de novembro de 2023).....109

Final sentence due to serious defect of judgment and total simulation (November 7, 2023)

Vincenzo Fasano

Comentário à sentença de Mons. Felipe Heredia Esteban de 7 de novembro de 2023.....127

Commentary on the sentence of Mons. Felipe Heredia Esteban, November 7, 2023

Política Editorial 141

Editorial Policy

**INSTITUTO SUPERIOR DE DIREITO CANÔNICO
SANTA CATARINA
AGREGADO À PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
LATERANENSE**



AUTORIDADES ACADÊMICAS

Moderador

Sua Excelência Reverendíssima Dom Wilson Tadeu Jönck, SCJ
Arcebispo Metropolitano de Florianópolis (SC)

Diretor

Prof. Dr. Pe. Tarcísio Pedro Vieira

Secretário-Geral e Ecônomo

Prof. Dr. Pe. Valdinei de Jesus Ribeiro, CMF

Secretária Executiva e Responsável pela Biblioteca

Sr^a Katya Souza

Endereço

Rua Hermann Blumenau, 102 - Centro
CEP: 88020-020 - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
Fone: +55 (48) 99151-8514
www.isdcsc.org.br
E-mail: revista@isdcsc.org.br

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável / Editorial Team

Prof. Dr. Vincenzo Fasano

Conselho Fundador / Founding Council

Prof. Dr. Dom Denilson Geraldo, SAC

Prof. Dr. Pe. Tarcísio Pedro Vieira

Prof. Dr. Pe. Valdinei de Jesus Ribeiro, CMF

Conselho Editorial / Publish Committe

Dom Sérgio de Deus Borges

- Bispo Diocesano de Foz do Iguaçu, Brasil.

Dom Rogério Augusto das Neves

- Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, Brasil.

Mons. Jair Ferreira Pena

- Auditor Prelado do Tribunal Apostólico da Rota Romana.

Mons. Saturnino da Costa Gomes

- Auditor Prelado do Tribunal Apostólico da Rota Romana.

Prof. Dr. Pe. Damián Guillermo Astigueta, SJ

- Pontificia Università Gregoriana, Itália.

Prof. Dr. Vincenzo Fasano

- Pontificia Università S. Tommaso D'Aquino in Urbe, Itália.

Prof. Dr. Pe. Frederico Martins e Silva

- ISDCSC (Florianópolis), Brasil.

Prof. Dr. Frei Moacyr Malaquias Junior, OFM

- ISDCSC (Florianópolis), Brasil

Prof. Dr. Raphael Novaresi Leopoldo

- ISDCSC e FACASC (Florianópolis), Brasil.

Prof^a. Dr^a Anna Sammassimo

- Università degli Studi di Padova, Itália.

Dr. Pe. Guilherme Sanches Melo

- Adido de Nunciatura.

Assistentes / Assistants

- Prof. Dr. Raphael Novaresi Leopoldo

- Esp. Sandra Pereira e Oliveira (revisora textual)

Informações Gerais / General Information

Periodicidade: semestral

Número de páginas: 146 páginas

Os trabalhos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade dos seus autores, não refletindo necessariamente a opinião do Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina e do Conselho Editorial.

Editorial

Com a publicação deste novo fascículo, nossa revista renova seu compromisso a serviço da reflexão canônica, jurídica e pastoral, em um tempo marcado por desafios complexos, que interpelam a estrutura da Igreja, o exercício da autoridade e o acesso à justiça eclesial. No segundo semestre de 2023, a vida da Igreja universal foi particularmente marcada pela Primeira Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos (4 a 29 de outubro de 2023), dedicada ao tema *Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão*. Nesse contexto de discernimento e conversão eclesial, temas como a autoridade, a responsabilidade pastoral, a transparência e a proximidade com os fiéis - inclusive no âmbito jurídico - receberam atenção renovada. Este fascículo busca oferecer uma contribuição a esse caminho sinodal, aprofundando alguns pontos fundamentais da vida canônica da Igreja, com especial atenção à relação entre instituições, pessoas e justiça.

O número se abre com uma contribuição do Cardeal Gianfranco Ghirlanda, S.J., que propõe uma releitura teológica da vida consagrada no contexto cultural da secularização. O texto não se limita a descrever os desafios impostos por essa realidade, mas destaca o significado eclesial e institucional da vida consagrada, compreendida como expressão radical da liberdade cristã e como sinal profético na Igreja e no mundo. Essa reflexão, simultaneamente teológica e canônica, evoca, ainda que de forma implícita, o papel das instituições eclesiais na custódia e valorização dos carismas na comunhão.

Em continuidade com essa perspectiva, o artigo do Prof. Luigi Sabbarese concentra-se nos avanços e desafios do direito processual canônico, com especial referência aos processos de nulidade matrimonial. A temática do discernimento, que no artigo anterior dizia respeito à vocação à vida consagrada, é aqui declinada como exigência institucional da Igreja na análise das causas matrimoniais. Ressalta o autor como a

justiça canônica jamais pode reduzir-se a um mero formalismo procedimental, devendo expressar uma genuína pastoralidade judiciária, que proteja os direitos das pessoas e favoreça a descoberta da verdade sobre o vínculo conjugal. A ênfase no papel do bispo como primeiro juiz e garante da justiça remete a uma Igreja sinodal, na qual a proximidade não exclui a competência, e onde a estrutura jurídica se torna espaço de exercício responsável da missão pastoral.

A reflexão do Prof. Alphonse Borras, por sua vez, sobre a reforma do Livro VI do Código de Direito Canônico, completa o quadro delineado pelos artigos anteriores, aprofundando o tema da dimensão penal do governo eclesial. Se a vida consagrada constitui uma forma de radicalidade evangélica, e a justiça matrimonial como um espaço de discernimento comunitário, o direito penal canônico se apresenta hoje como instrumento indispensável para a salvaguarda da ordem eclesial, a proteção das vítimas e a credibilidade da autoridade. O sistema sancionador reformado, estruturado com base na Constituição Apostólica *Pascite Gregem Dei*, recorda aos pastores e superiores religiosos sua responsabilidade primeira no exercício da *potestas*, em vista da justiça, da correção e da comunhão.

Como confirmação da atualidade dessas reflexões, publicamos, na íntegra, o Discurso do Papa Francisco aos Advogados dos países membros do Conselho da Europa (21 de agosto de 2023), no qual o Pontífice reafirma, com vigor, a centralidade da pessoa humana, a defesa dos direitos fundamentais e o valor inalienável do Estado de Direito, que não pode ser relativizado nem mesmo em tempos de crise. Em particular, o Santo Padre enfatiza o papel da advocacia como garantia de liberdade e justiça, ressaltando também sua importância no contexto do ordenamento jurídico canônico. Com palavras de notável densidade, o Papa também defende o segredo profissional do advogado, equiparando-o ao sigilo sacramental, em proteção à confiança depositada pelo cliente em seu defensor e à dignidade da pessoa envolvida em um processo judicial. A correspondência entre justiça, misericórdia e verdade - tema transversal aos artigos deste número - encontra aqui novo fundamento, numa visão integral que une a função do direito à vocação ao serviço e à proteção da inviolabilidade da pessoa humana.

Por fim, a seção de jurisprudência apresenta a publicação integral da sentença “Coram Heredia”, de 7 de novembro de 2023, que rejeitou a nulidade do matrimônio por grave defeito de discricão de juízo e por simulação total do consentimento. A decisão, exemplar por seu rigor argumentativo e clareza na análise das provas, constitui um instrumento valioso para compreender a evolução da interpretação jurisprudencial dos cânones 1095 e 1101. A nota de comentário, redigida em cinco idiomas, permite captar com clareza o alcance do princípio jurídico afirmado, tornando acessível o conteúdo da sentença mesmo àqueles que não atuam diretamente no foro eclesiástico.

Agradecemos a todos os Autores pela qualidade científica e pela fidelidade eclesial de seus trabalhos, bem como aos Leitores pela confiança e constância com que acompanham o percurso da nossa revista. A esse propósito, recordamos, com satisfação, o *Simpósio Canônico Internacional*, realizado nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2023, organizado pela Faculdade de Direito Canônico São Paulo Apóstolo e pelo Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina, por ocasião do 40º aniversário da promulgação do Código de Direito Canônico. O evento representou uma oportunidade significativa para refletir, com abordagem interdisciplinar e perspectiva internacional, sobre os avanços e os desafios do Código nas áreas do direito matrimonial, processual, penal e da vida consagrada, contando com a participação de renomados estudiosos, entre eles os próprios autores deste número.

Vincenzo Fasano

Editoriale

Con la pubblicazione di questo nuovo fascicolo la nostra rivista rinnova il proprio impegno al servizio della riflessione canonistica, giuridica e pastorale, in un tempo segnato da sfide complesse, che interrogano la struttura della Chiesa, l'esercizio dell'autorità e l'accesso alla giustizia ecclesiale. Nel secondo semestre del 2023, la vita della Chiesa universale è stata particolarmente contrassegnata dalla Prima Sessione della XVI Assemblea Generale Ordinaria del Sinodo dei Vescovi (4-29 ottobre 2023), dedicata al tema *Per una Chiesa sinodale: comunione, partecipazione e missione*. In tale contesto di discernimento e conversione ecclesiale, temi quali l'autorità, la responsabilità pastorale, la trasparenza e la prossimità ai fedeli -anche sul piano giuridico- hanno trovato rinnovata attenzione. Il nostro fascicolo intende offrire un contributo a questo cammino sinodale, approfondendo alcuni snodi fondamentali della vita canonica della Chiesa, con particolare attenzione al rapporto tra istituzioni, persone e giustizia.

Il numero si apre con un contributo del Cardinale Gianfranco Ghirlanda, S.I., il quale propone una rilettura teologica della vita consacrata all'interno di un contesto culturale secolarizzato. Il testo non si limita a descrivere le sfide che tale contesto comporta, ma mette in luce il significato ecclesiale e istituzionale della vita consacrata, vista come manifestazione radicale della libertà cristiana e come segno profetico nella Chiesa e nel mondo. Questa riflessione, al tempo stesso teologica e canonistica, richiama in modo implicito il ruolo delle istituzioni ecclesiali nel custodire e valorizzare i carismi nella comunione.

In continuità con tale prospettiva, l'articolo del Prof. Luigi Sabbarese si concentra sui progressi e le criticità del diritto processuale canonico, con particolare riferimento ai processi di nullità matrimoniali. La questione del discernimento, che nel contributo precedente investiva la vocazione alla vita consacrata, si declina qui come esigenza

istituzionale della Chiesa nella valutazione delle cause matrimoniali. Viene messo in luce come la giustizia canonica non possa mai ridursi a mero formalismo procedurale, ma debba esprimere una autentica pastorale giudiziaria, che tuteli i diritti delle persone e favorisca la verità sul vincolo. L'accento posto sul ruolo del Vescovo come primo giudice e garante della giustizia rimanda a una Chiesa sinodale, dove la prossimità non esclude la competenza, e dove la struttura giuridica diventa luogo di esercizio responsabile della missione pastorale.

A sua volta, l'intervento del Prof. Alphonse Borras sulla riforma del Libro VI del Codice di Diritto Canonico completa il quadro tracciato dagli articoli precedenti, approfondendo il tema della dimensione penale del governo ecclesiale. Se la vita consacrata rappresenta una forma di radicalità evangelica e la giustizia matrimoniale un luogo di discernimento comunitario, il diritto penale canonico appare oggi come uno strumento necessario per la custodia dell'ordine ecclesiale, la tutela delle vittime e la credibilità dell'autorità. Il rinnovato sistema sanzionatorio, fondato sulla *Pascite Gregem Dei*, richiama Pastori e Superiori religiosi alla loro responsabilità primaria nell'uso della *potestas* in funzione della giustizia, della correzione e della comunione.

A conferma dell'attualità di queste riflessioni, è riportato integralmente il Discorso di Papa Francesco agli Avvocati dei Paesi membri del Consiglio d'Europa (21 agosto 2023), nel quale il Pontefice riafferma con forza la centralità della persona umana, la tutela dei diritti fondamentali ed il valore irrinunciabile dello Stato di diritto, che non può essere sospeso neppure nei momenti di crisi. In particolare, il Santo Padre ha voluto sottolineare il ruolo dell'avvocatura quale presidio di libertà e garanzia di giustizia, richiamando l'importanza della sua funzione anche all'interno dell'ordinamento canonico. Con parole di straordinaria densità, il Papa ha inoltre difeso il segreto professionale dell'avvocato, ponendolo in analogia con il sigillo sacramentale, a tutela della fiducia che il cliente ripone nel proprio difensore e della dignità della persona coinvolta in un procedimento giudiziario. La corrispondenza tra giustizia, misericordia e verità -tema trasversale ai contributi precedenti- riceve qui un ulteriore fondamento, in una visione integrale che coniuga la funzione del diritto con la vocazione al servizio e alla custodia della persona umana nella sua inviolabilità.

Infine, la sezione di giurisprudenza propone la pubblicazione integrale della sentenza “Coram Heredia” del 7 novembre 2023, che ha respinto la nullità del matrimonio per grave difetto di discrezione di giudizio e per simulazione totale del consenso. La decisione, esemplare per rigore argomentativo e chiarezza valutativa, costituisce un utile strumento per comprendere l’evoluzione dell’interpretazione giurisprudenziale dei canoni 1095 e 1101. La nota di commento, redatta in cinque lingue, consente di cogliere con immediatezza la portata del principio giuridico affermato, rendendo accessibile il contenuto della pronuncia anche a chi non esercita direttamente nell’ambito del foro ecclesiastico.

Ringraziamo tutti gli Autori per la qualità scientifica e l’aderenza ecclesiale dei loro contributi, e i Lettori per la fiducia e la continuità con cui seguono il lavoro della nostra rivista. A tal proposito, desideriamo ricordare il *Simpósio Canônico Internacional* svoltosi nei giorni 30-31 ottobre e 1° novembre 2023, organizzato dalla *Faculdade de Direito Canônico São Paulo Apóstolo* e dall’*Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina*, in occasione del 40° anniversario della promulgazione del Codice di Diritto Canonico. L’iniziativa ha offerto un’occasione significativa per riflettere, con approccio interdisciplinare e apertura internazionale, sugli avanzamenti e sulle sfide del Codice nelle aree del diritto matrimoniale, processuale, penale e della vita consacrata, e ha visto la partecipazione di numerosi studiosi di primo piano, tra cui gli stessi Autori di questo numero.

Vincenzo Fasano

Editorial

With the publication of this new issue, our journal renews its commitment to supporting canonical, legal, and pastoral reflection in a time marked by complex challenges that question the very structure of the Church, the exercise of authority, and access to ecclesiastical justice. In the second half of 2023, the life of the universal Church was particularly shaped by the First Session of the XVI Ordinary General Assembly of the Synod of Bishops (October 4–29, 2023), dedicated to the theme *For a Synodal Church: Communion, Participation, and Mission*. Within this context of ecclesial discernment and conversion, key issues such as authority, pastoral responsibility, transparency, and closeness to the faithful -also in the juridical sphere- received renewed focus. This issue of our journal seeks to contribute to that synodal journey by exploring several essential aspects of canonical life in the Church, with particular attention to the relationship between institutions, individuals, and justice.

The issue opens with a contribution by Cardinal Gianfranco Ghirlanda, S.J., who offers a theological reinterpretation of consecrated life in a secularized cultural context. Rather than merely outlining the challenges posed by this context, the text highlights the ecclesial and institutional significance of consecrated life, seen as a radical expression of Christian freedom and as a prophetic sign within the Church and the world. This reflection, both theological and canonical in nature, implicitly recalls the role of ecclesial institutions in safeguarding and promoting charisms in the communion of the Church.

In continuity with this perspective, the article by Prof. Luigi Sabbarese focuses on the progress and challenges of canonical procedural law, with particular reference to marriage nullity cases. The theme of discernment, addressed in the previous contribution with regard to the vocation to consecrated life, here emerges as an institutional requirement of the Church in evaluating matrimonial cases. The article emphasizes that canonical justice must never be reduced to mere procedural

formalism but should instead embody genuine judicial pastoral care, which upholds the rights of persons and promotes truth regarding the marital bond. The emphasis placed on the bishop as the first judge and guarantor of justice points to a synodal Church - one in which proximity does not undermine competence, and where legal structures become spaces for the responsible exercise of the Church's pastoral mission.

The contribution by Prof. Alphonse Borras on the reform of Book VI of the Code of Canon Law complements the picture outlined in the preceding articles by delving into the penal dimension of ecclesial governance. If consecrated life expresses evangelical radicalism and matrimonial justice offers a space for communal discernment, then canon penal law today proves to be an indispensable tool for safeguarding ecclesial order, protecting victims, and upholding the credibility of authority. The renewed system of penalties, grounded in the Apostolic Constitution *Pascite Gregem Dei*, reminds pastors and religious superiors of their primary responsibility in exercising *potestas* in a way that promotes justice, correction, and communion.

Confirming the relevance of these reflections, this issue also features the full text of the address delivered by Pope Francis to the lawyers of the Council of Europe member states (August 21, 2023). In his remarks, the Holy Father strongly reaffirmed the centrality of the human person, the defense of fundamental rights, and the non-negotiable value of the rule of law, which must never be set aside, even in times of crisis. Particularly noteworthy is the Pope's emphasis on the legal profession as a safeguard of freedom and a guarantee of justice, underscoring the importance of its role even within the canonical legal order. In a passage of remarkable depth, the Pope also defended the professional secrecy of lawyers, drawing an analogy to the seal of confession, in order to protect the trust placed by clients in their advocates and the dignity of those involved in judicial proceedings. The close relationship between justice, mercy, and truth -a theme running through the preceding articles- here receives further grounding in an integrated vision that links the function of law with the vocation to serve and protect the inviolability of the human person.

Finally, the jurisprudence section presents the full text of the "Coram Heredia" sentence of November 7, 2023, which rejected a petition

for the nullity of marriage based on a grave lack of discretion of judgment and on total simulation of consent. The decision, notable for its argumentative rigor and clarity of analysis, offers a valuable resource for understanding the ongoing development of jurisprudential interpretation of canons 1095 and 1101. The commentary, published in five languages, enables readers to grasp the scope of the legal principle affirmed, making the content of the ruling accessible even to those not directly engaged in ecclesiastical judicial practice.

We are grateful to all the authors for the scientific quality and ecclesial fidelity of their contributions, and to our readers for the trust and consistent attention with which they continue to follow our work. In this regard, we also wish to highlight the International Canon Law Symposium held on October 30–31 and November 1, 2023, organized by the Faculty of Canon Law *São Paulo Apóstolo* and the *Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina*, on the occasion of the 40th anniversary of the promulgation of the Code of Canon Law. This initiative offered a meaningful opportunity to reflect - with an interdisciplinary approach and international openness - on the advancements and challenges of the Code in the areas of matrimonial, procedural, penal, and consecrated life law. It featured the participation of many distinguished scholars, including the authors of the contributions in this issue.

Vincenzo Fasano

ARTIGOS

Crescita della vita consacrata in autenticità come sfida ad un mondo secolarizzato

The growth of consecrated life in authenticity: a challenge to a secularized world

Gianfranco Card. Ghirlanda S.J.¹

Resumo: Em um tempo marcado pela crescente secularização e pelo individualismo, a vida consagrada se revela como um desafio profético e um sinal poderoso de esperança. Este contributo examina como os conselhos evangélicos – castidade, pobreza e obediência – oferecem uma resposta radical aos valores materialistas e egoístas que predominam na sociedade contemporânea. Mais do que uma escolha pessoal de fé, a vida consagrada representa um compromisso público que testemunha a presença viva de Deus no mundo. O autor sublinha a importância de uma formação integral para os religiosos, capacitando-os a enfrentar os desafios espirituais e culturais em um contexto onde a fé é frequentemente marginalizada. A missão da vida consagrada vai além das obras de caridade; ela é um testemunho constante do Evangelho, que desafia as distorções da cultura moderna e convoca a Igreja a renovar seu esforço evangelizador.

Palavras-chave: Vida consagrada; Secularização; Conselhos evangélicos; Formação integral; Missão evangelizadora.

Abstract: In an era increasingly defined by secularization and individualism, consecrated life emerges as a prophetic challenge and a vital source of hope. This contribution delves into how the evangelical counsels -chastity, poverty, and obedience- serve as a radical response to the materialism and self-centeredness that pervade modern society. More than just a personal commitment of faith, consecrated life acts as a public witness to God's active presence in the world. The author emphasizes the importance of holistic formation for those in religious life, preparing them to navigate both spiritual and cultural challenges in a world where faith is often sidelined. The mission of consecrated life transcends charitable acts; it is a constant testimony to the Gospel, confronting the distortions of contemporary culture and inspiring the Church to renew its evangelizing mission.

Keywords: Consecrated life; Secularization; Evangelical counsels; Holistic formation; Evangelizing mission.

¹ Cardinale diacono del Santissimo Nome di Gesù dal 2022 e Patrono del Sovrano Militare Ordine di Malta dal 2023.

1. La società secolarizzata in cui si trova la Chiesa e la vita consacrata in essa

Il can. 573 §1, fedele al Vaticano II, dà gli elementi essenziali della vita consacrata, che fanno sì che essa sia nella Chiesa segno luminoso, pre-annunciando la gloria celeste. Infatti, attraverso la professione dei consigli evangelici, le persone che si trovano nello stato di vita consacrata, seguono, per impulso dello Spirito Santo, più da vicino Cristo e si offrono totalmente a Dio amato al di sopra di tutto e di tutti, per cui, dedicandosi con nuovo e speciale titolo al suo onore, all'edificazione della Chiesa e alla salvezza del mondo, tendono alla perfezione della carità nel servizio del Regno di Dio.

La descrizione è quella di persone, per usare un'espressione di Papa Francesco, «in uscita», cioè di persone che non sono ripiegate su se stesse nella ricerca della soddisfazione egoistica dei propri desideri e interessi, ma che sono rivolte agli altri per portare loro la salvezza, che Cristo ci dona, servendoli secondo i loro bisogni. Questo rivolgersi verso gli altri è possibile solo sulla base di una realtà fondamentale, l'autotranscendersi in Cristo e nei valori da lui vissuti e proposti, per cui la persona consacrata trova la propria realizzazione al di fuori di se stessa, in un Altro, che è Dio. Il che la mette in una prospettiva di definitività escatologica, quindi di una realizzazione che in pienezza è ancora da venire, perché non si adempie nel tempo, anche se è già iniziata nell'oggi.

Ciò è tutto il contrariò di ciò che propone la società secolarizzata, che riscontriamo almeno in quella parte del mondo cosiddetta «occidentalizzata», oppure una società dominata da un'ideologia assolutamente contraria al fatto religioso.

Papa Francesco nell'All. *A tutti voi* alla Curia Romana del 21 dicembre 2019 nel contesto della necessità della riforma della Curia Romana e di tutta la Chiesa, delinea sinteticamente la situazione attuale del mondo². Innanzitutto vede che «quella che stiamo vivendo *non è semplicemente un'epoca di cambiamenti, ma è un cambiamento di epoca*. Siamo, dunque, in uno di quei momenti nei quali i cambiamenti non sono più lineari, bensì epocali; costituiscono delle scelte che trasformano velocemente il modo di vivere, di relazionarsi, di comunicare ed elaborare il pensiero, di rapportarsi tra le generazioni umane e di

² Cf. *L'Osservatore Romano* 22 dicembre 2019, 4-5.

comprendere e di vivere la fede e la scienza».

Sempre nella stessa allocuzione, il Papa nota che nel passato anche abbastanza recente «era più semplice distinguere tra due versanti abbastanza definiti: un mondo cristiano da una parte e un mondo ancora da evangelizzare dall'altra. Adesso questa situazione non esiste più. Le popolazioni che non hanno ancora ricevuto l'annuncio del Vangelo non vivono affatto soltanto nei Continenti non occidentali, ma dimorano dappertutto, specialmente nelle enormi concentrazioni urbane che richiedono esse stesse una specifica pastorale. Nelle grandi città abbiamo bisogno di altre “mappe”, di altri paradigmi, che ci aiutino a riposizionare i nostri modi di pensare e i nostri atteggiamenti: [...] *non siamo nella cristianità, non più!* Oggi non siamo più gli unici che producono cultura, né i primi, né i più ascoltati. Abbiamo pertanto bisogno di un cambiamento di mentalità pastorale, che non vuol dire passare a una pastorale relativistica. Non siamo più in un regime di cristianità perché la fede – specialmente in Europa, ma pure in gran parte dell'Occidente – non costituisce più un presupposto ovvio del vivere comune, anzi spesso viene perfino negata, derisa, emarginata e ridicolizzata». A questo punto Papa Francesco richiama quanto affermato da Benedetto XVI nell'indire nel 2012 l'*Anno della Fede*. Benedetto XVI diceva: «Mentre nel passato era possibile riconoscere un tessuto culturale unitario, largamente accolto nel suo richiamo ai contenuti della fede e ai valori da essa ispirati, oggi non sembra più essere così in grandi settori della società, a motivo di una profonda crisi di fede che ha toccato molte persone»³. Infatti, nel 2010 fu istituito il Pontificio Consiglio per la Promozione della Nuova Evangelizzazione, proprio, afferma Papa Francesco nella stessa allocuzione del 21 dicembre 2019, per «promuovere una rinnovata evangelizzazione nei Paesi dove è già risuonato il primo annuncio della fede e sono presenti Chiese di antica fondazione, ma che stanno vivendo una progressiva secolarizzazione della società e una sorta di “eclissi del senso di Dio”, che costituiscono una sfida a trovare mezzi adeguati per riproporre la perenne verità del Vangelo di Cristo»⁴.

Papa Francesco ricorda pure che la percezione di tale cambiamen-

³ Lett. ap. M.P. *Porta fidei*, 11 ottobre 2011, n. 2, in AAS 103 (2011), 723-734.

⁴ Qui Papa Francesco si rifà all'omelia di Benedetto XVI del 28 giugno 2010 (cf. *Insegnamenti di Benedetto XVI*, VI,1/2010, Città del Vaticano, 2011, 987).

to di epoca, che pone seri interrogativi riguardo all'identità della fede cristiana era già stata percepita dal Card. Suhard nel 1947 e dall'Arcivescovo Montini nel 1958⁵, poi messa in luce da Giovanni Paolo II, che nell'Enc. *Redemptoris missio* del 7 dicembre 1990⁶ scrisse: «Oggi la Chiesa deve affrontare altre sfide, proiettandosi verso nuove frontiere sia nella prima missione *ad gentes* sia nella nuova evangelizzazione di popoli che hanno già ricevuto l'annuncio di Cristo» (n. 30). Infatti, «specie nei paesi di antica cristianità, ma a volte anche nelle chiese più giovani, dove interi gruppi di battezzati hanno perduto il senso vivo della fede, o addirittura non si riconoscono più come membri della Chiesa, conducendo un'esistenza lontana da Cristo e dal suo Vangelo. In questo caso c'è bisogno di una "nuova evangelizzazione", o "rievangelizzazione"» (n. 33).

È da notare che Papa Francesco nell'Allocuzione del 21 dicembre 2019 non parla di «nuova evangelizzazione», ma semplicemente di evangelizzazione che, però, possiamo comunque considerare «nuova» per la situazione in cui la Chiesa prende atto di trovarsi e di come affrontare tale nuova sfida. Lo stesso Papa Francesco, rifacendosi alla XIII Assemblea Generale Ordinaria del Sinodo dei Vescovi del 2012, parla, invece, di «nuova evangelizzazione» nei nn. 14 e 15 di *Evangelii gaudium* del 24 novembre 2013⁷, riconducendola a tre ambiti: della pastorale ordinaria non solo di coloro che regolarmente frequentano la Chiesa, ma anche di coloro che, pur conservando la fede cattolica in modo intenso e sincero, non partecipano frequentemente al culto; della pastorale di coloro che sono battezzati ma non vivono le esigenze del battesimo; dell'annuncio del Vangelo a coloro che non conoscono Cristo o l'hanno sempre rifiutato. Vede, così, la necessità di passare da una pastorale di «conservazione» ad una pastorale «decisamente missionaria». Nell'All. *Vi saluto*, rivolta il 14 ottobre 2013 alla Plenaria del Pontificio Consiglio per la Promozione della Nuova Evangelizzazione, focalizza l'aspetto fondamentale della «nuova evangelizzazione» nella «testimonianza della fede e della carità», come ciò che rende visibile il Vangelo con la vita e la parola e «come movimento rinnovato verso chi ha smarrito la fede e il senso profondo della vita» (n.1)⁸.

⁵ Cf. Allocuzione del 21 dicembre 2019, nota 17.

⁶ Cf. AAS 83 (1991) 249-340.

⁷ Cf. AAS 105 (2013) 1019-1137.

⁸ Cf. AAS 105 (2013), 965-966. Per una sintetica trattazione del concetto di evangelizzazione e nuova evangelizzazione in Paolo VI, Giovanni Paolo II e Benedetto XVI,

Nel n. 70 di *Evangelii gaudium* veniva messo in luce un aspetto estremamente preoccupante, che è generato da quanto descritto sopra, quello che «negli ultimi decenni, si è prodotta una rottura nella trasmissione generazionale della fede cristiana nel popolo cattolico». Infatti, continua il Papa, «È innegabile che molti si sentono delusi e cessano di identificarsi con la tradizione cattolica, che aumentano i genitori che non battezzano i figli e non insegnano loro a pregare e che c'è un certo esodo verso altre comunità di fede. Alcune cause di questa rottura sono: la mancanza di spazi di dialogo in famiglia, l'influsso dei mezzi di comunicazione, il soggettivismo relativista, il consumismo sfrenato che stimola il mercato, la mancanza di accompagnamento pastorale dei più poveri, l'assenza di un'accoglienza cordiale nelle nostre istituzioni e la nostra difficoltà di ricreare l'adesione mistica della fede in uno scenario religioso plurale».

La rottura nella trasmissione generazionale della fede cristiana nel popolo cattolico, come diceva Mons. Armando Matteo, Segretario per la Sezione Dottrinale del Dicastero per la Dottrina della Fede, alla Sessione Plenaria del Dicastero per i Laici, la Famiglia e la Vita, il 20 aprile 2023, intacca «il carattere materno della Chiesa», perché la rende sterile⁹.

Il Vangelo non interessa. Non si ha una persecuzione aperta della fede, la quale nella storia ha sempre rinforzato la fede fino alla testimonianza eroica del sangue. La Chiesa è sempre fiorita sul sangue dei martiri, perché il suo Fondatore è stato *il* martire. Si tratta di una penetrazione subdola di una mentalità che esclude Dio dalla vita, perché esclude tutto ciò che è trascendente e chiude l'uomo su se stesso, sui suoi interessi egoistici.

Papa Francesco, nell'All. *Sono lieto* del 5 ottobre 2017¹⁰ alla Pontificia Accademia della Vita afferma: «La creatura umana sembra oggi trovarsi in uno speciale passaggio della propria storia che incrocia, in un contesto inedito, le antiche e sempre nuove domande sul senso della vita umana, sulla sua origine e sul suo destino. Il tratto emblematico di questo passaggio può essere riconosciuto sinteticamente nel rapido diffondersi di una cultura ossessivamente centrata sulla sovranità dell'uomo – in quanto specie e in quanto individuo – rispetto alla realtà. C'è chi parla persino di egolatria, ossia di un vero e proprio culto dell'io,

cf. K. MARTENS, «The Reform of the Roman Curia», 198-200.

⁹ Cf. ex manuscripto.

¹⁰ Cf. AAS 109 (2017), 1009-1014.

sul cui altare si sacrifica ogni cosa, compresi gli affetti più cari. Questa prospettiva non è innocua: essa plasma un soggetto che si guarda continuamente allo specchio, sino a diventare incapace di rivolgere gli occhi verso gli altri e il mondo. La diffusione di questo atteggiamento ha conseguenze gravissime per tutti gli affetti e i legami della vita» (n. 1).

Questa chiusura dell'essere umano su se stesso, nell'adorazione del suo io e delle sue conquiste, creano un senso di onnipotenza che allontana da lui il senso di creatura salvata e che ha continuamente bisogno di salvezza, per cui Dio gli diventa sempre più esistenzialmente estraneo. Anche se tale soggetto forse continua a dirsi cattolico e compie anche i doveri fondamentali di cattolico, magari anche andando tutte la domenica a Messa, tuttavia lo si potrebbe definire un cattolico non cristiano, perché di fatto Dio non entra nella sua vita.

La longevità, prodotto dello sviluppo economico e delle conquiste mediche, non è vissuta come un dono di Dio, che viene attraverso tali mezzi, ma come oblio della morte. La morte viene esorcizzata in tutti i modi. I morti vengono imbellettati, in modo che la bruttura della morte venga nascosta il più possibile. In una visita che feci nel 1980 in una Funeral House nel Canada inglese mi colpì vedere tutti gli strumenti e i belletti per mascherare la morte. La realtà della morte, nella sua crudezza, invece, fa parte della condizione umana e Dio nell'incarnazione l'ha assunta e l'ha divinizzata. Da essa è scaturita la luce della risurrezione; non si risorge se non si passa per la morte per quello che è. Se si elimina Dio dalla propria vita, la morte è semplicemente la fine di tutto, è svanire nel nulla, non ha alcun senso parlare di risurrezione. È l'esperienza di San Paolo nell'Areopago di Atene (At 17,32). Se si elimina la morte dalla società, s'imbellemano i morti. La *memoria mortis*, invece, è ciò che dà al cristiano l'impegno di vivere intensamente ogni istante della sua vita come se fosse l'ultimo, perché aperto all'azione attualmente salvifica di Dio.

I progressi della medicina sollevano effettivamente da tante sofferenze causate da malattie, ma ciò ha nello stesso tempo creato l'attitudine a fuggire qualsiasi sofferenza, perché si è perso il suo senso, gettando in un'altra illusione, perché essa è qualcosa di ineliminabile dalla vita dell'essere umano. Prima di morire offrivano a Gesù aceto mescolato a mirra, ma Gesù non lo prese (Mc 15,23). Tale mistura stordiva il croce-

fisso in modo che morisse soffrendo il meno possibile. Perché Gesù lo rifiutò? Era un sadico? Se Gesù l'avesse preso non avrebbe vissuto fino in fondo l'offerta redentiva della sua vita, che è stata espressa dalle ultime parole di misericordia da lui pronunciate prima di morire - «Padre, perdonali, perché non sanno quello che fanno» «In verità ti dico, oggi sarai con me in paradiso» (*Lc* 23,34.43) - e che hanno avuto come effetto il riconoscimento di Gesù come giusto, come Figlio di Dio, come da parte del centurione (*Mc* 15,39; *Lc* 23,47). Ma se Dio è eliminato dalla propria vita che senso ha questo? Anzi, si pratica l'eutanasia, che maschera ipocritamente con ragioni di pietà, l'egoismo di eliminare un problema sia per chi sarebbe chiamato ad assistere il malato sia per la società.

Collegato con questo è un culto del proprio corpo, che va largamente al di là di quella cura del corpo che si deve avere affinché si possa essere al meglio e il più possibile al servizio degli altri. Culto del corpo che vuole prolungare la giovinezza e la bellezza, nascondendo l'incapacità di accettare i propri limiti e ancora una volta il limite massimo della morte.

Certamente l'invecchiamento comporta l'esperienza del limite, perché progressivamente non si possono più fare le cose che si potevano fare nel passato, ma volersi illusoriamente considerare sempre giovani porta a non valorizzare l'esperienza che la vita ha fatto accumulare e che può essere messa a disposizione degli altri. La persona anziana, allora, viene emarginata e disprezzata proprio a causa dei suoi limiti. Si provvede al suo inserimento in una struttura, anche a pagamento, per cui l'emarginazione viene camuffata, ma non compensa la solitudine affettiva della persona anziana.

Alla radice di tutto questo sembra esserci una vanagloria sfrenata, che centra la vita della persona sull'apparenza e quindi sull'opinione che gli altri si sono formati della persona sulla base di ciò che essa mette davanti ai loro occhi. Ciò chiude la persona su se stessa, perché la chiude nell'inautenticità, in una continua menzogna nei rapporti. La relazione non è più basata sulla verità e la sincerità; poggia sulla menzogna fondamentale della propria autosufficienza, che non può che condurre alla superbia, perché non si sente più il bisogno della salvezza, che si riceve solo quando si riconoscono davanti a Dio i propri limiti, le proprie deficienze, quindi ci si apre alla misericordia salvifica di Dio.

A questo si aggiunge, non come ultimo fattore, la diffusa cultura di-

gitale, che induce piuttosto alla superficialità che non all'approfondimento intellettuale, a relazioni non reali, quindi di fatto all'isolamento e all'affermazione della privacy, alla dipendenza dalle reti sociali non solo come tempo dedicato ad esse, ma soprattutto nelle idee, ecc.

È evidente che il quadro che ho tracciato non è esaustivo né frutto di uno studio particolarmente specializzato, tuttavia, ritengo che gli elementi messi in rilievo, emergenti dal magistero e da una visione realista della società in cui la Chiesa si trova attualmente inserita, non possiamo che condividerli, perché li sperimentiamo. Tale visione vale piuttosto per quella parte di mondo che ha ricevuto da secoli l'annuncio del Vangelo e nella quale per molto tempo si era stabilizzata una «cristianità», cioè una «società cristiana», sulla quale, potremmo dire, la Chiesa si è adagiata. Tuttavia, anche le Chiese che da poco tempo hanno ricevuto il Vangelo e che si stanno consolidando e s'impegnano nel primo annuncio del Vangelo a coloro che ancora non l'hanno ricevuto, e che forse non sono sotto l'influsso così devastante della mentalità secolarizzata di cui altre parti della Chiesa sono vittime, debbono mantenersi vigilanti dalla subdola penetrazione di essa.

Questa situazione evidentemente non ci deve portare ad ignorare tutti quei numerosi fedeli, di ogni categoria (chierici, laici e consacrati), che in coerenza con le esigenze del Vangelo e secondo la propria vocazione, sono impegnati in una testimonianza, talvolta eroica, con la parola e le opere.

Ci chiediamo, allora, qual è la missione della vita consacrata di fronte a tale società, come una minoranza all'interno di una Chiesa, che sta prendendo coscienza di essere essa stessa sempre più una minoranza.

Una risposta generale e sintetica che possiamo dare a questo punto è che l'azione nel mondo e per il mondo delle persone consacrate, non può essere semplicemente un contributo al progresso sociale, pur se necessario, ma dev'essere un impegno evangelizzatore che annuncia Cristo con parole e attività, che scaturiscono dalla loro vita spirituale¹¹, intesa come capacità di leggere se stesse, la realtà che le circonda e la Chiesa con gli occhi di Dio.

2. La vita consacrata una sfida alle sfide della società attuale

Prendiamo principalmente in considerazione l'Es.ap. postsinodale

¹¹ Cf. T. LONGHITANO, «Il contributo di *Vita consacrata* all'evangelizzazione. Gli apporti, i limiti, le prospettive», in *Vita consecrata venticinque anni dopo. Bilanci e nuove prospettive* (Ed. M. Bevilacqua), Milano 2022, 168.

Vita consecrata (= VC) di Giovanni Paolo II, del 6 agosto 1993¹², in quanto, fedele all'insegnamento del Vaticano II, offre una dottrina completa sulla vita consacrata, chiarificando anche aspetti, che nel Concilio erano rimasti in sospeso o almeno non approfonditi. L'Esortazione pone delle sfide a tutte le persone consacrate per la professione dei consigli evangelici, ma nello stesso tempo è un incoraggiamento perché esse stesse, raccogliendo le provocazioni che vengono dalla società attuale, si pongano come una sfida nella Chiesa e nel mondo in cui vivono, proponendo la radicalità dei valori evangelici. Nel momento che la Chiesa sta vivendo, e la vita consacrata all'interno di essa, mi sembra quanto mai necessario entrare nella prospettiva di qual è la missione di quest'ultima di fronte alle provocazioni che le vengono dalla società secolarizzata che non considerare passivamente quali sono le sfide che vengono da tale società e che rendono difficile la realizzazione della sua missione. Solo così la vita consacrata potrà vivere un processo di maturazione.

Analogato della missione delle singole persone consacrate, in qualsiasi loro forma concreta di vita, e della vita consacrata come tale, è sempre Cristo, consacrato dal Padre e mandato nel mondo (Gv 10,36): coloro che il Padre, per opera dello Spirito, chiama alla sequela di Cristo nella professione dei consigli evangelici, in modo speciale «sono consacrati e inviati nel mondo per imitarne l'esempio e continuarne la missione» (VC 72). La stessa consacrazione diventa missione, come lo è stata tutta la vita di Gesù (*Ibid.*).

Tale prospettiva cristologica è rafforzata dall'icona biblica della lavanda dei piedi, per cui nel n. 75 si dice: «Se, da una parte, essa (la vita consacrata) contempla il mistero sublime del Verbo nel seno del Padre (cfr Gv 1,1), dall'altra segue lo stesso Verbo che si fa carne (cfr Gv 1,14), si abbassa, si umilia per servire gli uomini».

Giovanni Paolo II, mettendo in stretto rapporto missione, consacrazione, pratica dei consigli evangelici parla in modo esplicito di testimonianza profetica di fronte alle grandi sfide nei nn. 84-95 dell'Esortazione¹³.

¹² Cf. AAS 85 (1993), 1133-1228.

¹³ Questa prospettiva viene ripresa nella Parte II dell'Istr. *Ripartire da Cristo: un rinnovato impegno della vita consacrata nel terzo millennio*, 19 maggio 2002, spec. nn. 1-13, *Enchiridion Vaticanum* (= EV) 21/372-510.

3. Il fondamento di ogni sfida: l'essenza della professione dei consigli evangelici

Il rapporto della vita consacrata con il mondo si fonda su ciò che essa è e rappresenta all'interno della Chiesa.

Il valore della testimonianza nella Chiesa stessa, come compito e missione peculiare della *vita consacrata*, viene messo in particolare rilievo nel n. 33 di Vita consecrata, dove si dice: «Compito peculiare della vita consacrata è *tener viva nei battezzati la consapevolezza dei valori fondamentali del Vangelo*, testimoniando “in modo splendido e singolare che il mondo non può essere trasfigurato e offerto a Dio senza lo spirito delle Beatitudini”. In tal modo la vita consacrata fa continuamente emergere nella coscienza del Popolo di Dio l'esigenza di rispondere con la santità della vita all'amore di Dio riversato nei cuori dallo Spirito Santo (cfr *Rm* 5,5), rispecchiando nella condotta la consacrazione sacramentale avvenuta per opera di Dio nel Battesimo, nella Cresima o nell'Ordine. Occorre infatti che dalla santità comunicata nei sacramenti si passi alla santità della vita quotidiana. La vita consacrata col suo stesso esistere nella Chiesa, si pone al servizio della consacrazione della vita di ogni fedele, laico e chierico».

La grazia che viene dai sacramenti è di per sé dono santificante, ma per produrre gli effetti di santità non deve trovare ostacoli nella persona che lo riceve. La persona dev'essere disposta ad offrire tutto di sé a Dio. In questo modo la santità comunicata nei sacramenti passa alla santità della vita quotidiana. Se questo mancasse la pratica sacramentale sarebbe un puro ritualismo nella vita della Chiesa e la Chiesa stessa rimarrebbe sterile.

Ciò che è affermato per la vita cristiana in generale al n. 33, vale in primo luogo per le persone consacrate. Infatti la loro vita diventerebbe totalmente sterile e senza senso nella Chiesa se essa si riducesse ad una rituale pratica sacramentale e ad una formale osservanza della Regola, senza che l'una e l'altra, come doni dello Spirito, si traducessero in una vita tutta offerta a Dio nell'amore, che diventi segno e richiamo eloquente per tutti i fedeli, sia laici che chierici.

Questo ci fa andare all'essenza della consacrazione.

L'iniziativa è del Padre che consacra la persona, attraendola a sé con uno speciale amore in vista di una missione particolare. La persona

risponde a tale chiamata e, affidandosi all'amore di Dio, si consacra totalmente a lui e al suo disegno di salvezza, in una dedizione totale ed esclusiva, che ha i caratteri di un olocausto (*VC* 17).

Cristo, con un amore che, dice espressamente Giovanni Paolo II, «tocca le radici dell'essere», chiama alcuni «ad un coinvolgimento totale, che comporta l'abbandono di ogni cosa (cfr. *Mt* 19,17), per vivere in intimità con Lui e seguirlo dovunque vada (cfr. *Ap* 14,4)». Chi si lascia afferrare da questo amore, non può rispondere che coll'abbandono di tutto, nel desiderare solo di «immedesimarsi con Lui (Cristo), assumendone i sentimenti e la forma di vita» - verginale, povera e obbediente - e di prendere parte in un modo particolarmente intimo e fecondo anche alla sua missione (*VC* 18).

Infine, è lo Spirito che, disponendo innanzitutto il cuore all'attrazione del Padre e alla chiamata del Figlio, suscita nella persona il «desiderio di una risposta piena; ... guida la crescita di tale desiderio, portando a maturazione la risposta positiva e sostenendone poi la fedele esecuzione», configurando a Cristo vergine, povero e obbediente. È lo Spirito che rende «*persone cristiformi*, prolungamento nella storia di una speciale presenza del Signore risorto». È lo Spirito che pone le persone consacrate «a servizio dei fratelli secondo le modalità proprie del loro stato di vita, e le orienta a svolgere particolari compiti in rapporto alle necessità della Chiesa e del mondo, attraverso i carismi propri dei vari Istituti» (n. 19).

Tutte e tre le Persone divine sono attive riguardo alla consacrazione della singola persona: la consacrazione è innanzitutto un atto di Dio, che tocca le radici dell'essere della persona.

Inoltre, la prospettiva cristologica dei consigli evangelici, in un orizzonte trinitario, c'introduce ancora più profondamente nel mistero della consacrazione.

Nel n. 22 dell'Esortazione troviamo innanzitutto: «La vita consacrata "più fedelmente imita e continuamente rappresenta nella Chiesa", per impulso dello Spirito Santo, la forma di vita che Gesù, supremo consacrato e missionario del Padre per il suo Regno, ha abbracciato ed ha proposto ai discepoli che lo seguivano... Alla luce della consacrazione di Gesù, è possibile scoprire nell'iniziativa del Padre, fonte di ogni santità,

la sorgente originaria della vita consacrata... Accogliendo la consacrazione del Padre, il Figlio a sua volta si consacra a Lui per l'umanità (cfr Gv 17,19): la sua vita di verginità, di obbedienza e di povertà esprime la sua filiale e totale adesione al disegno del Padre (cfr Gv 10,30; 14,11)».

Questo fa concludere a Giovanni Paolo II: «Veramente la vita consacrata costituisce *memoria vivente del modo di esistere e di agire di Gesù* come Verbo incarnato di fronte al Padre e di fronte ai fratelli. Essa è vivente tradizione della vita e del messaggio del Salvatore» (VC 22).

È in questo contesto che emerge, nel n. 21, il carattere cristologico e trinitario dei consigli evangelici, «espressione dell'amore che il Figlio porta al Padre nell'unità dello Spirito Santo».

La *castità* «costituisce un riflesso dell'*amore infinito* che lega le tre Persone divine nella profondità misteriosa della vita trinitaria; amore testimoniato dal Verbo incarnato fino al dono della sua vita; amore "riversato nei nostri cuori per mezzo dello Spirito Santo" (Rm 5,5), che stimola ad una risposta di amore totale per Dio e per i fratelli».

La *povertà* «diventa espressione del *dono totale di sé* che le tre Persone divine reciprocamente si fanno. È dono che trabocca nella creazione e si manifesta pienamente nell'Incarnazione del Verbo e nella sua morte redentrice».

L'*obbedienza* «manifesta la bellezza liberante di una *dipendenza filiale e non servile*, ... che è riflesso nella storia dell'amorosa corrispondenza delle tre Persone divine».

Allora, sinteticamente dice Giovanni Paolo II: «Abbracciando la *verginità*, la persona consacrata fa suo l'amore verginale di Cristo e lo confessa al mondo quale Figlio unigenito, uno col Padre (cfr Gv 10,30, 14,11), imitando la sua *povertà*, lo confessa Figlio che tutto riceve dal Padre e nell'amore tutto gli restituisce (cfr Gv.17,7.10); aderendo, col sacrificio della propria libertà, al mistero della sua *obbedienza* filiale, lo confessa infinitamente amato ed amante, come Colui che si compiace solo della volontà del Padre (cfr Gv 4,34) al quale è perfettamente unito e dal quale tutto dipende. Con tale immedesimazione "conformativa" al mistero di Cristo, la vita consacrata realizza a titolo speciale quella *confessio Trinitatis* che caratterizza l'intera vita cristiana...» (n. 16).

Presentando la consacrazione per i consigli evangelici nella sua essenza Giovanni Paolo II va al cuore della fede cristiana, il mistero della

Trinità e il mistero dell'Incarnazione del Figlio unigenito. La persona consacrata viene veramente condotta ad una visione spirituale e non funzionale della propria consacrazione e missione; viene cioè condotta ad elevarsi, nello Spirito, a Dio e a percepire e contemplare se stessa all'interno del mistero dell'amore trinitario, che si espande e manifesta nell'Incarnazione e che in un modo speciale gli viene donato per via di partecipazione.

Possiamo dedurre che la vita di verginità, povertà e obbedienza, a cui la persona consacrata viene chiamata a conformarsi, non è stata per Gesù un qualcosa di accidentale o semplicemente funzionale in ordine alla missione che doveva adempiere, ma è stata l'espressione terrena, visibile e rivelatrice, della sua relazione unica e irripetibile al Padre nello Spirito, per cui in qualche modo possiamo dire che Gesù non poteva che essere vergine, povero e obbediente.

Infatti, sarebbe riduttivo se considerassimo la verginità, povertà e obbedienza di Gesù nella loro fattualità. Queste tre dimensioni della sua vita esprimono l'unitarietà e la totalità dell'essere Figlio tutto rivolto al Padre nell'amore sostanziale dello Spirito. Per questo i tre consigli classici di castità perfetta nel celibato, povertà e obbedienza, esprimono in maniera unitaria un atteggiamento di vita, che unisce in maniera speciale ed unica alla filiazione divina del Verbo vissuta in Gesù Cristo. Essi sono fondati sulla vita filiale del Verbo incarnato, che nello Spirito si dona totalmente al Padre, in un atto di amore casto ed esclusivo che diventa spogliamento da tutto e obbedienza fino alla fine, fino alla morte di Croce (cf. nn. 23; 24).

In quanto è un atto di amore, partecipazione al sacrificio di Cristo a gloria del Padre per la salvezza del mondo, opera dello Spirito che è Amore, l'assunzione dei consigli evangelici è un atto trinitario ed una "*confessio Trinitatis*": con la professione dei consigli evangelici la persona è inserita più profondamente nel mistero della vita di Cristo, che è manifestazione della stessa vita intratrinitaria. Data l'unicità dell'amore trinitario e dell'amore di Cristo, i tre consigli sono tre aspetti di un'unica realtà, che inscindibilmente si implicano a vicenda. L'amore vero, infatti, è spogliamento e umiltà. Questo tipo di amore, santità della vita - come troviamo nel sopra citato n. 23 dell'Esortazione -, è vissuto in modo tale da essere segno e richiamo per tutti i battezzati, laici e ministri sacri, e presuppone necessariamente una vocazione ed una grazia

speciali, che hanno carattere consacratorio da parte di Dio, ai quali la persona non può che liberamente rispondere col consacrarsi nella totalità del dono della sua persona.

La stessa “confessio Trinitatis” la si ritrova nella vita di comunione fraterna¹⁴.

Giovanni Paolo II, dopo aver richiamato la volontà di Cristo di fondare quella nuova famiglia che è la Chiesa (*Mc* 3,32-35) e la realizzazione di ciò dopo l’Ascensione (*At* 2,42-47; 4,32-35), nel n. 41 dell’Esortazione dice: «In realtà, la Chiesa è essenzialmente mistero di comunione, “popolo adunato nell’unità del Padre, del Figlio e dello Spirito Santo”. La vita fraterna intende rispecchiare la profondità e la ricchezza di tale mistero, configurandosi come spazio umano abitato dalla Trinità, che estende così nella storia i doni della comunione propri delle tre Persone divine. [...] La vita consacrata ha sicuramente il merito di aver efficacemente contribuito a tener viva nella Chiesa l’esigenza della fraternità come confessione della Trinità. Con la costante promozione dell’amore fraterno anche nella forma della vita comune, essa ha rivelato che *la partecipazione alla comunione trinitaria può cambiare i rapporti umani*, creando un nuovo tipo di solidarietà. ...le persone consacrate, infatti, vivono “per” Dio e “di” Dio, e proprio per questo possono confessare la potenza dell’azione riconciliatrice della grazia, che abbatte i dinamismi disgregatori presenti nel cuore dell’uomo e dei rapporti sociali».

La *vita fraterna* è quella comunione spirituale, animata dalla carità, creata dalla comune vocazione a seguire Cristo più da vicino secondo un carisma specifico, che trova attuazioni concrete secondo il modo di istituzionalizzazione di tale carisma. Essa riguarda, come dice Giovanni Paolo II nel n. 42 dell’Esortazione, ogni forma di vita consacrata: oltre gli istituti religiosi e gli istituti secolari, anche gli eremiti, le vergini consacrate nel secolo, le vedove e i vedovi.

La *vita fraterna in comune*, propria degli istituti religiosi è un modo concreto di rendere visibile e più chiaramente percepibile la vita

¹⁴ Né il Vaticano II né il CIC 1983 comprendono la vita fraterna tra i cosiddetti consigli evangelici maggiori: castità, povertà, obbedienza; tuttavia, senza dubbio essa può essere compresa tra i “molteplici consigli” a cui si riferisce *Lumen gentium* 42c. Infatti nel Decr. *Perfectae caritatis* si tratta della vita comune nel n.15 subito dopo i consigli di castità, povertà e obbedienza, e il CIC 1983 segue lo stesso ordine: il can. 602 sulla vita di comunione fraterna, segue i canoni sui tre consigli maggiori (cann. 599-601).

di comunione fraterna, come dimensione interiore e spirituale. Negli istituti religiosi, la vita fraterna senza la vita in comune è vuota, come la vita in comune senza la vita fraterna è un corpo senz'anima.

Questo proprio perché la vita consacrata si trova, per volontà di Cristo, costitutivamente nel cuore del mistero della Chiesa, mistero di comunione con Dio e con gli uomini, e perciò mistero di santità, e lo manifesta¹⁵. La Chiesa «è in Cristo come un sacramento o segno e strumento dell'intima unione con Dio e dell'unità di tutto il genere umano» (LG 1); per questo, essa, richiama Giovanni Paolo II nel testo sopra citato, è «un popolo adunato nell'unità del Padre, del Figlio e dello Spirito Santo» (LG 4).

La dimensione trinitaria della vita consacrata, su cui, come fondamento di tutta la sua riflessione, Giovanni Paolo II si sofferma insistentemente, trova rispondenza nella dimensione trinitaria del mistero stesso della Chiesa, proprio perché la vita consacrata, nella sua costitutiva dimensione di comunione fraterna, riflette il mistero della Chiesa e quindi il mistero della stessa Trinità, mistero di eterna mutua comunicazione delle tre Persone divine distinte e unite in un amore sostanziale. È questo amore divino, dono dello Spirito, che fa la comunione tra tutti coloro che sono chiamati a condividere insieme uno stesso carisma per una stessa missione¹⁶.

È da questo che scaturisce un aspetto fondamentale della missione della vita consacrata, quella di essere testimone che l'uomo, redento da Cristo, per opera della grazia, può superare, in un mondo pervaso dall'odio e dall'ingiustizia, le barriere che lo dividono dagli altri (differenze di cultura, razza, estrazione sociale, ecc.) e quindi può vivere, nella riconciliazione, un nuovo tipo di rapporti e di solidarietà (cf. can. 602). Questo in un amore, che è partecipazione a quell'amore che in Cristo è arrivato fino alla fine, fino al dono totale della sua vita al Padre e ai fratelli, amore che è depositato nella Chiesa tutta (VC 42; 51).

Tutto ciò che nell'una o nell'altra forma di vita consacrata, o nell'uno o nell'altro istituto o società - secondo la natura, l'indole e il fine propri - esprime, specialmente nella forma di vita in comunità, la dimensione teologale ed escatologica della vita di comunione fraterna, è un'attuazione concreta di questa e nello stesso tempo un mezzo, un

¹⁵ Cf. Congregazione per gli Istituti di Vita Consacrata e le Società di Vita Apostolica, Doc. *Congregavit nos*, n. 2, 2 ottobre 1994, EV 14/345-537.

¹⁶ Cf. Ibid., nn. 1; 2; 8-10.

sostegno, perché sia alimentata (*VC* 45)¹⁷.

Proprio per questo la vita consacrata è una manifestazione e nello stesso tempo un richiamo del mistero della Chiesa come comunione.

4. La sfida profetica della pratica dei consigli evangelici

Da quanto detto emerge che, come dice Giovanni Paolo II nel n. 84 di *Vita consecrata*, il profetismo «è inerente alla vita consacrata come tale, per il radicalismo della sequela di Cristo e della conseguente dedizione alla missione che la caratterizza». Esso «si configura come una *speciale forma di partecipazione alla funzione profetica di Cristo*» e dà contenuto alla funzione di segno che la vita consacrata assume in virtù di quello che è in se stessa.

«La funzione di segno... si esprime - prosegue lo stesso numero - nella testimonianza profetica del primato che Dio e i valori del Vangelo hanno nella vita cristiana. In forza di tale primato nulla può essere anteposto all'amore personale per Cristo e per i poveri in cui Egli vive».

Il profeta si pone come sfida nell'ambiente in cui vive. Infatti, dice Giovanni Paolo II nello stesso numero, il profeta esercita un vero ministero, parlando nel nome di Dio a tutti, anche ai Pastori della Chiesa. La vocazione a vivere questa dimensione profetica come sfida lanciata a nome di Dio, diventa una sfida per le stesse persone consacrate, in quanto esse sono chiamate a verificare il proprio profetismo, se esso è un parlare a nome di Dio o di se stessi o del mondo.

Dai nn. 84-86 dell'Esortazione possiamo trarre i criteri di verifica:

- l'amicizia con Dio, coltivata nella preghiera, e l'ascolto attento della sua parola nelle diverse circostanze della storia;
- la passione per la santità di Dio, facendosi portavoce di Dio contro il male e il peccato;
- coerenza fra l'annuncio e la vita;
- la costante e appassionata ricerca della volontà di Dio;
- la piena comunione con la Chiesa;

¹⁷ Giovanni Paolo II, al n. 45 dell'Esortazione, così si esprime: «Esorto soprattutto i religiosi, le religiose e i membri delle Società di vita apostolica a vivere senza riserve l'amore vicendevole, esprimendolo nelle modalità consone alla natura di ciascun Istituto, perché ogni comunità si manifesti come segno luminoso della nuova Gerusalemme, "dimora di Dio con gli uomini" (*Ap* 21,3)».

- il discernimento spirituale, per conoscere le ispirazioni, se provenienti da Dio o dagli inganni del Maligno;
- l'amore per la verità
- la disponibilità a sacrificare tutto in una fedeltà che arrivi fino al dono estremo della propria vita.

In questo modo, il profetismo, insito nei consigli evangelici, in quanto affermazione del primato di Dio e dei beni futuri su ogni altro bene creato (*VC* 85), sarà denuncia di ciò che è contrario a Dio e al suo volere e potrà essere anche coraggiosa esplorazione di vie nuove per attuare il Vangelo nella storia, in vista del Regno di Dio¹⁸.

È in questo contesto che Giovanni Paolo II nei nn. 87-91 tratta espressamente di tre grandi sfide, da cui il compito profetico della vita consacrata viene provocato, in relazione ai tre consigli evangelici maggiori.

Le sfide che dalla società secolarizzata vengono rivolte alla Chiesa in generale e alle persone consacrate in particolare, però si risolvono in uno stimolo a mettere in luce e a testimoniare il profondo significato antropologico dei consigli evangelici (*VC* 87).

Nel n. 87 dell'Esortazione troviamo quanto segue: «La scelta di questi consigli, infatti, lungi dal costituire un impoverimento di valori autenticamente umani, si propone piuttosto come una loro trasfigurazione. I consigli evangelici non vanno considerati come una negazione dei valori inerenti alla sessualità, al legittimo desiderio di disporre di beni materiali e di decidere autonomamente di sé. Queste inclinazioni in quanto fondate nella natura, sono in se stesse buone. La creatura umana, tuttavia, debilitata com'è dal peccato originale, è esposta al rischio di tradurle in atto in modo trasgressivo. *La professione di castità, povertà e obbedienza diventa monito a non sottovalutare le ferite prodotte dal peccato originale e, pur*

¹⁸ Messo in questo contesto è meglio comprensibile l'appello ad una fedeltà creativa che troviamo nel n. 37, su cui alcuni autori insistono. Infatti l'intuizione e la via tracciata dai fondatori degli istituti, come risposta alle necessità del loro tempo, vanno riproposti con coraggio nella Chiesa e nel mondo di oggi. Ma anche qui il Papa dà dei criteri di autenticità per tale creatività:

- perseveranza nel cammino di santità;
- docilità all'ispirazione divina e al discernimento ecclesiale;
- conformazione sempre più piena al Signore;
- rinnovato riferimento alla regola;
- ricerca della competenza nel proprio lavoro.

affermando il valore dei beni creati, li relativizza additando Dio come il bene assoluto. Così coloro che seguono i consigli evangelici, mentre cercano la santità per se stessi, propongono per così dire, una “terapia spirituale” per l’umanità, poiché rifiutano l’idolatria del creato e rendono in qualche modo visibile il Dio vivente»¹⁹.

Questo testo è importante. Esso pone una sfida innanzitutto alle persone consacrate. Una sfida che va alla radice del loro modo di vivere e considerare, in relazione a Dio e al mondo, i consigli evangelici di cui fanno professione. Qui Giovanni Paolo II pone in modo estremamente succinto, ma incisivo, le basi per una spiritualità dei consigli evangelici²⁰.

La creazione è buona, perché uscita dalle mani di Dio (cf. *Gn* 1,31). È il peccato che ha portato il disordine nella creazione (cf. *Gn* 3,16-19). Cristo ha reintegrato la creazione affinché il mondo vada a Dio secondo il progetto originario (cf. *Rom* 8,19-25). L’uomo redento ha in sé il germe di tale reintegrazione ed è chiamato a portarla a perfezione. Allora, non più soggetto alla schiavitù del peccato, l’uomo redento è chiamato a collaborare con la grazia di Dio a mettere ordine innanzitutto in se stesso e quindi nella realtà creata con cui è in un continuo rapporto. Tale ordine non può essere reintegrato che in rapporto a Dio Creatore e Redentore, che è l’unico assoluto, in relazione al quale tutte le cose sono relativizzate e assumono il loro vero valore, quello che il Creatore ha dato loro fin dall’inizio. Mentre alle origini la creazione stessa era il luogo dell’incontro dell’uomo con Dio, dopo il peccato le cose create possono diventare un impedimento, in quanto, se svincolate da tale relazione al Creatore, possono essere usate in modo disordinato, cioè non tanto quanto conducono a lui (cf. *Gn* 3,8).

Allora, la sessualità, i beni materiali, la libertà del giudizio e della volontà dell’uomo, sono dei valori inerenti alla creazione, ma tali valori si definiscono solo in relazione al Creatore. La professione dei consigli evangelici, come affermazione profetica del primato di Dio e dei beni futuri (*VC* 85), è una contestazione vivente di tre tipi di assolutizzazione proposta

¹⁹ Sottolineature nostre.

²⁰ Nel n. 93 dell’Esortazione troviamo una definizione generale di spiritualità: «...un progetto concreto di rapporto con Dio e con l’ambiente, caratterizzato da particolari accenti spirituali e scelte operative, che evidenziano e ripresentano ora l’uno ora l’altro aspetto dell’unico mistero di Cristo».

dalla società secolarizzata: l'assolutizzazione della sessualità, della disposizione dei beni materiali e dell'autodeterminazione di sé. Questa triplice assolutizzazione non può che portare a usare questi beni in modo disordinato e trasgressivo e quindi distruttivo dell'uomo stesso, in quanto questi viene deviato dal suo fine ultimo, quello per cui è stato da Dio creato. L'assunzione dei consigli evangelici, invece, che non è un atto di negazione della realtà creata, è un'affermazione di essa nel suo vero valore in rapporto a Dio e un'affermazione del vero valore dell'essere umano.

Della prima provocazione alla vita consacrata il Papa tratta nel n. 88 dell'Esortazione. È quella di «una cultura edonistica che svincola la sessualità da ogni norma morale oggettiva, riducendola spesso a gioco e consumo, e indulgendo...a una sorta di idolatria dell'istinto», con gravissime conseguenze sul piano sia personale che sociale. La sfida che le persone consacrate sono chiamate a lanciare sta proprio «nella pratica gioiosa della castità perfetta, quale testimonianza della potenza dell'amore di Dio nella fragilità umana». Sulla base di questo amore liberante, che pone Dio al di sopra di ogni cosa, continua il Papa, ogni creatura può essere amata con la stessa libertà di Dio e quindi non essere più di impedimento all'incontro della creatura col suo Creatore. La verginità del cuore, di cui quella fisica è segno e tutela, a cui tende la castità perfetta, è una sfida alla società edonistica, che porta all'instabilità del rapporto uomo-donna, non più basato sul matrimonio indissolubile, ma sulla semplice convivenza o sulla possibilità del divorzio. La castità celibataria è anche un richiamo profetico ad altri stati di vita nella Chiesa. Possiamo concludere che sia un richiamo profetico ai fedeli laici sposati, affinché usino della loro sessualità in riferimento al Creatore, che ha istituito il matrimonio (*GS* 48b), nonché ai chierici celibi, affinché non considerino il loro celibato come un'imposizione della legge canonica, ma come un valore, dono dello Spirito (*PC* 16).

La seconda provocazione, di cui si tratta nel n. 89, è quella di «un materialismo avido di possesso, disattento verso le esigenze e le sofferenze dei più deboli e privo di ogni considerazione per lo stesso equilibrio delle risorse naturali». La sfida da parte della vita consacrata sta «nella professione della povertà evangelica, vissuta in forme diverse e spesso accompagnata da un attivo impegno nella promozione della solidarietà

e della carità». Tuttavia, prosegue il n. 90, «prima ancora di essere un servizio per i poveri, *la povertà evangelica è un valore in se stessa*, in quanto richiama la prima delle beatitudini nell'imitazione di Cristo povero. Il suo primo senso, infatti, è testimoniare Dio come ricchezza vera del cuore umano. Ma proprio per questo essa *contesta con forza l'idolatria di mammona, proponendosi come appello profetico*²¹ nei confronti di una società che, in tante parti del mondo benestante, rischia di perdere il senso della misura e il significato stesso delle cose». L'uso discreto dei beni è una sfida ad una società consumista che rimane sorda di fronte ai danni sempre più grandi che uno squilibrio dell'ecosistema porta.

Nella vita cristiana, al contrario del giudizio cui porta la natura corrotta dal peccato, la povertà è un valore, perché è libertà del cuore da ciò che impedisce di usare le cose secondo il loro fine. La povertà evangelica non significa miseria, morale e materiale, ma uso corretto delle cose, tanto quanto esse servono al fine di costruire il Regno di Dio secondo il suo disegno. La povertà evangelica non è un dato sociologico, ma una dimensione dello spirito, che porta a pratiche attuazioni nello stile di vita umile e austero, sia personale che comunitario, e nel servizio ai poveri. In conseguenza di questo, nel n. 82 dell'Esortazione viene affermato: «Forti di questa *testimonianza vissuta*, le persone consacrate potranno nei modi consoni alla loro scelta di vita e rimanendo libere nei confronti delle ideologie politiche, *denunciare le ingiustizie* che vengono compiute verso tanti figli e figlie di Dio, ed impegnarsi per la promozione della giustizia nell'ambiente sociale in cui operano». Questo servizio ai poveri «è atto di evangelizzazione e, nello stesso tempo, sigillo di evangelicità e stimolo di conversione per la vita consacrata...»²².

²¹ Sottolineatura nostra.

²² Sottolineature nostre. Lo stesso modo di amministrare i beni comuni da parte dei religiosi dev'essere una «testimonianza che si pone in contrapposizione alla cultura del consumismo, del capitalismo, dell'alienazione della persona per un maggior profitto, del potere». Ciò dev'essere attuato impegnandosi «in un'azione sociale per riscattare i poveri e favorire la conversione dei ricchi». La povertà collettiva, allora, è una «necessaria profezia economica che si impegna a vigilare sull'aspetto etico degli investimenti, che diventa capacità di condividere in opposizione all'accumulare» (R. RICHINI, «*Testimonium caritatis et paupertatis quasi collectivum* (can. 640). Testimonianza collettiva di povertà negli istituti religiosi», *Quaderni di Diritto Ecclesiale* 14 (2001) 70.

La terza provocazione, si dice nel n. 91, «proviene da quelle concezioni della libertà che sottraggono questa fondamentale prerogativa umana al suo costitutivo rapporto con la verità e la norma morale». Sebbene la cultura della libertà - continua Giovanni Paolo II - sia un autentico valore, intimamente connesso col rispetto della persona umana, tuttavia, l'uso distorto della libertà porta inevitabilmente all'ingiustizia e alla violenza, perché diventa affermazione arbitraria del proprio individualismo. Abbiamo visto come questo sia il male fondamentale della società secolarizzata che vive estraniata da Dio.

Allora, «risposta efficace...è l'obbedienza che caratterizza la vita consacrata. Essa ripropone in modo particolarmente vivo l'obbedienza di Cristo al Padre e, proprio partendo dal suo mistero, testimonia che *non c'è opposizione tra obbedienza e libertà*. In effetti, l'atteggiamento del Figlio svela il mistero della libertà umana come cammino d'obbedienza alla volontà del Padre e il mistero dell'obbedienza come cammino di progressiva conquista della vera libertà». La persona, assumendo il consiglio dell'obbedienza evangelica, «intende attestare la consapevolezza di un rapporto di figliolanza... Dimostra così di crescere nella piena libertà di se stessa rimanendo collegata con la fonte della sua esistenza...».

«Questa testimonianza delle persone consacrate - prosegue l'Esortazione nel n. 92 - assume nella vita religiosa particolare significato anche per la dimensione comunitaria che la caratterizza ... La vita di comunità poi è, in modo particolare, il segno, di fronte alla Chiesa e alla società, del legame che viene dalla medesima chiamata e dalla volontà comune di obbedire ad essa, al di là di ogni diversità di razza e d'origine, di lingua e di cultura. Contro lo spirito di discordia e di divisione, autorità e obbedienza risplendono come un segno di quell'unica paternità che viene da Dio, della fraternità nata dallo Spirito, della libertà interiore che si fida di Dio nonostante i limiti umani di quanti Lo rappresentano». L'obbedienza evangelica, allora, sia nella sua dimensione personale di diretta relazione a Dio sia nella sua dimensione comunitaria, è apertura all'altro nel superamento dell'individualismo, e quindi espressione di piena maturità umana e cristiana²³. Gesù ha affermato la sua piena libertà e il suo realizzarsi come uomo nella figliolanza divina, proprio nella soggezione della

²³ Cf. CONGREGAZIONE PER GLI ISTITUTI DI VITA CONSACRATA E LE SOCIETÀ DI VITA APOSTOLICA, Lett. Circ. *La gioia del Vangelo*, 2 febbraio 2014, n. 9, *EV* 30 /207-280.

sua volontà a quella del Padre, non sotto l'impulso di un suo desiderio arbitrario, ma nell'accettazione della mediazione umana per la manifestazione di essa. Così si può comprendere cosa vuol dire *Perfectae caritatis* 14b quando dice che «l'obbedienza religiosa, lungi dal diminuire la dignità della persona umana, la fa pervenire al suo pieno sviluppo, avendo accresciuta la libertà dei figli di Dio»²⁴.

In una parola, i consigli evangelici e la vita fraterna sono una sfida alla persona immersa in una società secolarizzata sempre più lontana da Dio a ritrovare se stessa.

5. La sfida della missione dell'essere...

Posto questo, lo stretto legame tra consacrazione e missione, nella prospettiva cristologica, porta alla seguente affermazione nel n. 72 dell'Esortazione: «La missione, infatti, prima di caratterizzarsi per le opere esteriori, si esplica nel rendere presente al mondo Cristo stesso mediante la *testimonianza personale*. È questa la *sfida*, questo il *compito primario* della vita consacrata! *Più ci si lascia conformare a Cristo, più lo si rende presente e operante nel mondo per la salvezza degli uomini*»²⁵. È ciò che il can. 673 esprime in forma sintetica: «L'apostolato di tutti i religiosi consiste in primo luogo nella testimonianza della loro vita consacrata, che essi sono tenuti ad alimentare con l'orazione e la penitenza». Il canone riguarda tutti i religiosi, anche quelli dediti ad opere di apostolato. Esso, poi, si connette con il can. 662 che afferma: «I religiosi abbiano come suprema regola di vita la sequela di Cristo proposta dal Vangelo ed espressa nelle costituzioni del proprio istituto». Il riferimento è a Cristo e al Vangelo, non innanzitutto alle costituzioni,

²⁴ Di fronte alla difficoltà, determinata dalla diminuzione dei membri degli istituti, di mantenere opere apostoliche complesse, la tentazione è quella di formare comunità intercongregazionali con il fine di portare avanti insieme tali opere. Dal mio punto di vista ritengo che questo snaturerebbe la vita religiosa in quanto verrebbe vanificato il voto di obbedienza riguardo alla conduzione dell'opera stessa, inoltre la vita comunitaria non sarebbe autentica perché non sarebbe basata sulla condivisione di uno stesso carisma e di una stessa missione, ma sulla scelta delle persone con cui vivere e operare.

²⁵ Questo concetto viene ripreso nel n.76, dove si dice: «Il contributo specifico di consacrati e consacrate alla evangelizzazione sta innanzitutto nella testimonianza di una vita totalmente donata a Dio e ai fratelli, a imitazione del Salvatore che, per amore dell'uomo, si è fatto servo».

per cui il canone pone sul piano dell'essere e non del fare²⁶. Le Costituzioni esprimono tale sequela proposta dal Vangelo.

Nello stesso n. 72 di *Vita consecrata* Giovanni Paolo II, precisa che la testimonianza è data secondo il carisma proprio dell'Istituto.

Su questo valore della testimonianza, che scaturisce dalla stessa realtà della consacrazione, comune quindi a tutte le forme di consacrazione, tradizionali e nuove, si basano le varie opere di apostolato nei più svariati settori. Il Codice di Diritto Canonico considera opera di apostolato anche la stessa vita degli istituti interamente dedicati alla contemplazione (can. 674) e non solo l'azione degli istituti dedicati all'apostolato (can. 675)²⁷.

La testimonianza personale e comunitaria è una sfida, intesa nel senso attivo. Tutte le persone consacrate, e i religiosi in modo visibile e pubblico sia come singoli che come comunità, sono esortate ad assumere questo compito di «sfidare» l'ambiente in cui sono e agiscono, con il loro stesso stile di vita e i valori su cui esso si fonda. Infatti, la vanagloria sfrenata cui sopra facevo cenno, che sembra dominare l'impostazione di vita di molte persone, incentrata sull'apparenza e basata sull'inautenticità dei rapporti, è il contrario di una vita che basa il suo valore su ciò che la persona è e non su quello che appare di essere. La vita basata sull'essere non può che essere frutto dell'umiltà di una persona che riconosce che la sua identità le è data da Dio e che nessuno gliela potrà mai togliere, mentre l'apparenza è soggetta alla mutevolezza delle situazioni. La persona conformata a Cristo è animata dalla speranza che chi vive nell'apparenza colga la consistenza di una vita vissuta in riferimento a Dio, dipendente da Dio, mettendo al centro Dio²⁸.

È dalla dimensione pasquale ed eucaristica, essenziale alla consacrazione, che deriva il fatto che, come viene detto nel n. 25 dell'Esortazione, «la

²⁶ Cf. CONGREGAZIONE PER GLI ISTITUTI DI VITA CONSACRATA E LE SOCIETÀ DI VITA APOSTOLICA, *Elementi essenziali negli Istituti dedicati alle opere di apostolato*, 31 maggio 1983, n. 32, EV 9/193-296.

²⁷ La Cost. ap. *Vultum Dei quaere*, 29 giugno 2016, nn. 1-4, di Papa Francesco, mette particolarmente in luce l'essenzialità della testimonianza sul piano dell'essere, propria degli istituti interamente dedicati alla contemplazione, in quanto sfidano l'atteggiamento d'indifferenza della società secolarizzata rispetto a quell'anelito insito nell'uomo di «cercare il volto di Dio», cui si riferisce Sant'Agostino (cf. AAS 108 [2016] 835-861).

²⁸ Cf. CONGREGAZIONE PER GLI ISTITUTI DI VITA CONSACRATA E LE SOCIETÀ DI VITA APOSTOLICA, Lett. Circ. *La gioia del Vangelo*, 2 febbraio 2014, nn. 8; 10.

missionarietà è insita nel cuore di ogni forma di vita consacrata». Questo significa che ogni forma di vita consacrata è missionaria e apostolica, appunto anche quella dedita integralmente alla contemplazione o alla vita eremitica, o quella di coloro che nascostamente sono fermento evangelico nell'ambiente in cui vivono (cf. anche n. 72). A fondamento di ciò Giovanni Paolo II pone l'unione con le tre Persone divine e la cooperazione alla missione di Cristo, quando nello stesso n. 25 dice: «Nella misura in cui il consacrato vive una vita unicamente dedita al Padre (cfr. *Lc* 2,49; *Gv* 4,34), afferrata da Cristo (cfr. *Gv* 15,16; *Gal* 1,15-16), animata dallo Spirito (cfr. *Lc* 24,49; *At* 1,8; 2,4), egli coopera efficacemente alla missione del Signore Gesù (cfr. *Gv* 20,21), contribuendo in modo particolarmente profondo al rinnovamento del mondo».

Possiamo chiamare questo tipo di missione, intrinseca alla vita consacrata, «missione dell'essere» e non innanzitutto del fare, perché è «missione di testimonianza» nel vivere nella quotidianità, secondo il carisma proprio, collettivo o individuale, la propria fedele e amorosa risposta al dono della consacrazione ricevuta dal Padre, come affermazione dell'assolutezza e della trascendenza dell'amore di Dio. È da dire, però, che tutto questo è nello stesso tempo una sfida per le persone consacrate a lasciarsi conformare a Cristo dallo Spirito.

Giovanni Paolo II, nel n. 70 dell'Esortazione, ponendosi nella prospettiva della profondità dell'essere, che dà la dimensione soprannaturale della consacrazione, mostra che, in un dinamismo d'amore, la persona consacrata «trova ad ogni ciclo vitale un compito diverso da svolgere, un modo specifico di essere, di servire e d'amare».

La fase della vita successiva ai primi anni dell'inserimento pieno nell'attività apostolica, può presentare, dice Giovanni Paolo II, il rischio dell'abitudine e la tentazione della delusione per la scarsità dei risultati. Di fronte a questa sfida, il modo di rispondere è volgere il cuore alla ricerca dell'essenziale alla luce del Vangelo, «non confondendo la totalità della dedizione con la totalità del risultato». Non è questa una sfida ad una società tutta volta alla misurazione dei risultati e del successo, che spinge la persona ad una frustrante e talvolta disperata competitività?

Così nell'età matura la ricerca di una sempre maggiore adeguatezza ai tempi, deve portare ad una purificazione della persona consacrata per rinnovare la propria offerta a Dio in una sempre più grande generosità.

Nell'età avanzata, con il ritiro dall'azione e spesso la malattia, la persona consacrata potrà affinare e rendere ancora più trasparente il suo «apostolato dell'essere» nel «lasciarsi plasmare dall'esperienza pasquale, configurandosi a Cristo crocefisso che compie in tutto la volontà del Padre e s'abbandona nelle sue mani fino a rendergli lo spirito. Tale configurazione è un nuovo modo di vivere la consacrazione, che non è legata all'efficienza di un compito di governo o di lavoro apostolico».

Apice di tutta la consacrazione e la missione della persona consacrata è la morte, «il momento di unirsi all'ora suprema della passione del Signore». La persona consacrata, continua Giovanni Paolo II, è consapevole che in quel momento il Padre porterà ormai a compimento in lei quel misterioso processo di formazione iniziato da tempo. La morte sarà attesa e preparata come atto supremo d'amore e di consegna di sé. Fondamentale per una vita consacrata autenticamente vissuta e matura è la *memoria mortis*. Non è questa una sfida radicale che le persone consacrate lanciano ad un mondo che camuffa la sofferenza e la morte in tutti i modi affinché esse non facciano più parte della stessa vita, anzi cerca dei mezzi per sopprimere il sofferente, non trovando più alcun senso al suo vivere?

6. ...e della conversione del cuore

Tutto questo, precisa Giovanni Paolo II nello stesso n. 25 dell'Esortazione, presuppone un prioritario compito missionario, che le persone consacrate hanno verso se stesse. Tale compito verso se stesse è la conversione del cuore nella continua apertura di esso all'azione dello Spirito. In questo modo Giovanni Paolo II può di seguito affermare: «Le persone consacrate saranno missionarie innanzitutto approfondendo continuamente la coscienza di essere state chiamate e scelte da Dio, al quale devono perciò rivolgere tutta la loro vita e offrire tutto ciò che sono e che hanno, liberandosi dagli impedimenti che potrebbero ritardare la totalità della risposta d'amore. In questo modo potranno diventare *un vero segno di Cristo nel mondo*²⁹. Anche il loro *stile di vita* deve far trasparire l'ideale che professano, proponendosi come *segno vivente di Dio e come eloquente, anche se spesso silenziosa, predicazione del Vangelo*»³⁰.

²⁹ Sottolineatura nel testo.

³⁰ Sottolineature nostre. È in questo contesto che viene richiamato il senso dell'abito religioso come segno di consacrazione, di povertà e di appartenenza ad un certo istituto.

Una sfida qui posta ai consacrati è quella della continua purificazione e conversione del cuore, come liberazione da tutto ciò che impedisce la totalità della risposta a Dio nell'amore e quindi offuscare quello che per sua natura la vita consacrata dev'essere: «un vero segno di Cristo nel mondo». È una sfida ad ogni tentazione e inganno di presunzione spirituale nella quale le persone consacrate potrebbero cadere. La dimensione dell'apostolato dell'essere, in una continua conversione del cuore, è la sfida fondamentale che viene posta alla vita consacrata. È la sfida radicale, di fronte ad una società che presenta modelli tutti protesi verso l'efficienza e il successo esteriore. Tentazione questa che permea anche la vita della Chiesa e talvolta conquista in modo ingannevole le comunità religiose.

È la sfida dell'umiltà, che fa riconoscere alla persona consacrata di essere peccatrice e quindi continuamente bisognosa della grazia di Dio per poter vivere la sua vita cristiana e di consacrazione, nella consapevolezza che la sua fedeltà si basa unicamente sulla fedeltà di Dio che non abbandona mai la persona, specialmente quando si fosse allontanata da lui col peccato. È la sfida dell'uscire dal perfezionismo volontarista, spesso presente nelle persone consacrate per una sbagliata impostazione spirituale. La persona consacrata che accoglie questa sfida, diventa sfida all'autosufficienza dominante la società in cui viviamo, che nella pretesa di totale autonomia da Dio, anzi negando Dio, conduce all'eliminazione del senso del peccato, quindi della necessità della salvezza come dono di Dio e della conversione. La testimonianza delle persone consacrate può provocare le persone chiuse nella loro autosufficienza ad uscire dalla loro solitudine ed a vivere la bellezza di relazioni nella verità.

7. La sfida dell'universalità della vita consacrata

Si tratta di una sfida che si pone in relazione alla società secolarizzata, con evidenti ripercussioni all'interno della stessa Chiesa.

La società in cui viviamo è continuamente minacciata da un nazionalismo, inficiato di autoreferenzialità, che chiude le diverse nazioni in un individualismo egoista, che è il prodotto dell'individualismo che si trova nei singoli. L'affermazione dei propri interessi chiude le nazioni alla solidarietà e mette in pericolo le realizzazioni di unificazione che con difficoltà si cerca di realizzare. È tale egoismo nazionalista che è all'origine di tante guerre.

La vita consacrata, lungo i secoli è stata segnata dalla sua universalità ed ha di fatto riunito persone provenienti da diverse culture, razze, nazioni ed estrazioni sociali, cercando di superare quelle divisioni che la storia ha scavato tra i popoli. È questa una testimonianza fondamentale che la vita consacrata ha dato ed è chiamata a continuare a dare. A parte gli ordini che al loro sorgere non sono passati per un'approvazione ed erezione diocesana, ma immediatamente papale, come, per es. l'Ordine dei Predicatori, l'Ordine francescano e l'Ordine della Compagnia di Gesù, gli istituti, anche se inizialmente sono approvati ed eretti da un vescovo, in breve tempo, proprio per il loro costitutivo carattere di universalità, si espandono in altre Chiese particolari, quindi sono riconosciuti in tale carattere dall'autorità suprema e ricevono l'approvazione pontificia, come tutela di esso. Ciò mostra come i vari carismi di vita consacrata sono per la Chiesa nella sua universalità e non solo per l'una o l'altra Chiesa particolare. Tale universalità si esprime nella missionarietà degli istituti di vita consacrata e le società di vita apostolica (can. 783), che è in stretta connessione col fatto che la direzione e il coordinamento dell'attività missionaria competono al Romano Pontefice e al Collegio dei Vescovi, proprio perché essa è espressione dell'universalità della Chiesa (cann. 781; 782). Un istituto che rimanesse definitivamente chiuso a livello di una Chiesa particolare, rischierebbe prima o poi di morire di asfissia.

La vita consacrata assume il modo di vivere degli Apostoli. Gli Apostoli, prima dell'ascensione, hanno ricevuto direttamente da Gesù risorto il mandato missionario di annunciare il Vangelo «fino agli estremi confini della terra» (At 1,8) a tutti gli uomini per farli discepoli del Signore (Mt 28,19). Adempiendo questa missione, gli Apostoli hanno dato inizio, senza delimitazioni locali, all'unico Corpo di Cristo, all'unico Popolo di Dio, all'unica Chiesa di Cristo. In questo senso, come dice la Lett. *Communio notio* del 28 maggio 1992, della Congregazione per la Dottrina della Fede, al n. 9, la Chiesa universale precede le Chiese particolari, che sono sua attuazione concreta, stabilendo così una mutua interiorità tra queste due dimensioni della stessa realtà, l'unica Chiesa di Cristo³¹. I Dodici, allo stesso piano dei quali si pone

³¹ Cf. AAS 85 (1993) 838-850. L'articolo pubblicato su L'Osservatore Romano ad un anno dalla Lettera *Communio notio* spiega che la Chiesa di Gerusalemme del giorno di Pentecoste, «che appariva "localmente" determinata, non era tuttavia una Chiesa

Paolo, non si misero a capo di Chiese particolari, ma istituirono in esse dei responsabili (*1Tim* 3,1-13; 5,17-22; *2Tm* 1,6; *Tt* 1,5-9). All'inizio coesiste la missione universale dei Dodici e degli altri apostoli itineranti, come Andronico e Giunia (*Rm* 16,7), e quella di governo nelle Chiese particolari (*1Cor* 12,28; *Ef* 4,11-12). Si ha, quindi, la coesistenza di un ministero universale e di uno locale, che dura fino al II secolo. Con la morte dei Dodici e la sparizione degli apostoli itineranti, ricade sui responsabili locali, che si configurano come vescovi, presbiteri e diaconi, il compito di «far sì che la Chiesa non diventi una sorta di federazione di Chiese particolari, giustapposte le une alle altre, ma mantenga invece la sua universalità e unità». Essi devono continuare il dinamismo universale dell'apostolicità. Questo ricade particolarmente sui vescovi in quanto successori degli Apostoli, per cui il loro ministero trascende il ministero puramente locale³². Infatti, è il Collegio episcopale che succede al Collegio Apostolico; non sono i vescovi come singoli a succedere a singoli Apostoli nella Chiesa particolare che è loro affidata.

La nota carismatica dell'apostolicità itinerante viene così assunta come propria dai monaci missionari, che convertirono popolazioni pagane dell'Europa, quindi dagli ordini e le congregazioni religiosi apostolici e dalle società di vita apostolica, che, appunto assumono la forma di vita degli Apostoli.

La missione della vita consacrata all'interno della Chiesa è quella

*locale (o particolare) nel senso attuale di questa espressione; non era cioè una portio populi Dei [...] una "singola Chiesa particolare" [...], ma il Populus Dei, la Ecclesia universalis, la Chiesa che parla tutte le lingue e, in questo senso, madre di tutte le Chiese particolari, le quali, attraverso gli Apostoli, nasceranno da lei come figlie» («La Chiesa come comunione. A un anno dalla pubblicazione della Lettera Communionis notio», *L'Osservatore Romano*, 23 aprile 1993). A Pentecoste, spiega tale articolo, c'è il realizzarsi una volta per tutte dell'evento Chiesa nel compiersi dell'evento Cristo (*Eb* 7,27), per cui in quel momento, non si può parlare di «mutua interiorità» della Chiesa universale e della Chiesa particolare. In quell'evento le due dimensioni non si davano come distinte. Là «è semplicemente la Chiesa di Cristo» nella totalità del suo mistero, che si storicizza come «matrice» sia della Chiesa universale che della Chiesa particolare. Sotto questa prospettiva si può capire in che senso intendere la priorità temporale e cronologica della Chiesa universale, rispetto ad ogni singola Chiesa particolare.*

³² Cf. J. RATZINGER, «I movimenti ecclesiali e la loro collocazione teologica», *I movimenti nella Chiesa* (Atti del Congresso Mondiale dei Movimenti Ecclesiali Roma 27-29 maggio 1998. A cura del Pontificium Consilium pro Laicis), Città del Vaticano 1999, 32-36.

di aprire le Chiese particolari in cui si insedia all'universalità della Chiesa cattolica e alla solidarietà con tutte le altre Chiese particolari, testimoniando che la Chiesa particolare è la presenza dell'unica Chiesa nella sua universalità nella particolarità di un determinato luogo. È evidente che proprio lo spirito di universalità che anima i consacrati li deve indurre al pieno inserimento nella vita e nell'azione della Chiesa particolare in cui si trovano, perché in ogni luogo vivono la concretezza dell'universalità del loro carisma, che non può che essere al servizio delle persone che sono chiamate a servire nei vari luoghi, senza distinzioni.

Il negare tale carattere costitutivo della vita consacrata significa non conoscerla e volerla relegare in una visione di Chiesa angusta. La missione della vita consacrata si pone come una sfida all'interno della Chiesa stessa di fronte ad una visione ecclesiologica che, contrapponendo in modo latente la Chiesa universale e le Chiese particolari, come se non si trattasse di un'unica realtà, rischia di cadere in un frazionamento della Chiesa, che sarebbe ridotta ad una federazione di Chiese particolari, col pericolo sempre presente del nazionalismo religioso³³. Ciò si ripercuoterebbe negativamente su tutti gli istituti e società apostolici, perché rischierebbe di applicare ad essi in modo univoco e non analogico il principio di sussidiarietà, che si trasformerebbe in un principio di non interferenza da parte dei livelli superiori dell'istituto nei livelli inferiori³⁴.

³³ In questo sembra che potrebbe cadere una visione di Chiesa tutta incentrata su Chiese particolari, ignorando che esse sono «formate ad immagine della Chiesa universale» e prendendo in considerazione esclusivamente l'affermazione che «in esse (*"in quibus"*) e da esse (*"ex quibus"*) è costituita l'una e unica Chiesa cattolica». Inserire in tale visione ecclesiologica la vita consacrata ha come conseguenza che le si fa perdere ciò che è costitutivo di essa, il suo carattere di universalità e missionarietà (cf. D. VITALI, «Una rilettura ecclesiologica di *Vita consecrata*», *Vita consecrata venticinque anni dopo*, 54-65). Quest'autore, inoltre, confonde giusta autonomia degli istituti di vita consacrata, di cui al can. 586, ed esenzione, di cui al can. 591. Sul rapporto tra Chiesa universale e Chiesa particolare, cf. Il mio libro *Chiesa universale e Chiesa particolare* (cann. 330-572), Roma 2023, 9-18; il mio articolo *La giusta autonomia e l'esenzione degli istituti religiosi: fondamenti ed estensione*, in *Vita consecrata*. 25 (1989) 679-699.

³⁴ Cf. A. PERLASCA, «Il governo centrale di un istituto religioso clericale di diritto pontificio in rapporto alle proprie circoscrizioni. Un rapporto in divenire», in *Quaderni di Diritto Ecclesiale* 32 (2019) 303-305.

8. Sfida della formazione

Una delle cause, non l'unica evidentemente, del calo drastico delle vocazioni, è la mentalità secolarizzata. Certamente la ricerca dell'affermazione di sé, del successo e di ogni comodità, nonché l'individualismo, distolgono da una prospettiva di vita che di per sé comporta l'abnegazione nella donazione disinteressata agli altri. L'im maturità che la cosiddetta "società liquida" porta con sé, distoglie le persone da una prospettiva di vita che richiede come risposta un "per sempre", una fedeltà fino alla fine della vita, col superamento delle difficoltà in un atto di fiducia in Dio, che non si lascia manipolare.

Ciò ha comportato una diminuzione sensibile, in molti casi drammatica, del numero di membri degli istituti ed un innalzamento dell'età media, con un appesantimento della vita degli istituti in generale e delle comunità, che produce un'inerzia o un'immobilità nella vita apostolica, unite ad un senso di scoraggiamento e fiducia verso il futuro. Tutto questo evidentemente diminuisce l'attrattiva verso la vita consacrata.

La tentazione in tale situazione è quella del «reclutamento di vocazioni». Tale «reclutamento» si è attuato con l'affidare quest'incarico a singoli membri dell'istituto, in un certo modo specializzati in tale arte di accaparramento, talvolta concorrenziale, di giovani che venivano ritenuti adatti. Talvolta si è avuta la «penetrazione» di alcuni membri di istituti in diocesi, proprio con lo scopo di «pescare vocazioni». Oppure si è assistito al fenomeno di installare comunità religiose non con lo scopo primario di servire la comunità ecclesiale locale secondo le sue necessità, ma perché quella regione si rivelava ricca di risultati vocazionali. Ma quali candidati o candidate sono stati raccolti in questa forma? Si è sovvertita la richiesta di Gesù di pregare per gli operai della messe, non facendo dipendere le vocazioni da una strategia umana, per giunta opportunistica. Evidentemente, le vocazioni sorgono perché c'è una presenza, ma per essere autentiche esse debbono sorgere da una presenza di servizio disinteressato. Tali strategie si sono dimostrate fallimentari, sia perché non evangeliche sia perché i giovani e le giovani, a causa di una mentalità di reclutamento, non sono stati vagliati alla luce di un serio discernimento³⁵. Evidentemente questo metodo reclutatorio si è rivelato fallimentare.

³⁵ Cf. A. CENCINI, «Patroale vocazionale e formazione. Linee di futuro in *Vita consecrata*», *Vita consecrata venticinque anni dopo*, 106-107.

Nello stesso tempo si è assistito al fenomeno di nuove fondazioni, che hanno attirato molte vocazioni, ma ci si è trovati ripetutamente davanti a realtà ambigue, in cui la libertà delle persone nella scelta e nella permanenza o meno in esse è stata fortemente limitata o addirittura annullata. In esse la formazione è stata basata su modelli del passato, quindi, con un'impostazione moralistica, sull'osservanza formale di una disciplina esterna non integrata con una radicata motivazione interna. Tale tipo di formazione conformista e poco attenta alla maturazione umana, ha mantenuto le persone psicologicamente assoggettate al fondatore o alla fondatrice e a chi comunque si trovava al governo, apportando spesso danni permanenti al loro equilibrio. Riguardo a tali realtà, in cui si sono verificati non solo abusi di potere e sulla coscienza, ma anche abusi sessuali da parte degli stessi fondatori, talvolta la Santa Sede è arrivata alla decisione di sopprimerle, in quanto è arrivata alla conclusione che alla loro origine non c'era un vero carisma.

Al di là di questi casi, nessun istituto ha l'assicurazione della perennità, quindi dev'essere disposto anche all'estinzione, se la sua funzione di servizio nella Chiesa si è esaurita. Tuttavia, a parte questi casi di estinzione, penso che gli istituti, nella situazione attuale di seria difficoltà, debbono reagire positivamente alla tentazione dello scoraggiamento fatalista e dare una testimonianza radicale della fede che niente sfugge all'amore onnipotente e provvidente di Dio, per cui si coglie la sua presenza proprio nella situazione difficile che si sta vivendo. In questa prospettiva di fede si può cogliere l'azione di Dio e quello che effettivamente vuole.

La sfida, allora, riguarda l'impostazione della formazione per condurre i giovani e le giovani che, prodotto della società da cui provengono, sono spesso fragili affettivamente, quindi insicuri.

Una prima sfida che si pone per far fronte alle difficoltà formative suscitate dalle problematiche che portano con sé i candidati e le candidate, è quella di formare bene dei formatori, affinché siano capaci di proporre e attuare una formazione integrale e integrata, che armonizzi le varie dimensioni (umana, spirituale, pastorale) nella loro interconnessione e le porti a simultaneamente maturazione (*VC* 65). In vari centri di studio sono attualmente previsti programmi di formazione per i formatori sia al ministero sacro che alla vita consacrata. Ma per essere efficaci debbono essere

programmi formativi e non semplicemente informativi. Questi secondi, generalmente di breve durata, non servono molto, mentre programmi più estesi, anche di due anni, sono volti alla maturazione umana e spirituale della persona destinata alla formazione, affinché consideri il compito che le è affidato una vocazione di Dio, resa concreta attraverso la missione ricevuta dai superiori. Spesso i superiori degli istituti scelgono ciò che è più brave, perché sono loro stessi prigionieri di una mentalità formalista e si accontentano di avere adempiuto l'obbligo formativo dei formatori nel tempo più breve possibile. Si rende necessario entrare nella prospettiva che la formazione è un investimento per il futuro dell'istituto, che dovrà sempre meno far affidamento su un numero rilevante di membri, ma certamente su membri ben formati da formatori capaci.

Il numero limitato dei candidati e delle candidate e le problematiche differenziate di cui sono portatori, richiede un'impostazione personalizzata della formazione, dove assume un'importanza primaria l'incontro sistematico col formatore o la formatrice, il quale, però, deve armonizzarsi con un programma formativo che riguarda tutto il gruppo in formazione. Gli Istituti sono così sollecitati a riunire in un luogo conveniente le case di formazione, affinché i formandi e le formande possano avere una vera esperienza di vita comunitaria e maturare, proprio nella relazione con gli altri che condividono la stessa esperienza. Inoltre, l'attenzione alla persona richiederà forse frequentemente un sostegno sul piano psicologico per operare quella sanazione che è necessaria per una maturazione umana, come presupposto della maturazione spirituale.

Inoltre, gli istituti, specialmente a causa della riduzione del numero dei candidati oppure per la poca esperienza di quelli di recente fondazione, sono sollecitati ad usufruire degli aiuti che nel campo formativo possono ricevere, in funzione complementare, da centri di formazione inter-istituti, ma senza confonderli con la comunità di formazione propria di ogni istituto, in quanto la formazione è precipuamente diretta a formare al carisma proprio dell'istituto; per questo non ha senso progettare noviziati intercongregazionali³⁶.

³⁶ Cf. CONGREGAZIONE PER GLI ISTITUTI DI VITA CONSACRATA E LE SOCIETÀ DI VITA APOSTOLICA, Norme dir. *Potissimum institutioni*, 2 febbraio 1990, nn. 98-99, AAS 89 (1990) 470-532; Istr. *La collaborazione inter-istituti per la formazione*, 8 dicembre 1998, 7-9, in EV 17/1806-1895. Sul tema, cf. S. RECCHI, «La collaborazione inter-istituti per la formazione», *Quaderni di Diritto Ecclesiale*, 14 (2001) 40-50.

La sfida della formazione la si potrebbe sintetizzare nella capacità di formare consacrati e consacrate che sappiano essere, con l'autenticità della loro vita, una sfida alla società secolarizzata nella quale sono destinati ad immergersi per servirla con l'amore di Cristo, consapevoli di essere nel mondo ma non del mondo (Gv 17,11.14)³⁷.

9. Conclusioni

L'esigenza di una conversione del cuore spinge le persone consacrate verso un «*magis*», un «*qualcosa di più*», che non è mai compiuto, perché le spinge a porsi nel dinamismo dell'amore, che è ciò che costituisce la realtà della consacrazione. Della consacrazione che tocca le radici del loro essere, come opera dello Spirito, le persone consacrate sono invitate ad una seria e profonda presa di coscienza, per poter attuare la conversione del loro cuore e quindi vivere con autenticità la loro vocazione e missione nella Chiesa e nel mondo.

Lungo tutta la sua storia, la Chiesa, nelle situazioni difficili che ha vissuto, ha sempre preso vigore dal sangue dei martiri nelle persecuzioni e dalla testimonianza dei confessori della fede che hanno dato origine a nuove forme di vita consacrata. Nella società secolarizzata che allontana sempre più Dio dall'orizzonte della vita umana, le persone consacrate non possono ripiegarsi su ste stesse in una sterile recriminazione del tempo presente e nostalgia del tempo passato. Ciò manifesterebbe un'immaturità che le bloccherebbe nella loro missione propria. Invece, presa coscienza della grandezza del dono divino ricevuto e dell'identità propria, dovranno avere il coraggio di intraprendere un cammino di maturazione nella fede, nella speranza e nella carità, affinché il loro porsi nella Chiesa e nel mondo sia sensato e in questo modo diventi una sfida coraggiosa e intraprendente alla mancanza o alla distorsione di valori, che si riscontrano nella società secolarizzata.

Bibliografia

Benedetto XVI, *Insegnamenti di Benedetto XVI*, VI,1/2010, Città del Vaticano, 2011.

³⁷ Per un approfondimento su questo tema, cf. A. CENCINI, «Pastorale vocazionale e formazione», 111-118; CONGREGAZIONE PER GLI ISTITUTI DI VITA CONSACRATA E LE SOCIETÀ DI VITA APOSTOLICA, *Ripartire da Cristo*, n. 18.

Cencini A., *Pastorale vocazionale e formazione. Linee di futuro in Vita consecrata*, in *Vita consecrata venticinque anni dopo. Bilanci e nuove prospettive*, Milano, 2022, pp. 123-145.

Congregazione per gli Istituti di Vita Consacrata e le Società di Vita Apostolica, Lett. Circ. *La gioia del Vangelo*, 2 febbraio 2014, n. 9, EV 30, pp. 207-280.

Congregazione per gli Istituti di Vita Consacrata e le Società di Vita Apostolica, *Elementi essenziali negli Istituti dediti alle opere di apostolato*, 31 maggio 1983, n. 32, EV 9, pp. 193-296.

Francesco, Cost. ap. *Vultum Dei quaere*, 29 giugno 2016, in *AAS* 108 (2016), pp. 835-861.

Francesco, Lett. ap. M.P. *Porta fidei*, 11 ottobre 2011, n. 2, in *AAS* 103 (2011), pp. 723-734.

Ghirlanda G., *Il mio libro Chiesa universale e Chiesa particolare* (cann. 330-572), Roma, 2023.

Ghirlanda G., *La giusta autonomia e l'esonazione degli istituti religiosi: fondamenti ed estensione*, in *Vita consecrata* 25 (1989), pp. 679-699.

Longhitano T., *Il contributo di Vita consecrata all'evangelizzazione. Gli apporti, i limiti, le prospettive*, in M. Bevilacqua (ed.), «*Vita consecrata*», *venticinque anni dopo. Bilanci e nuove prospettive*, Milano, 2022, pp. 81-97.

Martens K., *The Reform of the Roman Curia at the Service of the New Evangelization*, in *The Jurist* 75 (2015), pp. 197-228.

Perlasca A., *Il governo centrale di un istituto religioso clericale di diritto pontificio in rapporto alle proprie circoscrizioni. Un rapporto in divenire*, in *Quaderni di Diritto Ecclesiale* 32 (2019), pp. 303-305.

Ratzinger J., *I movimenti ecclesiali e la loro collocazione teologica*, in *Pontificio Consiglio per i Laici, I movimenti nella Chiesa. Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali* (27-29 maggio 1998), Città del Vaticano 1999, pp. 25-39.

Recchi S., *La collaborazione inter-istituti per la formazione*, in *Quaderni di Diritto Ecclesiale* 14 (2001), pp. 40-50.

Richini R., *Commento a un canone Testimonium caritatis et paupertatis quasi collectivum (can. 640). La testimonianza collettiva di povertà negli istituti religiosi*, in *Quaderni di Diritto Ecclesiale* 14 (2001), pp. 51-76.

Vitali D., *Una rilettura ecclesiologica di Vita consecrata*, in M. Bevilacqua (Ed.), *Vita consecrata venticinque anni dopo. Bilanci e nuove prospettive*, Milano, 2022, pp. 54-65.

Progressi e sfide nell'ambito del diritto processuale canonico

Progress and challenges in canonical procedural law

Luigi Sabbarese¹

Resumo: O direito processual canônico está passando por uma profunda renovação, especialmente no âmbito do direito matrimonial, pois as reformas introduzidas pelo Papa Francisco em 2015 trouxeram mudanças substanciais. Essas reformas, implementadas por meio dos motu proprio *Mitis Iudex Dominus Iesus* (MIDI) e *Mitis et Misericors Iesus* (MMI), modernizaram significativamente o processo de nulidade matrimonial, tornando-o mais ágil e reforçando o papel dos bispos diocesanos como juízes naturais. Entretanto, junto com estes avanços, surgem também desafios consideráveis. A nova ênfase no papel dos bispos exige uma formação técnica mais aprofundada e uma aplicação criteriosa das novas normas, o que pode ser difícil de realizar em algumas circunstâncias. Além disso, as reformas suscitaram questões sobre a clareza das disposições normativas e a efetividade dessas mudanças, gerando a necessidade de novos esclarecimentos por parte das autoridades eclesiais.

Abstract: Canonical procedural law is undergoing significant transformation, particularly in the area of matrimonial law, where the reforms introduced by Pope Francis in 2015 have led to substantial changes. These reforms, enacted through the motu proprio *Mitis Iudex Dominus Iesus* (MIDI) and *Mitis et Misericors Iesus* (MMI), have greatly streamlined the process for declaring matrimonial nullity, making it more efficient and enhancing the role of diocesan bishops as natural judges. However, these advancements come with considerable challenges. The increased emphasis on the role of bishops requires more extensive technical training and careful implementation of the new norms, which can be challenging in some circumstances. Additionally, the reforms have raised questions about the clarity of the legal provisions and the effectiveness of these changes, prompting the need for further clarification from ecclesiastical authorities.

¹ P. Luigi Sabbarese, sacerdote scalabriniano e canonista italiano, è Vicario Giudiziale del Tribunale Ecclesiastico dello Stato della Città del Vaticano e referente per la tutela dei minori in Vaticano. Quest'ultimo incarico fu conferito in attuazione del Motu Proprio di Papa Francesco "Sulla protezione dei minori e delle persone vulnerabili" del 26 marzo 2019.

Enquanto o direito matrimonial canônico foi significativamente atualizado, outras áreas, como o direito penal e administrativo, ainda aguardam uma reforma abrangente. Esse desequilíbrio representa um desafio contínuo para a unificação e a eficiência do sistema jurídico eclesiástico como um todo.

Palavras-chave: Modernização; Desafios normativos; Direito processual canônico; Bispos diocesanos; Declaração de nulidade matrimonial.

While matrimonial canonical law has undergone significant updates, other areas, such as penal and administrative law, still await comprehensive reform. This disparity presents ongoing challenges for the overall coherence and efficiency of the ecclesiastical legal system.

Keywords: Modernization; Normative challenges; Canonical procedural law; Diocesan bishops; Declaration of matrimonial nullity.

Premessa

L'ampiezza del tema -che investe l'intero diritto processuale canonico²- impone di fare una scelta di campo che opta per una più ampia presentazione del diritto processuale matrimoniale, peraltro ancora il più diffuso, e che, dopo la riforma del 2015 - realizzata da papa Francesco attraverso la promulgazione delle lettere apostoliche in forma di m.p. *Mitis Iudex Dominus Iesus* (MIDI)³ e *Mitis et misericors Iesus* (MMI)⁴ - merita di essere considerato nella duplice prospettiva dei progressi e delle sfide.

Uno spazio meno amopio, se non residuale, sarà riservato al diritto processuale penale e amministrativo, i quali non hanno ricevuto un aggiornamento normativo.

L'aggiornamento dell'intero libro VI del CIC e del titolo corrispondente del CCEO ha riguardato le sanzioni nella Chiesa nella prospettiva del diritto sostantivo. Il processo penale canonico non è stato rinnovato, sebbene ciò sia necessario, se non su alcuni punti di procedura nel trattamento dei casi di abuso sessuale di minori commessi da chierici.

² Per alcune questioni terminologiche e ontologiche rinvio a C. DE DIEGO-LORA, *Proceso*, in DGDC VI, 501-508; R. RODRÍGUEZ OCAÑA, *Derecho procesal*, in DGDC III, 177-180; P.V. PINTO, *I processi nel Codice di Diritto Canonico. Commento sistematico al Lib. VII*, Libreria Editrice Vaticana-Pontificia Università Urbaniana, Città del Vaticano 1993, 20-32; M.L. ARROBA CONDE, *Diritto processuale canonico*, Ediurola, Roma 2020⁷, 13-49.

³ Cfr. FRANCESCO, lettera apostolica data in forma di *motu proprio* *Mitis Iudex Dominus Iesus*, 15 agosto 2015, in *AAS* 107 (2015), 958-967.

⁴ Cfr. FRANCESCO, lettera apostolica data in forma di *motu proprio* *Mitis Iudex Dominus Iesus*, 15 agosto 2015, in *AAS* 107 (2015), 946-957.

Nell'ambito, infine, dei processi amministrativi molteplici sarebbero le questioni da trattare. Sia qui sufficiente accennare da una parte alla eccessiva "amministrativizzazione" di certi processi, ad esempio di quelli penali, come è dato ravvisare anche nel sussidio applicativo del Libro VI che contiene una parte dedicata esclusivamente alla procedura amministrativa penale⁵, dall'altra alla costituzione di tribunali amministrativi locali per la tutela dei diritti dei fedeli.

I. Il processo per la dichiarazione di nullità del matrimonio

1. La storia recente della riforma del processo matrimoniale canonico

La storia recente della riforma del processo matrimoniale canonico per la Chiesa latina e per le Chiese orientali deve la sua celere attuazione alle spinte emerse durante e dalla III Assemblea generale straordinaria del Sinodo dei vescovi. Soprattutto nei nn. 48-49 della *Relatio Synodi* sono state raccolte alcune proposte per una riforma delle procedure e, trattando dello "snellimento della procedura" per le cause matrimoniali, sono state ribaditi la responsabilità attiva del vescovo diocesano e la preparazione e l'impegno di un numero adeguato di operatori della giustizia. Non sono in grado di valutare se questi due aspetti costituiscano un effettivo progresso nell'ambito dei processi canonici, ma certamente erano e rimangono sfide sempre attuali che accompagnano ogni processo canonico.

Tuttavia già nell'allocuzione alla Segnatura apostolica dell'8 novembre 2013, il papa aveva posto l'accento sulla responsabilità episcopale nell'amministrazione della giustizia: «La vostra attività è volta a favorire l'opera dei tribunali ecclesiastici, chiamati a rispondere adeguatamente ai fedeli che si rivolgono alla giustizia della Chiesa per ottenere una giusta decisione. Vi adoperate perché funzionino bene, e sostenete la responsabilità dei vescovi nel formare idonei ministri della giustizia»⁶.

Le istanze sinodali sono state recepite dal papa che ha istituito una commissione speciale il 27 agosto 2014, allo scopo di elaborare una proposta di

⁵ Cfr. DICASTERO PER I TESTI LEGISLATIVI, *Le sanzioni penali nella Chiesa. Sussidio applicativo del Libro VI del Codice di Diritto Canonico*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2023, 175-222.

⁶ FRANCESCO, allocuzione *Questa vostra sessione*, alla sessione plenaria del Supremo tribunale Segnatura apostolica, 8 novembre 2013, in *AAS* 105 (2013), 1152.

riforma del processo matrimoniale canonico⁷. La commissione⁸ ha concluso i lavori che sono poi confluiti nei due m.p. MIDI e MMI che, entrati in vigore l'8 dicembre 2015, hanno sostituito sia nel codice per la Chiesa latina sia in quello per le Chiese orientali i canoni che regolano il processo matrimoniale.

Promulgate le nuove leggi sul processo matrimoniale canonico, si è succeduta una serie di questioni e di risposte particolari che hanno in qualche modo richiesto ulteriori autorevoli chiarificazioni circa il nuovo quadro normativo vigente; tali chiarificazioni sono confluite sia in interventi che hanno dovuto esplicitare la *mens* del papa sulla riforma con la dichiarazione pubblicata l'8 novembre 2015 su *L'Osservatore Romano* e con il rescritto del 7 dicembre 2015 circa il compimento e l'osservanza della nuova legge del processo matrimoniale, sia nel *Sussidio applicativo* del m.p. MIDI del gennaio 2016⁹.

A mio giudizio, tutti questi interventi successivi al m.p. costituiscono un forte limite in quanto denunciano una certa carenza di chiarezza nell'elaborazione della *dictio normae* e quindi anche nell'applicazione della legge stessa.

2. Le principali innovazioni introdotte con la riforma del processo matrimoniale

Tra le principali innovazioni introdotte nel *Codex Juris Canonici* si possono annoverano:

⁷ Vi è da notare che le istanze riformatrici di tale processo erano già presenti ancor prima delle due ultime assemblee sinodali; infatti, presso il Pontificio consiglio dei testi legislativi erano al lavoro due commissioni, una sui processi matrimoniali e una sul diritto matrimoniale, che hanno poi concluso i lavori contestualmente a quelli della commissione speciale pontificia.

⁸ Di questa Commissione conosciamo i membri (Cfr. G. BONI, *La riforma del processo matrimoniale canonico. Osservazioni e questioni aperte*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO [a cura di], *La riforma del processo canonico per la dichiarazione di nullità del matrimonio*, Glossa, Milano 2018, 107-108, nota 9), ma nulla si sa dell'*iter* dei lavori, né degli schemi preparatori che hanno condotto al testo definitivo. La singolarità della fase preparatoria, di cui nulla si sa e di cui sembra non vi siano verbali (consultabili) rende difficoltoso, ove necessario, il reperimento della *mens Legislatoris*.

⁹ Per la complessità e molteplicità del quadro delle fonti rinvio, *ex multis*, a G. BONI, *La riforma del processo matrimoniale canonico. Osservazioni e questioni aperte*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO (a cura di), *La riforma del processo canonico per la dichiarazione di nullità del matrimonio*, 162-197, 217-231.

la modifica, per le cause matrimoniali non riservate alla Sede apostolica, dei titoli equivalenti di competenza per i quali, circa il domicilio e il quasi-domicilio della parte attrice, non è più previsto che le parti debbano risiedere nel territorio della medesima conferenza episcopale e che il vicario giudiziale del luogo del domicilio della parte convenuta, udita la medesima, sia d'accordo; la medesima semplificazione ha coinvolto anche il criterio del luogo in cui si deve raccogliere la maggior parte delle prove¹⁰ (can. 1672 del *CIC*);

il rafforzamento del principio, già previsto nel can. 1419 del *CIC*, in base al quale il vescovo diocesano è il giudice di prima istanza per le cause di cause di nullità del matrimonio, per le quali il diritto non faccia espressamente eccezione, potendo esercitare la potestà giudiziaria personalmente o per mezzo di altri, a norma del diritto (can. 1673 § 1 del *CIC*) e dovendo costituire per la sua diocesi un tribunale diocesano per le cause di nullità del matrimonio, fatta salva la possibilità di accedere ad un altro viciniore tribunale diocesano oppure interdiocesano (can. 1673 § 2 del *CIC*);

la possibilità che nel collegio giudicante, presieduto da un giudice chierico, i rimanenti giudici possano essere laici¹¹ (can. 1673 § 3 del *CIC*), mentre il can. 1421 § 2 del *CIC*, nel disciplinare i giudizi in generali, limita la partecipazione al collegio ad un solo laico;

la possibilità di affidare le cause matrimoniali a un giudice unico chierico, nel caso in cui non si possa costituire un tribunale collegiale in diocesi o nel tribunale viciniore (can. 1673 § 4 del *CIC*), mentre il tribunale di seconda istanza deve sempre essere collegiale (can. 1673 § 5 del *CIC*);

¹⁰ Una sfida importante che investe la fase probatoria riguarda l'ammissione e l'ammissibilità di prove non documentali e dunque tutte le svariate tipologie di prove digitali. Cfr. A. GIRAUDO, *Prove e nuove tecnologie nel processo canonico*, in AA.Vv., *Matrimonio e processo: la sfida del progresso scientifico e tecnologico*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2016, 273-294; S. BARCA, *La prova digitale nel processo di nullità matrimoniale*, in R. PALOMBI – H. FRANCESCHI – E. DI BERNARDO (a cura di), *Iustitia et sapientia in humilitate. Studi in onore di Mons. Giordano Caberletti*, Tomo II, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2023, 603-625; A. ZAMBON, *Il processo canonico di fronte alle nuove tecnologie*, in AA.Vv., *Sinodalità e processo canonico*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2023, 39-58.

¹¹ In questo contesto l'evoluzione dell'esercizio della potestà giudiziale, che dopo il Codice del 1983 e dopo la riforma del m.p. MIDI, ha visto sempre più l'accesso dei laici è stata valutata come una progressiva marginalizzazione della potestà giudiziale.

la previsione dell'appello al tribunale metropolitano di seconda istanza, fatto salvo il disposto dei cann. 1438, 1439 e 1444 del *CIC* (can. 1673 § 6 del *CIC*);

prima della accettazione della causa, in luogo del tentativo di conciliazione dei coniuge¹², è oggi richiesto che il giudice debba aver raggiunto la certezza che il matrimonio sia irrimediabilmente fallito, in modo che sia impossibile ristabilire la convivenza coniugale (can. 1675 del *CIC*);

la possibilità affidata al vicario giudiziale, sentito il difensore del vincolo, di convertire il processo matrimoniale ordinario in processo breve quando la parte convenuta che non ha sottoscritto il libello non manifesta la propria posizione neanche dopo la seconda ammonizione (can. 1676 § 2 del *CIC*); in questo caso deve procedere a norma del 1685 del *CIC* (can. 1676 § 4 del *CIC*);

il riconoscimento del valore di prova piena alla confessione giudiziale e alle dichiarazioni delle parti, sostenute da eventuali testi di credibilità delle stesse, da valutarsi dal giudice considerati tutti gli indizi e gli ammenicoli, se non vi siano altri elementi che le confutino (can. 1678 § 1 del *CIC*); similmente, la deposizione di un solo teste può fare pienamente fede, se si tratta di un teste qualificato che deponga su cose espletate d'ufficio, o le circostanze di fatti e di persone lo suggeriscono (can. 1678 § 2 del *CIC*);

l'abolizione del principio della c.d. "doppia conforme", prevedendo che la sentenza che per la prima volta ha dichiarato la nullità del matrimonio, decorso i termini stabiliti nei cann. 1630-1633 del *CIC*, diventa esecutiva (can. 1679 del *CIC*)¹³;

la consequenziale riforma delle norme che disciplinano l'appello, prevedendo che: 1) la parte che si ritenga onerata, il promotore di giustizia e il difensore del vincolo hanno diritto di interporre querela di nullità della sentenza oppure appello verso la medesima a norma dei cann. 1619-1640 del *CIC* (can. 1680 § 1 del *CIC*); 2) decorsi i termini stabiliti dal diritto per l'appello e la sua prosecuzione, dopo che il tribunale di istanza superiore ha ricevuto gli atti giudiziari, si deve costituire il collegio dei

¹² In merito si rinvia a R. SANTORO, *Il tentativo di conciliazione nel diritto processuale canonico*, in *Diritto e religioni* 1 (2012), 52-55.

¹³ Circa le sollecitazioni della dottrina per l'abrogazione della doppia conforme, cfr. A. BETTETINI, *Matrimonio e processo canonico: proposte per una innovazione nella tradizione*, in *Jus-online* 1 (2015), 1-16.

giudici, designare il difensore del vincolo e ammonire le parti a presentare le proprie osservazioni entro un termine prestabilito, decorso il quale il tribunale collegiale deve confermare con proprio decreto la sentenza di prima istanza nel caso in cui l'appello risulti manifestatamente dilatorio (can. 1680 § 2 del *CIC*)¹⁴; 3) se l'appello è stato ammesso, si deve procedere come in prima istanza, sia pure con i dovuti adattamenti (can. 1680 § 3 del *CIC*); 4) se nel grado di appello viene introdotto un nuovo capo di nullità del matrimonio, il tribunale lo può ammettere e su di esso giudica come se fosse in prima istanza (can. 1680 § 4 del *CIC*);

l'introduzione del processo matrimoniale più breve davanti al vescovo diocesano (cann. 1683-1687 del *CIC*)¹⁵.

Papa Francesco, con un rescritto del 7 dicembre 2015, ha inoltre precisato che le succitate leggi di riforma del processo matrimoniale abrogano o derogano ogni legge o norma contraria finora vigente, generale, particolare o speciale, eventualmente anche approvata in forma specifica, tra le quali, ad esempio, il m.p. *Qua cura*, promulgato da Pio XI l'8 dicembre 1938, con il quale furono istituiti in Italia i tribunali ecclesiastici regionali¹⁶.

¹⁴ Cfr. G.P. MONTINI, «Si appellatio mere dilatoria evidenter appareat» (cann. 1680 § 2 e 1687 § 4 MIDI): alcune considerazioni, in *Periodica* 105 (2016), 663-699; E. DI BERNARDO, *Problemi e criticità della nuova procedura*, in AA.Vv., *La riforma del processo matrimoniale ad un anno dal motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2017, 145-150.

¹⁵ Cfr. C. PEÑA GARCÍA, *El nuevo proceso "brevior coram episcopo" para la declaración de la nulidad matrimonial*, in *Monitor Ecclesiasticus* 130 (2015), 567-593; L. MUSSELLI, *Diritto matrimoniale*, in L. MUSSELLI – M. TEDESCHI, *Manuale di diritto canonico*, Monduzzi, Bologna 2005, 278-279; E. NAPOLITANO, «Il processus brevior nella lettera apostolica motu proprio data *Mitis Iudex Dominus Iesus*», in *Monitor Ecclesiasticus* 130 (2015), 549-566; L. SABBARESE – R. SANTORO, *Il processo matrimoniale più breve. Disciplina canonica e riflessi concordatari*, EDB, Bologna 2016; L. SABBARESE, *Il processo più breve: condizioni per la sua introduzione, procedura, decisione*, in E. B.O. OKONKWO – A. RECCHIA (a cura di), *tra rinnovamento e continuità. Le riforme introdotte dal motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2017, 39-58.

¹⁶ Cfr. FRANCESCO, rescriptum *L'entrata in vigore, circa novam legem efficiendam atque servandam de processu matrimoniali*, 7 dicembre 2015, n. I, in *AAS* 108 (2016), 5. Nel medesimo rescritto, il santo padre ha anche stabilito che nelle cause di nullità di matrimonio davanti alla Rota romana il dubbio sia fissato secondo l'antica formula: *An constet de matrimonii nullitate, in casu*; non è possibile proporre appello contro le decisioni rotali in materia di nullità di sentenze o di decreti; dinanzi alla Rota romana non è ammesso il ricorso per la *nova causae propositio*, dopo che una delle parti ha

3. La consulenza previa e l'introduzione della causa

La pastorale giudiziale e l'indagine pregiudiziale rappresentano «un decisivo indirizzo della riforma [che] consiste nell'orientamento più pastorale da conferire all'attività giudiziale»¹⁷. A maggior ragione tale indirizzo deve risultare nella consulenza previa all'introduzione di una causa.

Le *Regole procedurali* (RP), per la corretta e accurata applicazione della legge rinnovata con m.p. MIDI, negli artt. 2-5 offrono disposizioni circa l'indagine pastorale per orientare i fedeli nella verifica di validità del loro matrimonio e nella eventuale introduzione della causa¹⁸.

Con la promulgazione del m.p. MIDI e delle RP del 15 agosto 2015 è riemersa con forza l'esigenza di approntare servizi efficaci e persone sempre più preparate per accompagnare, discernere e integrare i fedeli che vivono matrimoni falliti e situazioni familiari ferite. In questo contesto si apre la riflessione sull'investigazione pregiudiziale o pastorale, aspetto in parte nuovo e certamente affascinante, e si precisa soprattutto la responsabilità dei parroci, non senza quella dei Vescovi e di altri operatori, nel tentativo sia di sradicare quella falsa aporia tra diritto e pastorale sia di riconsiderare il concetto di pastorale giudiziale.

celebrato un nuovo matrimonio canonico, a meno che consti manifestamente dell'ingiustizia della decisione; il decano della Rota romana ha la potestà di dispensare per grave causa dalle norme rotali in materia processuale; come sollecitato dai patriarchi delle Chiese orientali, è rimessa ai tribunali territoriali la competenza sulle *causae iurium* connesse con le cause matrimoniali sottoposte al giudizio della Rota romana in grado d'appello; la Rota romana giudichi le cause secondo la gratuità evangelica, cioè con patrocinio *ex officio*, salvo l'obbligo morale per i fedeli abbienti di versare un'oblazione di giustizia a favore delle cause dei poveri.

¹⁷ E. DI BERNARDO, *Problemi e criticità della nuova procedura*, in AA.VV., *La riforma del processo matrimoniale ad un anno dal motu proprio* Mitis Iudex Dominus Iesus, 118.

¹⁸ L'indagine pregiudiziale o pastorale, orientata a conoscere la condizione dei fedeli separati o divorziati e a raccogliere quanto potrà essere utile per un eventuale processo, ordinario o più breve, si svolgerà nell'ambito della pastorale matrimoniale diocesana; tale indagine sarà affidata a persone ritenute idonee dall'ordinario del luogo, ad esempio il parroco proprio o quello che ha preparato i coniugi alla celebrazione delle nozze, che dovranno, tra l'altro indagare se le parti sono d'accordo nel chiedere la nullità; l'indagine si chiude con il libello, da presentare eventualmente al tribunale competente.

3.1. *L'indagine pregiudiziale o pastorale*¹⁹

Con la riforma dei processi matrimoniali si è provveduto a valorizzare la dimensione pastorale, senza con ciò confondere accompagnamento pastorale e attività processuale, operando false accentuazioni e interpretazioni²⁰.

Scopo dell'indagine pregiudiziale o pastorale è conoscere la condizione dei fedeli in crisi matrimoniale, soprattutto dei fedeli separati e divorziati che dubitano della validità del loro matrimonio o che hanno maturato la convinzione della nullità del medesimo (cf. RP proemio ed art. 2). Implementare il discernimento di situazioni matrimoniali complesse in vista del raggiungimento della serenità di coscienza non deve cedere alla tentazione di usare con superficialità o addirittura eliminare un altro tipo di discernimento tecnico che si realizza propriamente nel processo²¹.

L'indagine pregiudiziale o pastorale e il processo per dichiarare nullo un matrimonio sono realtà di natura diversa e operano con scopi precisi l'una dall'altro. Mentre il processo per la dichiarazione di nullità mira a stabilire la verità sull'esistenza giuridica o meno di un matrimonio, la fase pregiudiziale ha più intenti, come, ad esempio, raccogliere gli elementi utili per il processo giudiziale, oppure ricercare i diversi elementi alla base della crisi, discernere la condizione matrimoniale passata e presente dei coniugi, o anche accompagnarli verso una "soluzione" giusta ed equa, nel rispetto del cammino personale dei coniugi e delle indicazioni ecclesiali. Sembra più importante concentrare l'attenzione e le competenze sulla qualità del percorso pregiudiziale o pastorale ben preparato e condotto, piuttosto che attardarsi sulla durata di esso.

3.2. *Il ruolo del parroco nell'indagine pregiudiziale o pastorale*

Sicuramente la riforma dei processi matrimoniali ha inteso conferire un orientamento più spiccatamente pastorale all'attività giudiziale

¹⁹ Cfr. E. TUPPUTI, *L'indagine pregiudiziale o pastorale alla luce del m.p. Mitis Iudex Dominus Iesus. Applicazione nelle diocesi della Puglia*, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2021.

²⁰ Cfr. J.M. ARROBA CONDE, *Sfide attuali del diritto processuale canonico*, in AA.VV., *Il diritto canonico nella missione della Chiesa*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2020, 115.

²¹ Cfr. J.M. ARROBA CONDE, *Servizio alla persona e tecnica giudiziale nel diritto canonico*, in G. BONI – E. CAMASSA – P. CAVANA – V. TURCHI (a cura di), *Recte sapere. Studi in onore di Giuseppe Dalla Torre*, vol. I, Giappichelli, Torino 2014, 19-36.

dei tribunali ecclesiastici. Il potenziamento delle strutture pastorali, anche in termini di conversione delle stesse, ha di mira il rafforzamento del fondamento pastorale del servizio specialistico in materia giudiziale.

La funzione consultiva pregiudiziale, che possono svolgere i parroci come pure altri a ciò incaricati, dovrà prima o poi incontrarsi con un confronto tecnico perché siano date indicazioni precise sulle singole fattispecie; e ciò non si può fare in maniera approssimativa, sbrigativa e senza alcuna preparazione canonistica in merito. Tale preparazione è urgente, soprattutto perché finalità importante dell'indagine pregiudiziale o pastorale è identificare le circostanze delle RP art. 14, per un'eventuale celebrazione di processo più breve.

Valorizzare l'ufficio parrocchiale nel processo e nell'accompagnamento dei coniugi comporta ridare il giusto posto alla funzione di prossimità pastorale che il parroco, in quanto pastore proprio, esercita forse più del Vescovo, atteso che più di Lui si vede affidata una *certa communitas fidelium* (cf. 515 § 1) e deve cercare di conoscere e accompagnare i fedeli affidati alle sue cure (cf. can. 529 § 1)²².

Un ambito specifico, ma purtroppo sconosciuto e inapplicato, di intervento della pastorale giudiziale riguarda la conclusione del processo canonico per la dichiarazione di nullità del matrimonio e le conclusioni del dispositivo della sentenza, con la relativa pastorale giudiziale anche dopo la conclusione del processo canonico: sia quando è provata la nullità sia (soprattutto) quando la nullità non è provata non cessa la responsabilità dei parroci di continuare a discernere ed accompagnare, significando in tal modo ancor più efficacemente il criterio della prossimità pastorale e qualificando fattivamente l'identità e l'attività dei tribunali ecclesiastici come uffici pastorali a tutti gli effetti.

Il superamento della frattura tra pastorale e diritto dovrebbe essere considerato anche durante il processo e quando questo si è concluso, anche se l'esito della causa è negativo.

²² Il criterio di accompagnamento e quello di prossimità si comprendono meglio se contestualizzati nel magistero pontificio precedente il *motu proprio* MIDI e cioè nell'esortazione apostolica EG (*Evangelii gaudium*), la quale presenta l'accompagnamento come un farsi compagni di cammino e di vita, adottando un incedere e una meta condivisi. Cfr. FRANCESCO, esortazione apostolica *Evangelii gaudium*, 24 novembre 2013, in *AAS* 105 (2013), 1019-1137.

Deve, quindi, essere colto il significato pastorale del diritto canonico e, parimenti, il nesso stretto tra pastoraltà e giuridicità, nesso che si fonda non solo sul concetto integrale di persona, ma anche su una corretta visione ecclesiologica, che prospetta una connaturale unità fra dimensione misterica e dimensione storica della Chiesa di Cristo. Sotto questo profilo, la dimensione storico-giuridica si rivela quale aspetto intrinseco della pastorale: entrambe sono finalizzate alla *salus animarum*; e postula una relazione di reciproca immanenza: il diritto partecipa al *munus pastorale* di Cristo che costruisce la comunità e la conserva nell'ordine e nel rispetto di relazioni giuste. Tale azione pastorale non può essere concepita né può operare senza giustizia, la quale è propriamente espressione della carità.

4. La centralità del vescovo diocesano nella riforma del processo matrimoniale

La riforma del processo matrimoniale canonico ha sancito una serie di innovazioni²³ tra le quali assume un rilievo significativo l'introduzione di un processo più breve dinanzi al vescovo, in ragione del suo essere la concreta attuazione delle istanze di celerità processuale e di propinquità episcopale «tra i fedeli a lui affidati» emerse in modo pressante durante i lavori del sinodo dei vescovi²⁴.

In particolare, all'interno della *Relatio Synodi* della III assemblea generale straordinaria del sinodo dei vescovi, nella III Parte, *Il confronto: prospettive pastorali*, sotto la rubrica *Curare le famiglie ferite*, nel trattare della situazione dei divorziati, peraltro più volte posta al centro della riflessione della dottrina²⁵, oltre a raccogliere una serie proposte per

²³ Cfr. G. BONI, *La recente riforma del processo di nullità matrimoniale. Problemi, criticità, dubbi (parte prima)*, in *Stato, Chiese e pluralismo confessionale* 9 (7 marzo 2016), 1-78; ID., *La recente riforma del processo di nullità matrimoniale. Problemi, criticità, dubbi (parte seconda)*, *Stato, Chiese e pluralismo confessionale* 10 (14 marzo 2016), 1-76; ID., *La recente riforma del processo di nullità matrimoniale. Problemi, criticità, dubbi (parte terza)*, *Stato, Chiese e pluralismo confessionale* 11 (21 marzo 2016), 1-82.

²⁴ Cfr. J.R. PUNDERSON, *Accertamento della verità «più accessibile e agile»: preparazione degli operatori e responsabilità del Vescovo. L'esperienza della Segnatura Apostolica*, in L. SABBARESE (a cura di), *Sistema matrimoniale canonico in synodo*, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2015, 88-90.

²⁵ Cfr. V. DE PAOLIS, *I divorziati risposati e i sacramenti dell'eucaristia e della penitenza*, in *Permanere nella verità in Cristo. Matrimonio e comunione nella Chiesa*

una riforma delle procedure, anche nella prospettiva di uno snellimento delle cause matrimoniale, sono stati riproposti alcuni requisiti sempre validi, soprattutto la responsabilità del vescovo diocesano e la preparazione e l'impegno di un numero adeguato di operatori della giustizia.

Questa necessità è stata evidenziata da papa Francesco anche nella già richiamata allocuzione alla Segnatura apostolica dell'8 novembre 2013²⁶.

Il sinodo dei vescovi ha dato un ulteriore sostegno alla concreta attuazione di quest'ultimo elemento citato dal papa, che contraddistingue la *mission* della Segnatura apostolica²⁷, la quale «esige di *sottolineare* la responsabilità del vescovo diocesano»²⁸, rendendo necessaria una correzione del testo della *Relatio post disceptationem*, dove si leggeva: «esige di *incrementare* la responsabilità del vescovo diocesano»²⁹.

Il diretto intervento del vescovo diocesano nell'esercizio della funzione giurisdizionale non rappresenta una nuova responsabilità imposta da qualche legge disciplinare, essendo per sua natura parte integrante dell'ufficio del vescovo nel suo *munus pastorale*, quale pastore del gregge a lui affidato³⁰.

In questa prospettiva, anche la Congregazione per i vescovi, nel *Direttorio per il ministero pastorale dei vescovi*, ha ribadito che «la responsabilità di governare la diocesi pesa sulle spalle del vescovo»³¹, e pertanto anche se normalmente egli esercita questo potere giudiziale *per alios*, mediante il proprio tribunale (can. 1419) oppure, insieme ad altri vescovi, in un tribunale interdiocesano (can. 1423), il vescovo diocesano ha la responsabilità di moderare e vigilare sull'esercizio del potere giudiziale.

cattolica, Cantagalli, Siena 2014, 169-197; M.A. ORTIZ, *La pastorale dei fedeli divorziati risposati civilmente e la loro chiamata alla santità*, in C.J. ERRÀZURIZ – M.A. ORTIZ, *Misericordia e diritto nel matrimonio*, Edusc, Roma 2014, 99-129.

²⁶ Cfr. FRANCESCO, *Allocuzione alla sessione plenaria del Supremo tribunale della segnatura apostolica*, in AAS 105 (2013), 1152.

²⁷ Cfr. V. DE PAOLIS, *Amministrazione della giustizia e situazione dei tribunali ecclesiastici*, *Revista Española de Derecho Canonico* 64 (2007), 339-377.

²⁸ Cfr. SINODO DEI VESCOVI, III assemblea generale straordinaria, *Relatio Synodi*, 18 ottobre 2014, n. 49.

²⁹ SINODO DEI VESCOVI, III assemblea generale straordinaria, *Relatio post disceptationem*, 13 ottobre 2015, n. 44.

³⁰ Questo principio costituisce la concreta attuazione degli insegnamenti del concilio Vaticano II, esplicitato in LG 27.

³¹ CONGREGAZIONE PER I VESCOVI, direttorio *Apostolorum successores*, 22 febbraio 2004, n. 160, in EV 22/1965.

L'esercizio di questo potere di vigilanza, se si tratta del tribunale metropolitano o diocesano, spetta direttamente al vescovo quale moderatore del proprio tribunale, mentre se si tratta del tribunale interdiocesano, spetta al *coetus* dei vescovi o al vescovo moderatore da loro scelto³².

I vescovi, in ragione dell'importanza e della difficoltà delle cause di nullità del matrimonio, oltre a promuovere la preparazione di idonei operatori di giustizia per i propri tribunali, devono anche svolgere una funzione di vigilanza, curando che coloro che sono scelti per svolgere questa funzione si dedichino alla loro attività con diligenza e a norma di legge³³.

In questa prospettiva, la riforma di papa Francesco sottolinea in modo significativo questa responsabilità del vescovo diocesano, non solo nel momento in cui esercita direttamente la propria potestà giudiziaria nel processo più breve, ma anche sono i profili strettamente legati all'organizzazione dell'apparato giudiziario all'interno della Chiesa particolare a lui affidata.

Il vigente can. 1673 sancisce, infatti, che «in ciascuna diocesi il giudice di prima istanza per le cause di nullità del matrimonio, per le quali il diritto non faccia espressamente eccezione, è il vescovo diocesano, che può esercitare la potestà giudiziale personalmente o per mezzo di altri, a norme del diritto» (§ 1) e che lo stesso «costituisca per la sua diocesi il tribunale diocesano per le cause di nullità del matrimonio, salva la facoltà per lo stesso vescovo di accedere a un altro viciniore tribunale diocesano o interdiocesano (§ 2)³⁴. Questa norma ripropone per l'ambito matrimoniale quanto già sancito nel can. 1419 § 1 per i giudizi in generale³⁵, superando, di fatto, l'opportunità che il vescovo non esercitasse personalmente tale potestà, a meno che speciali motivi lo chiedano, prevista dal Pontificio consiglio per i testi legislativi nell'art. 22 § 2 dell'istruzione *Dignitas connubii*³⁶.

³² Cfr. PONTIFICIO CONSIGLIO PER I TESTI LEGISLATIVI, istruzione *Dignitas connubii*, 5 gennaio 2005, artt. 24, § 1 e 26, in *EV* 23/97 e 99.

³³ Cfr. PONTIFICIO CONSIGLIO PER I TESTI LEGISLATIVI, istruzione *Dignitas connubii*, art. 33, in *EV* 23/106.

³⁴ Circa la controversa applicazione del § 2 del can. 1673 rinvio a E. DI BERNARDO, *Problemi e criticità della nuova procedura*, in AA.Vv., *La riforma del processo matrimoniale ad un anno dal motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, 121-126.

³⁵ Cfr. M.J. ARROBA CONDE, *Diritto processuale canonico*, 198-201.

³⁶ Cfr. M. MINGARDI, *Il ruolo del vescovo diocesano*, in REDAZIONE DI QUADERNI DI DIRITTO ECCLESIALE (a cura di), *La riforma dei processi matrimoniali di Papa Francesco. Una guida per tutti*, Ancora, Milano 2016, 96-97.

Non si tratta ovviamente di rivendicare quanto l'ordinamento vigente già prevede nel momento in cui sancisce che essi possano decidere di riservare a sé le cause che ritengano opportuno (can. 1419). Questa riserva, tuttavia, non esonera il vescovo di seguire e applicare correttamente le norme processuali universali stabilite, poiché «se è vero che il procedimento giudiziario per la dichiarazione di nullità del matrimonio non è in se stesso di diritto divino, è altrettanto vero che esso si è sviluppato in risposta alla legge divina, il che richiede uno strumento efficace e appropriato per arrivare ad un retto giudizio sulla richiesta di nullità»³⁷.

Ne consegue che la disciplina del processo matrimoniale canonico, nel suo complesso, «non solo non è contraria ad un approccio veramente pastorale o spirituale ad una supposta nullità matrimoniale, ma salvaguarda e promuove la fondamentale e insostituibile giustizia senza la quale è impossibile mostrare carità pastorale. [...] Per il suo rispetto del diritto ed un giudizio conforme a verità, il processo canonico di nullità del matrimonio è, pertanto, un elemento necessario della carità pastorale da mostrarsi a coloro che asseriscono la nullità del consenso matrimoniale»³⁸.

La previsione di una procedura giudiziale straordinaria³⁹ o meglio più breve, così come delineatasi nel m.p. MIDI, è tuttavia del tutto nuova rispetto a quelle indicate nell'*Instrumentum laboris*. Questa importante innovazione per l'ambito matrimoniale costituisce la traduzione concreta delle proposte di accrescere la dimensione pastorale delle cause, di snellirle per quanto possibile e di valorizzare il ruolo del vescovo, pur trattandosi di una soluzione presentata in netta opposizione alla proposta di una via amministrativa da affidare al vescovo stesso.

Questo dato sostiene ulteriormente la responsabilità dei vescovi diocesani, ai quali è affidato il delicato compito di applicare e dare vita a questa importante riforma legislativa nelle Chiese particolari loro affidate.

Uno dei criteri principali che hanno guidato la riforma del processo matrimoniale canonico risiede nella recuperata centralità della funzione

³⁷ R.L. BURKE, *Il processo di nullità canonica del matrimonio come ricerca della verità*, in R. DODARO (a cura di), *Permanere nella verità in Cristo. Matrimonio e comunione nella Chiesa cattolica*, Cantagalli, Siena 2014, 201-202.

³⁸ *Ibidem*, 205-206.

³⁹ Cfr. J.M. ARROBA CONDE, *Le proposte di snellimento dei processi matrimoniali nel recente Sinodo*, 74.

giudiziale del vescovo⁴⁰. Il m.p. MIDI, infatti, nel proemio ricorda che «lo stesso vescovo è giudice. Affinché sia finalmente tradotto in pratica l'insegnamento del concilio Vaticano II in un ambito di grande importanza, si è stabilito di rendere evidente che il vescovo stesso nella sua Chiesa, di cui è costituito pastore e capo, è per ciò stesso giudice tra i fedeli a lui affidati. Si auspica pertanto che nelle grandi come nelle piccole diocesi lo stesso vescovo offra un segno della conversione delle strutture ecclesiastiche, e non lasci completamente delegata agli uffici della curia la funzione giudiziaria in materia matrimoniale. Ciò valga specialmente nel processo più breve, che viene stabilito per risolvere i casi di nullità più evidente».

In verità, il § 1 del can. 1673 ripete quasi letteralmente il disposto del can. 1419 § 1. Il vescovo è giudice naturale del tribunale diocesano di prima istanza; giudica personalmente o tramite altri. Accanto al vescovo diocesano sono compresi anche gli equiparati a lui dal diritto, elencati nel can. 368 (cf. pure can. 381 § 2). Egli è competente a giudicare tutte le cause, eccetto quelle espressamente escluse dal diritto.

Per le cause di nullità matrimoniale il vescovo può avvalersi del tribunale da lui stesso costituito per la propria diocesi, oppure può accedere ad altro tribunale diocesano o interdiocesano più vicino.

Per il primo caso non è più necessario rivolgersi alla Segnatura apostolica per richiedere e ottenere la proroga di competenza, mentre per il secondo caso bisognerà osservare il disposto del can. 1423. Più vescovi diocesani possono costituire un tribunale interdiocesano o regionale, la cui moderazione può essere affidata ai vescovi delle diocesi interessate come *coetus* oppure a un vescovo da essi scelto come moderatore del tribunale.

Tra le novità introdotte dal m.p. MIDI va poi segnalato il ripristino dell'appello alla sede metropolitana. Le nuove norme stabiliscono che a questa sede si appella dal tribunale di prima istanza, ferma restando la possibilità di appello al papa (can. 1444 § 1), mentre in seconda istanza il tribunale di appello è quello del metropolita per il singolo suffraganeo

⁴⁰ L'attribuzione al vescovo dell'esercizio personale della funzione giudiziale costituisce una vera e propria innovazione soprattutto rispetto ad altra normativa che suggeriva, invece, che il vescovo si astenesse dal giudicare personalmente, come ad esempio, si legge nell'istruzione *La dignità del matrimonio*, art. 22 §§ 1-2, in *EV* 23/95. In tutti i modi, si dovrà comporre la nuova legge con le previsioni dei cann. 1448-1451 del *CIC*-’83 e degli artt. 67-70 dell'istruzione *La dignità del matrimonio*, in *EV* 23/140-143.

(can. 1438 1°) e per l'interdiocesano entro la provincia ecclesiastica (can. 1439 § 1), quello del suffraganeo per il tribunale metropolitano che lo ha stabilmente scelto con l'approvazione della Sede apostolica (can. 1438, 2°), quello della conferenza episcopale per i tribunali interdiocesani di diverse province (can. 1439 §§ 1-2).

5. Il processo più breve dinanzi al vescovo diocesano

Una delle novità principali della riforma voluta da papa Francesco circa i processi per la dichiarazione di nullità del matrimonio è costituita sicuramente dal processo più breve dinanzi al vescovo, in ossequio ai criteri 3 e 4 enunciati nel proemio del m.p. MIDI⁴¹.

L'istituto del processo più breve, nonostante sia direttamente collegabile alla *Relatio Synodi* della III Assemblea generale straordinaria dei Vescovi su matrimonio e famiglia del 2014, era già conosciuto sia nella legislazione canonica sia nella normativa propria della Segnatura apostolica⁴².

In ossequio ai principi ispiratori della riforma delle procedure matrimoniali e in risposta alla richiesta di avvicinamento tra la funzione giudiziale e quella pastorale del vescovo, il can. 1683 affida al vescovo il giudizio circa la validità del matrimonio, nella forma del processo più breve, il quale si può instaurare alla duplice e contemporanea condizione che la domanda dei coniugi⁴³ sia promossa congiuntamente dall'inizio o da uno solo ma con il conseguente consenso dell'altro e che ricorrano circostanze particolarmente significative di fatti e di persone che rendano manifesta la nullità, in quanto proprio perché tali non richiedono una istruttoria più accurata⁴⁴.

⁴¹ «Lo stesso vescovo è giudice. [...] Si auspica pertanto che [...] non lasci completamente delegata agli uffici della curia la funzione giudiziaria in materia matrimoniale. Ciò valga specialmente nel processo più breve, che viene stabilito per risolvere i casi di nullità più evidente. [...] da applicarsi nei casi in cui l'accusata nullità del matrimonio è sostenuta da argomenti particolarmente evidenti».

⁴² Per il caso del codice si tratta della nullità notoria che consente al promotore di giustizia di impugnare la nullità del matrimonio, per il caso della Segnatura apostolica è utile riferirsi all'art. 118 della *Lex propria* che concerne dichiarazioni di nullità di matrimoni che non esigono esami e indagini accurate: *EV* 25/1120.

⁴³ È utile annotare qui che sarebbe meglio in una legge processuale, quale è il m.p. MIDI, utilizzare *rectius partes* invece di *coniuges*.

⁴⁴ Circa le conseguenze di un processo più breve celebrato e concluso senza i requisiti di cui al can. 1683, 1°-2° rinvio a G.P. MONTINI, *L'uso illegittimo del processus brevior. Rimedi processuali ordinari e straordinari*, in *Periodica* 108 (2019), 35-72.

La dottrina non ha mancato di rilevare alcune criticità della fase istruttoria nel *processus brevior*. Si può, anzitutto, discutere circa l'opportunità/necessità di ricorrere all'istituto delle rogatorie in un processo che dovrebbe essere per sua natura più breve, da celebrarsi in una sola udienza/sessione⁴⁵, nel rispetto della prossimità. Ribadito il principio della massima celerità del processo più breve che prevede la raccolta delle prove in una sola sessione-udienza e assodata la necessaria competenza dell'istruttore che guida la macchina processuale, il ricorso all'istituto della rogatoria si deve commisurare con le due predette condizioni-caratteristiche della forma processuale più breve.

Vi è poi da considerare la necessità di ricorrere a una perizia d'ufficio; tale mezzo di prova verrebbe a minare una delle condizioni di procedibilità nel processo più breve, vale a dire l'evidenza della nullità. Anche in questo caso, poi, sarà difficile rispettare la celerità tipica della forma processuale più breve. La presentazione di una perizia di parte previa indica semplicemente che il patrono prima di introdurre la causa si è accertato della fondatezza clinica della sua ipotesi; tale perizia non dovrebbe essere ritenuta sufficiente per l'attivazione del processo più breve, anche quando è redatta da un perito noto al tribunale. La perizia in tal caso costituisce un elemento di rafforzamento del *fumus boni iuris*⁴⁶.

Infine, si può accennare ad un eventuale supplemento istruttorio. Se si rendesse necessario ricorrere ad esso, si ammetterebbe che la causa manca di evidente nullità, si dovrebbe rimettere la causa all'esame ordinario, ad istanza delle parti o del vicario giudiziale⁴⁷.

⁴⁵ Cfr. P. BIANCHI, *Lo svolgimento del processo breve: la fase istruttoria e di discussione della causa*, in REDAZIONE DI QUADERNI DI DIRITTO ECCLESIALE (a cura di), *La riforma dei processi matrimoniali di Papa Francesco*, Ancora, Milano 2016, 73-74.

⁴⁶ Cfr. P. BIANCHI, *Lo svolgimento del processus brevior*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO [a cura di], *La riforma del processo canonico per la dichiarazione di nullità del matrimonio*, 308-309; M. DEL POZZO, *Il processo matrimoniale più breve davanti al Vescovo*, Edusc, Roma 2021², 244.

⁴⁷ Per le diverse posizioni in dottrina, rinvio a P. BIANCHI, *Lo svolgimento del processus brevior*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO [a cura di], *La riforma del processo canonico per la dichiarazione di nullità del matrimonio*, 309-312; E. DI BERNARDO, *Problemi e criticità della nuova procedura*, in AA.Vv., *La riforma del processo matrimoniale ad un anno dal motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, 140; G.P. MONTINI, *Gli elementi pregiudiziali del processus brevior: consenso delle parti e chiara evidenza di nullità*, in AA.Vv., *Prassi e sfide dopo l'entrata in vigore del m.p. Mitis Iudex Dominus Iesus e del rescriptum ex audientia del 7 dicembre 2015*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2018, 62-63.

Conclusa l'istruttoria della causa, acquisite le osservazioni del difensore del vincolo e, se ve ne siano, delle parti, la causa passa alla decisione del vescovo diocesano.

È utile qui almeno accennare ad alcune criticità che investono propriamente la fase decisoria *coram Episcopo*⁴⁸.

È sembrato questo l'aspetto più critico del processo più breve: sia perché il vescovo è investito di una competenza tecnica che non sempre possiede né deve possedere sia perché si instaurano prassi anomale che prevedono illegittimamente l'esercizio della funzione giudiziale delegabile nel processo più breve.

Ciò detto non si deve escludere che il vescovo possa farsi aiutare dall'istruttore o assessore nella redazione della sentenza, a condizione che sia poi il vescovo stesso a produrre gli argomenti o almeno a rivedere la sentenza personalmente senza limitarsi alla mera firma della stessa.

Naturalmente, se la *petitio iudicialis* nel processo più breve è promossa da entrambe le parti o da una sola di esse ma con il consenso dell'altra, sarà difficile che le parti possano appellare. Dunque, se il vescovo non potrà pronunciare una sentenza negativa, spetta unicamente al difensore del vincolo esercitare il diritto di appello.

Il can. 1687 § 3, che ha introdotto una nuova disciplina, determina che l'appello si può interporre al metropolita oppure alla Rota romana. Mentre l'appello alla Rota romana costituisce una legge che rispecchia un principio molto antico che sempre ha consentito appello alla Santa Sede,⁴⁹ l'appello al metropolita costituisce una concreta applicazione di uno dei criteri ispiratori della riforma voluta da papa Francesco. In concreto, il sistema dell'appello è regolato in base al soggetto che emana la sentenza; pertanto, se la sentenza è emanata dal vescovo diocesano, l'appello deve essere proposto al metropolita o alla Rota romana; se la sentenza è

⁴⁸ Cfr. E. DI BERNARDO, *Problemi e criticità della nuova procedura*, in AA.Vv., *La riforma del processo matrimoniale ad un anno dal motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, 142-144; P. BIANCHI, *Lo svolgimento del processus brevior*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO [a cura di], *La riforma del processo canonico per la dichiarazione di nullità del matrimonio*, 318-324.

⁴⁹ Tale principio è stato anche ribadito nel rescritto di papa Francesco sul compimento e l'osservanza della nuova legge del processo matrimoniale, 11 dicembre 2015: «Riconoscendo alla Rota romana, oltre al *munus* ad essa proprio di appello ordinario della Sede apostolica [...]».

emanata dal metropolita, si appella alla sede suffraganea più antica;⁵⁰ se la sentenza è emanata da un vescovo immediatamente soggetto alla Sede apostolica, si appella al vescovo da questa stabilmente designato.

Anche l'appello è soggetto ad una valutazione di ammissibilità da parte di chi lo deve ammettere, ai sensi del § 3 precedente, atteso che se l'appello è motivato da ragioni meramente dilatorie va rigettato *a limine* con decreto; se, invece, è ammesso, la causa passa all'esame ordinario di secondo grado.

Alla fine, in riferimento non solo al processo più breve ma ai processi matrimoniali giudiziali, si assiste ad una sorta di "problematicizzazione" della potestà giudiziale e del suo esercizio.

6. Il principio della prossimità e l'istituzione dei tribunali diocesani e interdiocesani

La riforma realizzata da papa Francesco, nella prospettiva della auspicata conversione pastorale delle strutture giudiziarie ecclesiastiche, ha posto il vescovo diocesano al centro del processo matrimoniale canonico.

In particolare, papa Francesco, nel ribadire il principio in base al quale «lo stesso vescovo è giudice», afferma: «Affinché sia finalmente tradotto in pratica l'insegnamento del concilio Vaticano II in un ambito di grande importanza, si è stabilito di rendere evidente che il vescovo stesso nella sua Chiesa, di cui è costituito pastore e capo, è per ciò stesso giudice tra i fedeli a lui affidati. Si auspica pertanto che nelle grandi come nelle piccole diocesi lo stesso vescovo offra un segno della *conversione* delle strutture ecclesiastiche, e non lasci completamente delegata agli uffici della curia la funzione giudiziaria in materia matrimoniale. Ciò valga specialmente nel processo più breve, che viene stabilito per risolvere i casi di nullità matrimoniale più evidenti»⁵¹.

A tale riguardo, per bilanciare lo snellimento procedurale con il principio fondamentale del *favor matrimonii*, papa Francesco precisa: «Non mi è tuttavia sfuggito quanto un giudizio abbreviato possa mettere a rischio il principio dell'indissolubilità del matrimonio; appunto

⁵⁰ Secondo quanto ha determinato il PONTIFICIO CONSIGLIO PER I TESTI LEGISLATIVI, rispunta particolare circa il *Suffraganeus antiquior* nel nuovo can. 1687 § 3 *Mitis Iudex*, Prot. 15155/2015, 15 ottobre 2015, in www.delegumtextibus.va.

⁵¹ FRANCESCO, lettera apostolica data in forma di *motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, n. III, in *AAS* 107 (2015), 959-960.

per questo ho voluto che in tale processo sia costituito giudice lo stesso vescovo, che in forza del suo ufficio pastorale è con Pietro il maggiore garante dell'unità cattolica nella fede e nella disciplina»⁵².

Al fine di sottolineare ulteriormente il ruolo dei vescovi diocesani nell'esercizio della funzione giurisdizionale nelle Chiese particolari loro affidate, il santo padre, con un rescritto del 7 dicembre 2015, ha precisato che le leggi con le quali è stato riformato il processo matrimoniale abrogano o derogano ogni legge o norma contraria finora vigente, generale, particolare o speciale, eventualmente anche approvata in forma specifica, tra le quali, ad es. il m.p. *Qua cura*, promulgato da Pio XI l'8 dicembre 1938, con il quale furono istituiti in Italia i tribunali ecclesiastici regionali⁵³.

In merito a quest'ultimo aspetto, il Supremo tribunale della segnatura apostolica, in una risposta del 22 dicembre 2015, nel ritenere che questo rescritto non possa aver soppresso *ad nutum* i tribunali ecclesiastici regionali in Italia⁵⁴, ha precisato che:

«con il rescritto i tribunali regionali in Italia possono essere lasciati da un vescovo diocesano liberamente» (n. I);

«con la notizia ufficiale data da un vescovo al moderatore del tribunale regionale la diocesi di quel vescovo cessa di appartenere al tribunale regionale» (n. II);

«da quel momento il tribunale diocesano riceverà ed esaminerà i libelli rivolti a quel tribunale diocesano in ragione di un titolo di competenza» (n. III);

«le causa di quella diocesi pendenti presso il tribunale regionale al momento della costituzione del tribunale diocesano saranno trattate a norma dell'art. 22 delle *Normae pro Tribunalibus Interdiocesis, vel Regionalibus aut Interregionalibus* emanate il 28 dicembre 1970» (n. IV)⁵⁵.

Tale innovazione ha coinvolto anche tutti quei casi nei quali la Sede apostolica, nella scia di quanto realizzato da Pio XI con il m.p. *Qua*

⁵² FRANCESCO, lettera apostolica data in forma di *motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, n. IV, in *AAS* 107 (2015), 960.

⁵³ Per la situazione dei tribunali interdiocesani o regionali prima e dopo il rescritto del 7 dicembre 2015, vedi M.R. FERNANDES LEITE DE OLIVEIRA, *A criação de novos Tribunais, exigências, real necessidade, organização*, in *Anuário da Sociedade Brasileira de Canonistas* 159-166.

⁵⁴ Diversamente, si sarebbe creato un vuoto giurisdizionale durante il periodo transitorio fino alla istituzione dei nuovi tribunali diocesani o interdiocesani, con evidenti ripercussioni negative sulla vita dei fedeli.

⁵⁵ SUPREMO TRIBUNALE DELLA SEGNETURA APOSTOLICA, *responsio* 22 dicembre 2015, il cui testo integrale è edito in *Osservatorio delle libertà ed istituzioni religiose* (www.olir.it).

cura «certa scientia ac de apostolicae plenitudine potestatis»⁵⁶, attraverso l'allora Sacra congregazione della disciplina dei sacramenti ha provveduto ad «istituire nuovi tribunali interdiocesani con competenza speciale per le cause di nullità del matrimonio» e ad «emanare le relative norme di esecuzione, assecondando esplicite richieste inoltrate dai vescovi interessati affinché il sistema vigente in Italia fosse introdotto in altri paesi»⁵⁷.

Sulla base delle stesse motivazioni che per l'Italia avevano giustificato l'istituzione dei tribunali ecclesiastici regionali, una serie di nuovi tribunali, alcuni dei quali istituiti *ad experimentum*, subentrarono a quelli diocesani, ad esempio, nelle Isole Filippine (1940)⁵⁸, Canada

⁵⁶ PIO XI, lettera apostolica in forma di m.p. *Qua cura*, 8 dicembre 1938, proemio, in *AAS* 30 (1938), 411.

⁵⁷ M. GANARIN, *I tribunali interdiocesani secondo il m.p. Mitis Iudex Dominus Iesus. Riflessioni circa la "sorte" del m.p. Qua cura di Papa Pio XI, Stato, Chiese e pluralismo confessionale* 11(21 marzo 2016), 11.

⁵⁸ Cfr. SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, decretum *De ordinandis tribunalibus ecclesiasticis Insularum Philippinarum pro causis nullitatis matrimonii decidendis*, 20 dicembre 1940, in *AAS* 33 (1941), 363-364; ID., *Normae pro exsequendo decreto diei XX Decembris MDCCCXXXX de ordinandis tribunalibus ecclesiasticis Insularum Philippinarum*, 28 aprile 1941, in *AAS* 33 (1941), 364-368; ID., decretum *De ordinandis tribunalibus ecclesiasticis Insularum Philippinarum pro causis nullitatis matrimonii decidendis in primo et secundo gradu*, 31 dicembre 1956, in *AAS* 49 (1957), 163-164; ID., *Normae pro exsequendo decreto diei XXXI Decembris MCMLVI de ordinandis tribunalibus ecclesiasticis Insularum Philippinarum*, 31 dicembre 1956, in *AAS* 49 (1957), 165-169.

(1946)⁵⁹, Argentina (1959)⁶⁰, Brasile (1959), Francia (1965-1968)⁶¹, Al-

⁵⁹ Cfr. SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, decretum *De ordinandis tribunalibus ecclesiasticis ditionis Canadensis super causis nullitatis matrimonii decidendis*, 28 gennaio 1946, in *AAS* 38 (1946), 281-283; Id., *Normae pro exsequendo decreto diei XXVIII Ianuarii MCMXLVI de ordinandis tribunalibus ecclesiasticis ditionis Canadensis*, 13 maggio 1946, in *AAS* 38 (1946), 281-283; Id., decretum *De assignandis tribunalibus pro tractatione causarum nullitatis matrimonii Insulae Terrae Novae*, 7 agosto 1950, *AAS* 44 (1952), 280-281; Id., decretum *De assignandis tribunalibus pro tractatione causarum nullitatis matrimonii novae provinciae ecclesiasticae Sherbrookensis*, 25 marzo 1952, in *AAS* 44 (1952), 281-282; Id., decretum *Erectionis tribunalis provincialis circumscriptionum ecclesiasticarum provinciae Edmonsonensis pro tractatione causarum nullitatis matrimonii*, 14 dicembre 1955, in *AAS* 48(1956), 59-60.

⁶⁰ Cfr. Z. GROCHOLEWSKI, *De ordinatione ac munere tribunalium in Ecclesia ratione quoque habita iustitiae administrativa*, in *Ephemerides Iuris Canonici* 48 (1992), 51.

⁶¹ Cfr. SACRA CONGREGAZIONE DEI SACRAMENTI, decretum *De ordinandis in Regione pastorali Tolosana Tribunalibus ecclesiasticis Tolosano in primo iurisdictionis gradu et Ruthenensi in secundo iurisdictionis gradu pro causis nullitatis matrimonii archidioecesium Tolosanae et Albiensis ac dioecesium Auxitanae, Carcassonensis, Montis Albani, Apamiensis, Elnensis, Ruthenensis, Cadurcensis, Mimatensis, Tarbiensis et Lapurdensis decidendis*, 17 febbraio 1965, in X. OCHOA, *Leges Ecclesiae post Codicem iuris canonici editae*, vol. III, Institutum Iuridicum Claretianum, Roma 1972, n. 3260, coll. 4630-4631; Id., decretum *De constituendis Tribunalibus Regionalibus Ecclesiasticis Massiliensi in primo iurisdictionis gradu et Aquensi in secundo iurisdictionis gradu pro causis nullitatis matrimonii decidendis dioecesium Massiliensis, Aquensis, Adiacensis, Foroiuliensis-Tolonensis, Niciensis, Diniensis et Vapicensis*, 17 febbraio 1965, *ibidem*, n. 3261, col. 4632; Id., *Normae pro exsequendo decreto diei 17 Februarii 1965 de constituendis Tribunalibus Regionalibus Ecclesiasticis Massiliensi in primo iurisdictionis gradu et Aquensi in secundo iurisdictionis gradu pro decidendis causis nullitatis matrimonii dioecesium Massiliensis, Aquensis, Adiacensis, Foroiuliensis-Tolonensis, Niciensis, Diniensis et Vapicensis*, 17 febbraio 1965, *ibidem*, n. 3262, coll. 4633-4635; Id., *Normae pro exsequendo Decreto diei 17 februarii 1965 de ordinandis in regione pastorali Tolosana Tribunalibus ecclesiasticis matrimonialibus, Tolosano in primo iurisdictionis gradu, et Ruthenensi in secundo iurisdictionis gradu pro causis nullitatis matrimonii dioecesium Tolosanae, Albiensis, Auxitanae, Carcassonensis, Montis Albani, Apamiensis, Elnensis, Ruthenensis, Cadurcensis, Mimatensis, Tarbensis*, 26 febbraio 1965, *ibidem*, n. 3266, coll. 4651-4654; Id., decretum *De ordinandis in regione pastorali septentrionali Galliae, pro partibus tantum Campaniae et Picardiae, tribunalibus ecclesiasticis Rhemensi, in primo iurisdictionis gradu, et Ambianensi, in secundo iurisdictionis gradu, pro causis nullitatis matrimonii archidioecesis Rhemensis ac dioecesium Ambianensis, Bellovacensis, Catalaunensis, Ebriocensis, Suessionensis et Trecensis decidendis*, 22 dicembre 1966, prot. n. 775/68 V.T., *ibidem*, n. 3507, coll. 5073-5074; Id., *Normae pro exsequendo Decreto diei 22 mensis decembris a. MCM-LXVI de ordinandis in regione pastorali septentrionali Galliae, pro partibus tantum*

geria (1965), Tunisia (1965), Colombia (1967)⁶² e Cile (1967)⁶³. Non è inoltre mancata l'istituzione di ulteriori tribunali in altre nazioni da parte della Congregazione *de Propaganda Fide*, per i territori di missione sottoposti alla relativa competenza⁶⁴.

II. I processi penali (extragiudiziali)

In questa seconda parte procederò per sintesi, evidenziando alcuni aspetti critici che rappresentano un progresso, una sfida e talvolta entrambi.

È sotto gli occhi di tutti la frequenza con cui si ricorre ai processi extragiudiziali⁶⁵, specie nell'ambito dei delitti riservati. Le ragioni che

Campaniae et Picardiae, tribunalibus ecclesiasticis matrimonialibus Rhemensi, in primo jurisdictionis gradu, et, Ambianensi, in secundo jurisdictionis gradu, pro causis nullitatis matrimonii archidioecesis Rhemensis ac dioecesium Ambianensis, Bellovacensis, Catalaunensis, Ebriocensis, Suessionensis et Trecensis decidendis, 22 dicembre 1966, prot. n. 775/68 V.T., *ibidem*, n. 3508, coll. 5074-5076; *Id.*, decretum *De constituendis Tribunalibus Provincialibus ecclesiasticis Parisiensi in primo jurisdictionis gradu et Versaliensi in secundo jurisdictionis gradu pro causis nullitatis matrimonii decidendis archidioecesis Parisiensis et dioecesium Versaliensis, Meldensis, Pontisarensis, Corbiliensis, S. Dionysii in Francia, Christoliensis, et Nemptodurensis*, 22 febbraio 1968, *ibidem*, n. 3630, coll. 5313-5314; *Id.*, *Normae pro exsequendo Decreto diei 10 (22) Februarii 1968 de ordinandis Tribunalibus Provincialibus Ecclesiasticis Parisiensi in primo iurisdictionis gradu et Versaliensi in secundo iurisdictionis gradu, ad decidendas causas nullitatis matrimonii Archidioecesis Parisiensis et Dioecesium Versaliensis, Meldensis, Pontisarensis, Corbiliensis, S. Dionysii in Francia, Christoliensis, et Nemptodurensis*, 22 febbraio 1968, *ibidem*, n. 3631, coll. 5314-5316. Circa l'istituzione dei tribunali ecclesiastici regionali in Francia, si rinvia a B. DE LANVERSIN, *Création en France des Tribunaux Ecclésiastiques Régionaux*, in *Ius canonicum* 8 (1968), 369-398.

⁶² Cfr. SACRA CONGREGAZIONE DEI SACRAMENTI, decretum *De ordinandis tribunalibus ecclesiasticis provincialibus Ditionis Columbiana*, 22 agosto 1967, il cui testo è edito in X. OCHOA, *Leges Ecclesiae post Codicem iuris canonici editae*, vol. III, n. 3591, coll. 5243-5244; *Id.*, *Normae pro exsequendo decreto 22 aug. 1967 de ordinandis tribunalibus ecclesiasticis provincialibus et tribunali unico superiori appellationis in Ditione Columbiana pro causis nullitatis matrimonii aliisque contentiosis et criminalibus in primo et secundo jurisdictionis gradu pertractandis*, 22 agosto 1967, *ibidem*, n. 3592, coll. 5244-5247.

⁶³ Cfr. I. GORDON, *De tribunalibus regionalibus cum respectu ad iudicum delectum et ad processus breviationem*, in *Periodica* 56 (1967), 580-584.

⁶⁴ Cfr. Z. GROCHOLEWSKI, *De ordinatione ac munere tribunalium in Ecclesia ratione quoque habita iustitiae administrativae*, 51.

⁶⁵ Non è mancato in dottrina chi ha lamentato una vera e propria “amministrativizzazione” del processo. In tal senso già J. LLOBELL, *Giusto processo e “amministrativizzazione” della*

si adducono possono essere ricondotte alle seguenti: carenza di personale preparato nei processi penali, necessità di celebrare tali processi in tempi rapidi, l'evidenza dei delitti manifesta nell'indagine previa.

Queste e altre argomentazioni rappresentano un regresso nell'esercizio della potestà in ambito penale. La carenza di personale nello specifico ambito processuale-penale è ragione valida eventualmente non solo per i processi extragiudiziali ma anche per quelli giudiziali. Anzi, quelli extragiudiziali non sono meno "semplici", atteso che richiedono garanzia tecniche e professionali più di quelli giudiziali. Non si può pensare ingenuamente, ad esempio, che la mancanza di personale preparato "abiliti" automaticamente a provvedere alla questione circa il risarcimento del danno o i diritti delle vittime. Anche l'esigenza di risolvere le cause penali in tempi più celeri mal si concilia con le garanzie che devono essere perseguite sia nei processi giudiziali sia in quelli amministrativi. E, infine, l'insistenza sulla certezza del delitto raggiunta durante l'indagine previa corre il rischio di snaturare l'indagine che è appunto una fase preprocessuale, dove si deve conseguire la verosimiglianza e non la certezza: questa appartiene al processo e alla raccolta delle prove.

La dottrina⁶⁶ più accreditata ha individuato due grandi sfide soggiacenti ad un uso indiscriminato del processo extragiudiziale: l'imprescindibile certezza morale sul delitto da raggiungere anche per il tramite di elementi del processo giudiziale; la valorizzazione delle tecniche di mediazione per favorire la percezione della pena attenta anche alle persone e alle loro relazioni.

Sotto questo profilo non si può sottacere la lacuna nei processi penali della mancanza di attenzione alle vittime⁶⁷ e alla loro

procedura penale canonica, in *Stato, Chiese e pluralismo confessionale* 14 (2019), 3; A. GULLO, *Il procedimento penale amministrativo*, in M. D'ARIENZO – M. FERRANTE – F. DI PRIMA (a cura di), *Diritto penale canonico e diritto penale statale: due ordinamenti a confronto alla luce della recente riforma del Libro VI del Codice di Diritto Canonico*, in *Diritto e Religioni*, Quaderno monografico 3, Supplemento Rivista anno 2023, n. 1, 105.

⁶⁶ Cfr. J.M. ARROBA CONDE, *Verità e relazione processuale nell'ordinamento canonico: sfide circa il metodo extragiudiziale*, in G. DALLA TORRE – C. MIRABELLI (a cura di), *Verità e metodo in giurisprudenza*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2014, 23-50.

⁶⁷ Per una prospettiva pedagogica, A. DEODATO, *L'attenzione alle vittime*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO (a cura di), *Il diritto penale al servizio della comunione della Chiesa*, Glossa, Milano 2021, 267-281; per una prospettiva canonistica, M. DEL POZZO, *I diritti e i doveri delle vittime nel processo canonico*, in AA.Vv., *Diritto penale canonico. Dottrina, prassi e giurisprudenza della Curia Romana*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2023, 345-393.

partecipazione attiva e processuale come parte lesa⁶⁸. Questa potrà costituirsi come parte terza, in primo grado di giudizio, per il risarcimento dei danni.

Si può ritenere un progresso ma anche un limite il fatto che l'evoluzione del diritto penale canonico e la sua applicazione in tempi recenti si sia sviluppato, non senza problematicità (dovute alla prassi del Dicastero competente non sempre lineare, alla sovrapposizione eccessiva della normativa e dei suoi aggiornamenti, alla giurisprudenza non pubblicata), sul modello delle svariate fattispecie di delitti di abuso su minori da parte di chierici⁶⁹.

In futuro, bisognerebbe uscire dall'emergenza legislativa riguardante i processi penali e provvedere ad una legge nuova e completa che regoli i processi penali canonici.

III. I processi amministrativi

Nell'esame dello Schema del 1982 da parte del Sommo Pontefice, furono eliminati i canoni circa la costituzione e il conseguente funzionamento dei Tribunali amministrativi nella Chiesa⁷⁰.

Nella relazione sulla procedura amministrativa, il Relatore del Gruppo di studio, Prof. Pio Ciprotti,⁷¹ disse che, dopo l'invio dello *Schema canonum de procedura amministrativa*, avvenuto il 20 aprile 1972, erano pervenuti 65 voti da parte degli organismi di consultazione: i Cardinali membri della Pontifica Commissione di revisione, i Dicasteri e gli Uffici della Curia Romana e le Conferenze episcopali. Tali voti erano stati attentamente esaminati «a peculiari consultorum coetu» nella riunione del 5-7 febbraio 1973. La maggior parte di essi era favorevole alla stesura di una legge sulla procedura amministrativa, anche se si presentavano alcune osservazioni al riguardo: di queste si tralasciano quelle non pertinenti all'assunto, come pure le risposte date dal Relatore.

⁶⁸ Cfr. F. HEREDIA ESTEBAN, *Giusta pena e cause esimenti, attenuanti ed aggravanti: conflitto tra giusto processo*, in AA.Vv., *Diritto penale canonico. Dottrina, prassi e giurisprudenza della Curia Romana*, 166.

⁶⁹ Cfr. D. CITO, *Le procedure penali nel diritto canonico*, in AA.Vv., *Il diritto canonico nella missione della Chiesa*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2020, 174-175.

⁷⁰ Per le motivazioni di tale scelta cfr. J.I. ARRIETA, *La tutela dei diritti e la giustizia amministrativa nella Chiesa*, in AA.Vv., *Il diritto canonico nella missione della Chiesa*, 81-82.

⁷¹ Cfr. *Communicationes* 5 (1973) 235-243.

La prima osservazione era di carattere formale: il linguaggio era difficile e poco comprensibile, essendo eccessivamente tecnico.

La seconda osservazione metteva in evidenza l'incompatibilità dei Tribunali amministrativi con la stessa natura della Chiesa, dal momento che si poteva dubitare che l'autorità dei Vescovi potesse essere talmente limitata da sottostare a Tribunali amministrativi, che non fossero il Concilio Ecumenico o lo stesso Sommo Pontefice.

Una terza osservazione verteva sull'opportunità dei Tribunali amministrativi, per il timore che l'azione pastorale potesse essere impedita da troppe opposizioni e contestazioni.

Inoltre si faceva presente la difficoltà circa la stessa costituzione dei Tribunali amministrativi in molte località della Chiesa, come pure si doveva tenere nella debita considerazione l'indole paterna e pastorale, piuttosto che giuridica, delle relazioni tra autorità amministrativa e sudditi, nella stragrande maggioranza delle circoscrizioni ecclesiastiche.⁷²

Una ulteriore obiezione venne mossa da un membro della Pontificia Commissione per la revisione, nell'ambito delle osservazioni allo Schema del codice del 1980, contenute nella *Relatio* del 1981. Si faceva notare: «Nullo modo expedit ut in Ecclesia mentalitas illa legalistica, ut vocant, qua administratio civilis informatur, introducatur»; e si raccomandava: «Caveatur accurate ne huiusmodi procedura ad vitam Ecclesiae praepediendam adhiberi possit»; oltre ad affermare: «In tuto ponatur ius divinum Episcoporum, qui non officiales ("funzionari"), sed veri Pastores sunt quaeque [sic] "discretionality" gaudeant oportet».⁷³ Si evidenziavano perciò la possibile mentalità legalistica derivante dalla costituzione di detti Tribunali, l'impedimento per un tranquillo svolgimento della vita della Chiesa, la potestà di diritto divino del Vescovo, Pastore e non funzionario. Ragioni, come si può constatare, di grande peso: tanto che Chiappetta, pur mettendo in evidenza la delusione di molti per la mancata istituzione dei tribunali amministrativi nel Codice e la speranza per una eventuale futura costituzione, afferma esplicitamente: «E' da riconoscere che tali difficoltà avevano una loro fondatezza»⁷⁴.

⁷² *Ivi*, 235-236.

⁷³ *Communicationes* 16 (1984) 78-79.

⁷⁴ L. CHIAPPETTA, *Il Codice di Diritto Canonico. Commento giuridico-pastorale*, vol. III, a cura di F. CATOZZELLA – A. CATTA – C. IZZI – L. SABBARESE, Edizioni Dehoniane, Bologna 2011³, 289.

Ciò nonostante, la dottrina sostiene che non «si debba ritenere del tutto superata l'idea di costituire tribunali amministrativi locali», tramite i quali si potrebbe superare il contrasto attualmente esistente con uno dei contenuti del “giusto processo: il diritto all'appello. Infatti, pur essendo l'unico tribunale vero e proprio, attesa la sua condizione di tribunale supremo, le decisioni della Segnatura non sono appellabili»⁷⁵.

Attualmente, infatti, la legittima rivendicazione e difesa dei diritti dei fedeli nel foro ecclesiastico si può ottenere solamente per il tramite dei ricorsi amministrativi e, *si casus ferat*, tramite la *Sectio altera* della Segnatura Apostolica⁷⁶.

Non è da escludere l'introduzione e lo sviluppo di sistemi alternativi⁷⁷ a garanzia dei diritti dei fedeli nella Chiesa: a livello diocesano e nazionale, si pensi all'ufficio di conciliazione⁷⁸ per le vertenze di foro esterno extragiudiziali ex can. 1733; a livello di conferenza episcopale, si pensi alle norme per la transazione⁷⁹, il compromesso⁸⁰ e l'arbitrato⁸¹ ex can. 1714.

La giustizia amministrativa nella Chiesa ha sempre posto molteplici interrogativi: «Da una parte si afferma la necessità di un ampio potere discrezionale da parte della pubblica amministrazione, perché esso possa realizzare le finalità irrinunciabili per le quali essa esiste, e dall'altra si afferma che, in forza dello stesso potere discrezionale, la sindacabilità in realtà può essere esercitata solo in un ambito molto ristretto, come la legittimità *in procedendo* e *in decernendo* per gli atti amministrativi singolari, e per di più, sostanzialmente, da parte della

⁷⁵ J.M. ARROBA CONDE, *Sfide attuali del diritto processuale canonico*, in AA.VV., *Il diritto canonico nella missione della Chiesa*, 128-129. Cfr. anche G.P. MONTINI, *La giustizia amministrativa nella Chiesa*, in *Ephemerides Iuris Canonici* 62 (2022), 663-664.

⁷⁶ Cfr. J.I. ARRIETA, *La tutela dei diritti e la giustizia amministrativa nella Chiesa*, in AA.VV., *Il diritto canonico nella missione della Chiesa*, 76-82.

⁷⁷ Cfr. J.I. ARRIETA, *La tutela dei diritti e la giustizia amministrativa nella Chiesa*, in AA.VV., *Il diritto canonico nella missione della Chiesa*, 85-89.

⁷⁸ Cfr. G. BRUGNOTTO, *La conciliazione*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO (a cura di), *Il diritto nel mistero della Chiesa. IV, Prassi amministrativa e procedure speciali*, Lateran University Press, Città del Vaticano 2014, 107-113; L. SABBARESE, *La costituzione gerarchica della Chiesa universale e particolare. Commento al Codice di Diritto Canonico Libro II, Parte II*, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2013², 187-189.

⁷⁹ Cfr. I.G. HJELMO, *Transacción*, in DDDC VII, 636-641.

⁸⁰ Cfr. I.G. HJELMO, *Compromiso [Contrato de]*, in DDDC II, 310-316.

⁸¹ Cfr. I.G. HJELMO, *Arbitraje*, in DDDC I, 436-443.

stessa pubblica amministrazione, attraverso il ricorso gerarchico»⁸².

Conclusione

Alla luce di quanto esposto, attualmente è possibile valutare solo il processo matrimoniale canonico in relazione alla sua riforma e all'impatto di essa sul diritto processuale vigente. Per gli altri processi canonici occorrerà attendere l'arrivo di una vera e propria riforma per valutarne adeguatamente i progressi.

Limitatamente al processo matrimoniale si possono condividere i seguenti aspetti:

l'affinamento degli strumenti tecnico-normativi sarà tanto più efficace quanto più sarà stato condiviso in fase di maturazione e preparazione delle riforme;

le norme vanno sempre aggiornate, anche se non bisogna eccedere né bisogna aggiornare singoli istituti, "aggredendo" il Codice e perdendo di vista la congruità del tutto;

l'aggiornamento normativo è necessario per l'amministrazione della giustizia, ma non è sufficiente: ad esso deve seguire una più che adeguata preparazione degli operatori nell'ambito della giustizia.

Quest'ultimo aspetto della formazione e preparazione degli operatori della giustizia costituisce una sfida perenne della Chiesa di ogni epoca⁸³.

Bibliografia

ARRIETA J.I., *La tutela dei diritti e la giustizia amministrativa nella Chiesa*, in AA.Vv., *Il diritto canonico nella missione della Chiesa*.

ARROBA CONDE J.M., *Servizio alla persona e tecnica giudiziale nel diritto canonico*, in G. BONI – E. CAMASSA – P. CAVANA – V. TURCHI (a cura di), *Recte sapere. Studi in onore di Giuseppe Dalla Torre*, vol. I, Giappichelli, Torino 2014, 19-36.

ARROBA CONDE J.M., *Sfide attuali del diritto processuale canonico*, in AA.Vv., *Il diritto canonico nella missione della Chiesa*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2020, 109-129.

⁸² V. DE PAOLIS, *Strutture e sviluppi del diritto amministrativo canonico*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO (a cura di), *Il diritto nel mistero della Chiesa. IV, Prassi amministrativa e procedure speciali*, 51.

⁸³ Cfr. M. DEL POZZO, *L'impatto della riforma sul diritto processuale vigente*, in AA.Vv., *La riforma del processo matrimoniale ad un anno dal motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2017, 79-80.

ARROBA CONDE J.M., *Verità e relazione processuale nell'ordinamento canonico: sfide circa il metodo extragiudiziale*, in G. DALLA TORRE – C. MIRABELLI (a cura di), *Verità e metodo in giurisprudenza*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2014, 23-50.

ARROBA CONDE M.L., *Diritto processuale canonico*, Edurcla, Roma 2020⁷.

BARCA S., *La prova digitale nel processo di nullità matrimoniale*, in R. PALOMBI – H. FRANCESCHI – E. DI BERNARDO (a cura di), *Iustitia et sapientia in humilitate. Studi in onore di Mons. Giordano Caberletti*, Tomo II, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2023, 603-625.

BETTETINI A., *Matrimonio e processo canonico: proposte per una innovazione nella tradizione*, in *Jus-online* 1 (2015), 1-16.

BIANCHI P., *Lo svolgimento del processo breve: la fase istruttoria e di discussione della causa*, in REDAZIONE DI QUADERNI DI DIRITTO ECCLESIALE (a cura di), *La riforma dei processi matrimoniali di Papa Francesco*, Ancora, Milano 2016.

BONI G., *La recente riforma del processo di nullità matrimoniale. Problemi, criticità, dubbi (parte prima)*, in *Stato, Chiese e pluralismo confessionale* 9 (7 marzo 2016), 1-78; ID., *La recente riforma del processo di nullità matrimoniale. Problemi, criticità, dubbi (parte seconda)*, *Stato, Chiese e pluralismo confessionale* 10 (14 marzo 2016), 1-76; ID., *La recente riforma del processo di nullità matrimoniale. Problemi, criticità, dubbi (parte terza)*, *Stato, Chiese e pluralismo confessionale* 11 (21 marzo 2016), 1-82.

BONI G., *La riforma del processo matrimoniale canonico. Osservazioni e questioni aperte*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO [a cura di], *La riforma del processo canonico per la dichiarazione di nullità del matrimonio*, Glossa, Milano 2018.

BRUGNOTTO G., *La conciliazione*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO (a cura di), *Il diritto nel mistero della Chiesa. IV, Prassi amministrativa e procedure speciali*, Lateran University Press, Città del Vaticano 2014, 107-113.

BURKE R.L., *Il processo di nullità canonica del matrimonio come ricerca della verità*, in R. DODARO (a cura di), *Permanere nella verità in Cristo. Matrimonio e comunione nella Chiesa cattolica*, Cantagalli, Siena 2014.

CHIAPPETTA L., *Il Codice di Diritto Canonico. Commento giuridico-pastorale*, vol. III, a cura di F. CATOZZELLA – A. CATTI – C. IZZI – L. SABBARESE, Edizioni Dehoniane, Bologna 2011³.

CITO D., *Le procedure penali nel diritto canonico*, in AA.Vv., *Il diritto canonico nella missione della Chiesa*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2020.

CONGREGAZIONE PER I VESCOVI, direttorio *Apostolorum successores*, 22 febbraio 2004, in *EV* 22.

DE DIEGO-LORA C., *Proceso*, in DGDC VI, 501-508.

DE LANVERSIN B., *Création en France des Tribunaux Ecclésiastiques Régionaux*, in *Ius canonicum* 8 (1968), 369-398.

DE PAOLIS V., *Amministrazione della giustizia e situazione dei tribunali ecclesiastici*, *Revista Española de Derecho Canonico* 64 (2007), 339-377.

DE PAOLIS V., *I divorziati risposati e i sacramenti dell'eucaristia e della penitenza*, in *Permanere nella verità in Cristo. Matrimonio e comunione nella Chiesa cattolica*, Cantagalli, Siena 2014, 169-197.

DEL POZZO M., *L'impatto della riforma sul diritto processuale vigente*, in AA.Vv., *La riforma del processo matrimoniale ad un anno dal motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2017.

DEL POZZO M., *I diritti e i doveri delle vittime nel processo canonico*, in AA.Vv., *Diritto penale canonico. Dottrina, prassi e giurisprudenza della Curia Romana*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2023, 345-393.

DEL POZZO M., *Il processo matrimoniale più breve davanti al Vescovo*, Edusc, Roma 2021².

DEODATO A., *L'attenzione alle vittime*, in GRUPPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO (a cura di), *Il diritto penale al servizio della comunione della Chiesa*, Glossa, Milano 2021, 267-281.

DI BERNARDO E., *Problemi e criticità della nuova procedura*, in AA.Vv., *La riforma del processo matrimoniale ad un anno dal motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2017, 145-150.

DICASTERO PER I TESTI LEGISLATIVI, *Le sanzioni penali nella Chiesa. Sussidio applicativo del Libro VI del Codice di Diritto Canonico*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2023.

FERNANDES LEITE DE OLIVEIRA M.R., *A criação de novos Tribunais, exigências, real necessidade, organização*, in *Anuário da Sociedade Brasileira de Canonistas* 159-166.

FRANCESCO, *Allocuzione alla sessione plenaria del Supremo tribunale della segnatura apostolica*, in *AAS* 105 (2013), 1152.

FRANCESCO, allocuzione *Questa vostra sessione*, alla sessione plenaria del Supremo tribunale Segnatura apostolica, 8 novembre 2013, in *AAS* 105 (2013), 1152.

FRANCESCO, esortazione apostolica *Evangelii gaudium*, 24 novembre 2013, in *AAS* 105 (2013), 1019-1137.

FRANCESCO, lettera apostolica data in forma di *motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, 15 agosto 2015, in *AAS* 107 (2015), 958-967.

FRANCESCO, lettera apostolica data in forma di *motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, 15 agosto 2015, in *AAS* 107 (2015), 946-957.

FRANCESCO, rescriptum *L'entrata in vigore*, circa novam legem efficiendam atque servandam de processu matrimoniali, 7 dicembre 2015, n. I, in *AAS* 108 (2016), 5.

GANARIN M., *I tribunali interdiocesani secondo il m.p. Mitis Iudex Dominus Iesus. Riflessioni circa la "sorte" del m.p.* Qua cura di Papa Pio XI, *Stato, Chiese e pluralismo confessionale* 11(21 marzo 2016).

GIRAUDO A., *Prove e nuove tecnologie nel processo canonico*, in AA.Vv., *Matrimonio e processo: la sfida del progresso scientifico e tecnologico*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2016, 273-294.

GORDON I., *De tribunalibus regionalibus cum respectu ad iudicium delectum et ad processus breviationem*, in *Periodica* 56 (1967), 580-584.

GROCHOLEWSKI Z., *De ordinatione ac munere tribunalium in Ecclesia ratione quoque habita iustitiae administrativae*, in *Ephemerides Iuris Canonici* 48 (1992), 47-84.

GULLO A., *Il procedimento penale amministrativo*, in M. D'ARIENZO – M. FERRANTE – F. DI PRIMA (a cura di), *Diritto penale canonico e diritto penale statale: due ordinamenti a confronto alla luce della recente riforma del Libro VI del Codice di Diritto Canonico*, in *Diritto e Religioni*, Quaderno monografico 3, Supplemento Rivista anno 2023, n. 1.

HEREDIA ESTEBAN F., *Giusta pena e cause esimenti, attenuanti ed aggravanti: conflitto tra giusto processo*, in AA.Vv., *Diritto penale canonico. Dottrina, prassi e giurisprudenza della Curia Romana*.

HIJELMO I.G., *Arbitraje*, in DDDC I, 436-443.

HIJELMO I.G., *Compromiso [Contrato de]*, in DDDC II, 310-316.

HIJELMO I.G., *Transacción*, in DDDC VII, 636-641.

LLOBELL J., *Giusto processo e "amministrativizzazione" della procedura penale canonica*, in *Stato, Chiese e pluralismo confessionale* 14 (2019).

MINGARDI M., *Il ruolo del vescovo diocesano*, in REDAZIONE DI QUADERNI

DI DIRITTO ECCLESIALE (a cura di), *La riforma dei processi matrimoniali di Papa Francesco. Una guida per tutti*, Ancora, Milano 2016.

MONTINI G.P., «Si appellatio mere dilatoria evidenter appareat» (cann. 1680 § 2 e 1687 § 4 MIDI): alcune considerazioni, in *Periodica* 105 (2016), 663-699.

MONTINI G.P., *Gli elementi pregiudiziali del processus brevior: consenso delle parti e chiara evidenza di nullità*, in AA.VV., *Prassi e sfide dopo l'entrata in vigore del m.p. Mitis Iudex Dominus Iesus e del rescriptum ex audientia del 7 dicembre 2015*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2018.

MONTINI G.P., *L'uso illegittimo del processus brevior. Rimedi processuali ordinari e straordinari*, in *Periodica* 108 (2019), 35-72.

MONTINI G.P., *La giustizia amministrativa nella Chiesa*, in *Ephemerides Iuris Canonici* 62 (2022), 663-664.

MUSSELLI L., *Diritto matrimoniale*, in L. MUSSELLI – M. TEDESCHI, *Manuale di diritto canonico*, Monduzzi, Bologna 2005.

NAPOLITANO E., «Il processus brevior nella lettera apostolica motu proprio data *Mitis Iudex Dominus Iesus*», in *Monitor Ecclesiasticus* 130 (2015), 549-566.

ORTIZ M.A., *La pastorale dei fedeli divorziati risposati civilmente e la loro chiamata alla santità*, in C.J. ERRÀZURIZ – M.A. ORTIZ, *Misericordia e diritto nel matrimonio*, Edusc, Roma 2014, 99-129.

PEÑA GARCÍA C., *El nuevo proceso “brevior coram episcopo” para la declaración de la nulidad matrimonial*, in *Monitor Ecclesiasticus* 130 (2015), 567-593.

PINTO P.V., *I processi nel Codice di Diritto Canonico. Commento sistematico al Lib. VII*, Libreria Editrice Vaticana-Pontificia Università Urbaniana, Città del Vaticano 1993.

PIO XI, lettera apostolica in forma di m.p. *Qua cura*, 8 dicembre 1938.

PONTIFICIO CONSIGLIO PER I TESTI LEGISLATIVI, istruzione *Dignitas connubii*, 5 gennaio 2005, in *EV* 23.

PUNDERSON J.R., *Accertamento della verità «più accessibile e agile»: preparazione degli operatori e responsabilità del Vescovo. L'esperienza della Segnatura Apostolica*, in L. SABBARESE (a cura di), *Sistema matrimoniale canonico in synodo*, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2015, 88-90.

RODRÍGUEZ OCAÑA R., *Derecho procesal*, in DGDC III, 177-180.

SABBARESE L. – SANTORO R., *Il processo matrimoniale più breve. Disciplina canonica e riflessi concordatari*, EDB, Bologna 2016.

SABBARESE L., *Il processo più breve: condizioni per la sua introduzione, procedura, decisione*, in E. B.O. OKONKWO – A. RECCHIA (a cura di), *tra rinnovamento e continuità. Le riforme introdotte dal motu proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2017, 39-58.

SABBARESE L., *La costituzione gerarchica della Chiesa universale e particolare. Commento al Codice di Diritto Canonico Libro II, Parte II*, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2013².

SACRA CONGREGAZIONE DEI SACRAMENTI, decretum *De ordinandis in Regione pastorali Tolosana Tribunalibus ecclesiasticis Tolosano in primo iurisdictionis gradu et Ruthenensi in secundo iurisdictionis gradu pro causis nullitatis matrimonii archidioecesium Tolosanae et Albiensis ac dioecesium Auxitanae, Carcassonensis, Montis Albani, Apamiensis, Elnensis, Ruthenensis, Cadurcensis, Mimatensis, Tarbiensis et Lapurdensis decidendis*, 17 febbraio 1965, in X. OCHOA, *Leges Ecclesiae post Codicem iuris canonici editae*, vol. III, Institutum Iuridicum Claretianum, Roma 1972, n. 3260, coll. 4630-4631; ID., decretum *De constituendis Tribunalibus Regionalibus Ecclesiasticis Massiliensi in primo iurisdictionis gradu et Aquensi in secundo iurisdictionis gradu pro causis nullitatis matrimonii decidendis dioecesium Massiliensis, Aquensis, Adiacensis, Foroiuliensis-Tolonensis, Niciensis, Diniensis et Vapicensis*, 17 febbraio 1965, *ibidem*, n. 3261, col. 4632; ID., *Normae pro exsequendo decreto diei 17 Februarii 1965 de constituendis Tribunalibus Regionalibus Ecclesiasticis Massiliensi in primo iurisdictionis gradu et Aquensi in secundo iurisdictionis gradu pro decidendis causis nullitatis matrimonii dioecesium Massiliensis, Aquensis, Adiacensis, Foroiuliensis-Tolonensis, Niciensis, Diniensis et Vapicensis*, 17 febbraio 1965, *ibidem*, n. 3262, coll. 4633-4365; ID., *Normae pro exsequendo Decreto diei 17 Februarii 1965 de ordinandis in regione pastorali Tolosana Tribunalibus ecclesiasticis matrimonialibus, Tolosano in primo iurisdictionis gradu, et Ruthenensi in secundo iurisdictionis gradu pro causis nullitatis matrimonii dioecesium Tolosanae, Albiensis, Auxitanae, Carcassonensis, Montis Albani, Apamiensis, Elnensis, Ruthenensis, Cadurcensis, Mimatensis, Tarbiensis*, 26 febbraio 1965, *ibidem*, n. 3266, coll. 4651-4654; ID., decretum *De ordinandis in regione pastorali septentrionali Galliae, pro partibus tantum Campaniae et Picardiae, tribunalibus ecclesiasticis Rhemensi, in primo iurisdictionis gradu, et Ambianensi, in secundo iurisdictionis gradu, pro causis nullitatis matrimonii archidioecesis Rhemensis ac dioecesium*

Ambianensis, Bellovacensis, Catalaunensis, Ebriocensis, Suessionensis et Trecensis decidendis, 22 dicembre 1966, prot. n. 775/68 V.T., *ibidem*, n. 3507, coll. 5073-5074; *Id.*, *Normae pro exsequendo Decreto diei 22 mensis decembris a. MCMLXVI de ordinandis in regione pastoralis septentrionali Galliae, pro partibus tantum Campaniae et Picardiae, tribunalibus ecclesiasticis matrimonialibus Rhemensi, in primo jurisdictionis gradu, et, Ambianensi, in secundo jurisdictionis gradu, pro causis nullitatis matrimonii archidioecesis Rhemensis ac dioecesium Ambianensis, Bellovacensis, Catalaunensis, Ebriocensis, Suessionensis et Trecensis decidendis*, 22 dicembre 1966, prot. n. 775/68 V.T., *ibidem*, n. 3508, coll. 5074-5076; *Id.*, *decretum De constituendis Tribunalibus Provincialibus ecclesiasticis Parisiensi in primo jurisdictionis gradu et Versaliensi in secundo jurisdictionis gradu pro causis nullitatis matrimonii decidendis archidioecesis Parisiensis et dioecesium Versaliensis, Meldensis, Pontisarensis, Corbiliensis, S. Dionysii in Francia, Christoliensis, et Nemptodurensis*, 22 febbraio 1968, *ibidem*, n. 3630, coll. 5313-5314; *Id.*, *Normae pro exsequendo Decreto diei 10 (22) Februarii 1968 de ordinandis Tribunalibus Provincialibus Ecclesiasticis Parisiensi in primo iurisdictionis gradu et Versaliensi in secundo iurisdictionis gradu, ad decidendas causas nullitatis matrimonii Archidioecesis Parisiensis et Dioecesium Versaliensis, Meldensis, Pontisarensis, Corbiliensis, S. Dionysii in Francia, Christoliensis, et Nemptodurensis*, 22 febbraio 1968, *ibidem*, n. 3631, coll. 5314-5316.

SACRA CONGREGAZIONE DEI SACRAMENTI, *decretum De ordinandis tribunalibus ecclesiasticis provincialibus Ditionis Columbianae*, 22 agosto 1967, il cui testo è edito in X. OCHOA, *Leges Ecclesiae post Codicem iuris canonici editae*, vol. III, n. 3591, coll. 5243-5244; *Id.*, *Normae pro exsequendo decreto 22 aug. 1967 de ordinandis tribunalibus ecclesiasticis provincialibus et tribunali unico superiori appellationis in Ditione Columbiana pro causis nullitatis matrimonii aliisque contentiosis et criminalibus in primo et secundo jurisdictionis gradu pertractandis*, 22 agosto 1967, *ibidem*, n. 3592, coll. 5244-5247.

SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, *decretum De ordinandis tribunalibus ecclesiasticis Insularum Philippinarum pro causis nullitatis matrimonii decidendis*, 20 dicembre 1940, in *AAS* 33 (1941), 363-364.

SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, *decretum De ordinandis tribunalibus ecclesiasticis Insularum Philippinarum pro causis nullitatis matrimonii decidendis in primo et secundo gradu*, 31 dicembre 1956, in *AAS* 49 (1957), 163-164.

SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, decretum *De ordinandis tribunalibus ecclesiasticis ditionis Canadensis super causis nullitatis matrimonii decidendis*, 28 gennaio 1946, in *AAS* 38 (1946), 281-283.

SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, decretum *De assignandis tribunalibus pro tractatione causarum nullitatis matrimonii Insulae Terrae Novae*, 7 agosto 1950, *AAS* 44 (1952), 280-281.

SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, decretum *De assignandis tribunalibus pro tractatione causarum nullitatis matrimonii novae provinciae ecclesiasticae Sherbrookensis*, 25 marzo 1952, in *AAS* 44 (1952), 281-282.

SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, decretum *Erectionis tribunalis provincialis circumscriptionum ecclesiasticarum provinciae Edmonsonensis pro tractatione causarum nullitatis matrimonii*, 14 dicembre 1955, in *AAS* 48(1956), 59-60.

SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, *Normae pro exsequendo decreto diei XX Decembris MDCCCXXXIX de ordinandis tribunalibus ecclesiasticis Insularum Philippinarum*, 28 aprile 1941, in *AAS* 33 (1941), 364-368.

SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, *Normae pro exsequendo decreto diei XXXI Decembris MCMLVI de ordinandis tribunalibus ecclesiasticis Insularum Philippinarum*, 31 dicembre 1956, in *AAS* 49 (1957), 165-169.

SACRA CONGREGAZIONE DELLA DISCIPLINA DEI SACRAMENTI, *Normae pro exsequendo decreto diei XXVIII Ianuarii MCMXLVI de ordinandis tribunalibus ecclesiasticis ditionis Canadensis*, 13 maggio 1946, in *AAS* 38 (1946), 281-283.

SANTORO R., *Il tentativo di conciliazione nel diritto processuale canonico*, in *Diritto e religioni* 1 (2012), 52-55.

SINODO DEI VESCOVI, III assemblea generale straordinaria, *Relatio Synodi*, 18 ottobre 2014.

SINODO DEI VESCOVI, III assemblea generale straordinaria, *Relatio post disceptationem*, 13 ottobre 2015.

TUPPUTI E., *L'indagine pregiudiziale o pastorale alla luce del m.p. Mitis Iudex Dominus Iesus. Applicazione nelle diocesi della Puglia*, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2021.

ZAMBON A., *Il processo canonico di fronte alle nuove tecnologie*, in AA. Vv., *Sinodalità e processo canonico*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2023, 39-58.

Progrès et défis dans le domaine du droit pénal canonique

Advances and challenges in the field of canonical penal law

Alphonse Borras¹

Resumo: Os recentes desenvolvimentos no direito penal canônico estão centrados no novo Livro VI do Código de Direito Canônico, que entrou em vigor em 8 de dezembro de 2023. A revisão, introduzida pela Constituição Apostólica *Pascite Gregem Dei* e promulgada pelo Papa Francisco, trouxe uma abordagem mais rigorosa e severa na administração das sanções penais dentro da Igreja Católica, em comparação com o código de 1983. Destaca-se o papel essencial das autoridades eclesiais, responsáveis por aplicar penas justas e proporcionais para proteger e preservar a integridade da comunidade eclesial. Também são abordados os desafios ainda em aberto, como a harmonização do direito canônico com as normas da justiça secular, o fortalecimento da proteção às vítimas e a necessidade de reformar os procedimentos penais eclesiais. Por fim, enfatiza-se a importância de um desenvolvimento doutrinário contínuo para enfrentar eficazmente os desafios futuros e manter a credibilidade da Igreja como sacramento de salvação e unidade.

Palavras-chave: Direito canônico; Sanções penais; Autoridade eclesial; Desenvolvimento doutrinário; Proteção das vítimas.

Abstract: Recent developments in canon law focus on the new Book VI of the Code of Canon Law, which took effect on December 8, 2023. Introduced through the Apostolic Constitution *Pascite Gregem Dei* and promulgated by Pope Francis, this revision has brought a significantly more rigorous and stringent approach to the administration of penal sanctions within the Catholic Church compared to the 1983 code. The pivotal role of ecclesiastical authorities is highlighted, as they are responsible for applying just and proportionate penalties to safeguard and maintain the integrity of the ecclesial community. The revision also addresses ongoing challenges, such as aligning canon law with secular justice, enhancing the protection of victims, and reforming ecclesiastical penal procedures. Finally, the importance of continuous doctrinal development is underscored as crucial for effectively meeting future challenges and maintaining the Church's credibility as a sacrament of salvation and unity.

Keywords: Canon law; Penal sanctions; Ecclesiastical authority; Doctrinal development; Victim protection.

¹ Université Catholique de Louvain (UCLouvain).

Le 8 décembre 2023 nous fêterons le deuxième anniversaire de l'entrée en vigueur du nouveau Livre VI du Code de Droit canonique concernant les sanctions pénales dans l'Église (cc. 1311-1399). Promulgué par la Constitution apostolique *Pascite Gregem Dei* (PGD) du 23 mai 2021², il abroge l'antérieur de 1983 qui lui-même était le résultat d'une révision conséquentielle du droit pénal du Code de 1917. Le pape François a ainsi conclu un processus de révision de la législation pénale de l'Église catholique latine entamé en 2007 par son prédécesseur le pape Benoît XVI.

Mon propos est de présenter les progrès opérés par le nouveau Livre VI par rapport au Code de 1983 et de dégager quelques défis à relever dans l'avenir sur le plan de la doctrine. Il se divise en trois parties. La visée de la nouvelle législation apparaît plus clairement dès lors que l'on prend conscience de ses destinataires principaux (I). C'est à leur adresse que le législateur de 2021 a voulu inciter à plus de rigueur et de sévérité (II). Il n'empêche néanmoins que, malgré les progrès opérés, le nouveau livre VI comporte quelques aspects problématiques qui sont autant de défis à venir pour la doctrine canonique (III).

1. Les destinataires et la visée du Livre VI

Au tout début du Livre VI, le législateur de 2021 a voulu préciser les destinataires de ses dispositions suggérant indirectement par là le but poursuivi.

En son premier canon, le nouveau Livre VI a repris quasi textuellement le canon 1311 du Code de 1983 pour réaffirmer le droit intrinsèque – « inné » et « propre » – de l'Église catholique de contraindre par des sanctions les fidèles qui ont commis des délits. J'apprécie que le canon 1311 § 1 parle des « fidèles du Christ délinquants », le c. 1311 § 1 parle plutôt des « fidèles du Christ qui ont commis des délits ». Cette modification à première vue anodine incite à considérer l'acte commis, plutôt que la personne de son auteur. Cette nuance est très importante en morale comme en droit : elle suggère que l'être humain ne se réduit pas à ses actes.

En revanche le canon 1311 § 2 est, lui, tout à fait nouveau par rapport à 1983. Il met directement en évidence le devoir, et même le

² Le titre même de la Constitution apostolique *Pascite Gregem Dei* (PGD) parle de « réformer » le Livre VI. Le texte même ne recourt pas à ce concept mais à celui de « révision ». Cf. https://www.vatican.va/content/francesco/la/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituzione-ap_20210523_pascite-gregem-dei.html.

droit-devoir de « celui qui préside l'Église » qui devient de ce fait le premier destinataire de la législation pénale canonique en tant qu'il lui revient de la connaître, la respecter et, le cas échéant, la mettre en œuvre. Le canon 1311 § 2 s'énonce en effet en ces termes :

« Celui qui préside dans l'Église doit protéger et promouvoir le bien de sa communauté et de chacun des fidèles du Christ avec charité pastorale, par une vie exemplaire, des conseils et des exhortations ainsi que, le cas échéant, par l'imposition ou la déclaration de peines, en conformité avec des dispositions légales qui devront toujours être appliquées avec équité canonique et en considérant le rétablissement de la justice, l'amendement du coupable et la réparation du scandale » (c. 1311 § 2).

L'imposition ou la déclaration de peines viennent « le cas échéant » (lat. *si opus sit*), après les conseils et les exhortations (cf. c. 1341) quand ceux-ci, malgré l'exemplarité requise, se sont avérés vains pour « protéger et promouvoir » le bien de la communauté ecclésiale et de chacun des fidèles.

Par la périphrase « celui qui préside l'Église », le législateur de 2023 ne désigne pas seulement les fidèles qui assurent une présidence ecclésiale au titre de leur ordination, à savoir les pasteurs (ordonnés) – évêques et prêtres –, ainsi que, plus précisément comme ailleurs dans le Code, les évêques diocésains (cf. c. 381, et autres chefs d'Église qui leur sont assimilés [cf. c. 368] en tant qu'Ordinaires du lieu [cf. c. 131 § 1]) et les autres Ordinaires (cf. c. 131 § 2). Mais la périphrase comprend également d'autres personnes qui, à un autre titre que l'ordination, sont à la tête d'une communauté ecclésiale.

C'est ici que la Constitution apostolique *PGD* apporte un précieux éclairage à cette large catégorie de personnes désignées par la périphrase. Son titre est éloquent : *pascite gregem Dei*, c'est-à-dire « soyez les pasteurs du troupeau de Dieu ». La référence explicite à la première Lettre de Pierre (5,2) renvoie au ministère « pastoral » : il s'agit métaphoriquement de « paître » (lat. *pascere*), c'est-à-dire à la fois de conduire, guider, accompagner le peuple de Dieu, mais aussi de le nourrir et de le protéger. La citation biblique est ensuite relayée par un extrait du rituel d'ordination épiscopale évoquant la prudence pastorale de l'évêque par laquelle le Christ guide son peuple. Vient alors

une référence au ministère des évêques appelés à exercer leur ministère « par leurs conseils, leurs encouragements, leurs exemples, mais aussi par leur autorité et par l'exercice du pouvoir sacré » (LG 27a)³.

Dans *PGD*, le pape poursuit alors son propos en évoquant la négligence de la part des évêques et... des supérieurs à recourir au « système pénal »⁴. Arrêtons-nous d'abord à cet élargissement aux « supérieurs ». C'est dans la deuxième moitié de *PGD* qu'il est également fait mention des « supérieur(e)s de chacune des communautés », à savoir, outre les Ordinaires (c. 134 §§ 1 & 2), les autres supérieurs qui ne possèdent pas un pouvoir exécutif ordinaire, mais qui exercent légitimement une fonction de direction au titre des constitutions de leur institut de vie consacrée ou de leur société de vie apostolique. Autrement dit, cela inclut pour le moins les supérieures féminines⁵. C'est en effet en vertu du canon 606 qu'il faut les inclure : « ce qui est statué sur les instituts de vie consacrée et leurs membres vaut pareillement en droit pour l'un et l'autre sexe, sauf s'il s'avère, à partir du contexte ou de la nature de la chose, qu'il en va autrement ». Ces supérieures – sans pouvoir de juridiction – ne sont cependant *pas sans* pouvoir au service de leur institut⁶. Ce pouvoir *ad*

³ Cette référence à Vatican II est justifiée par *PGD* en ces termes : « parce que la charité et la miséricorde requièrent que le Père se consacre aussi à redresser ce qui est parfois tordu ». Cela suggère que, depuis les temps apostoliques et au fil des siècles, l'Église s'est donné des règles qui assurent l'unité du peuple de Dieu et dont la responsabilité de l'observance incombe aux évêques. Notons deux choses. Tout d'abord, le but de ces règles : l'unité de l'Église. Elles reflètent la miséricorde maternelle de l'Église « qui sait que sa fin est le salut des âmes ». La seconde chose c'est que par ce biais le pape François conjoint la double fonction paternelle et maternelle des pasteurs !

⁴ Il est intéressant de mettre *PGD* en relation avec les *Praenotanda*, c'est-à-dire les remarques préliminaires, du projet de L. VI de 2011 (*textus emendatus schematis recognitionis Libri VI*). Les *Praenotanda* mettaient à jour la méconnaissance du droit pénal, voire son oubli, et même les préjugés à son égard, en particulier de la part des pasteurs (et autres ministres) ! *PGD* n'a pas repris ces constats ni évoqué l'incurie des pasteurs et des supérieur(e)s. Je renvoie ici à mon étude A. BORRAS, « La Constitution apostolique *Pascite Gregem Dei* et le nouveau Livre VI », dans H. Queinnec (dir.), « Mélanges en l'honneur du Père Brancherau », Éditions Frémur, 2022, 87-105.

⁵ C'est en tout cas ce qu'impose l'interprétation stricte en matière pénale (c. 18), mais n'y a-t-il pas lieu d'inclure également dans « ceux qui président l'Église » les modérateurs et autres responsables de d'associations de fidèles, sur la base des statuts de celles-ci ?

⁶ Certes, une supérieure ne peut porter un précepte au sens strict, celui-ci ne pouvant provenir que d'un supérieur jouissant d'un pouvoir de gouvernement au for externe (cf. c. 1319), mais elle a la prérogative de saisir l'Ordinaire du lieu seul compétent

hoc, c'est ce que la doctrine constante évoque par la notion de *potestas dominativa* qualifiant ainsi l'autorité entre les mains desquelles les religieuses font leurs vœux, à savoir celle des supérieures majeures⁷. En vertu de l'analogie avec l'évêque ou un supérieur majeur clérical, la supérieure majeure féminine est habilitée à « gouverner » sa communauté, et donc le cas échéant à exercer un certaine *potestas coercendi*⁸.

C'est donc aussi bien aux pasteurs qu'aux supérieur(e)s que *PGD* rappelait leur responsabilité d'inscrire l'exercice du droit de punir dans leur gouvernement pastoral, dans l'espoir que le Livre VI révisé soit « un instrument pour le bien des âmes »⁹. C'est à ce titre que, pour les uns comme pour les autres, le recours au « système pénal » s'avère même être une exigence de charité à laquelle ils ne peuvent renoncer (lat. *concreta exigentia caritatis*). Cette exigence concerne l'Église, c'est-à-dire concrètement la communauté chrétienne qui leur est confiée, les victimes des actes délictueux mais aussi l'auteur de ceux-ci « qui a besoin à la fois de la miséricorde et de la réprimande de la part de l'Église ».

pour infliger une sanction pénale proprement dite (cf. c. 1320). De toute façon, on se souviendra que « les supérieurs et les chapitres des instituts ont sur les membres le pouvoir défini par le droit universel et par les constitutions » (c. 596 § 1).

⁷ Cela s'applique également *mutatis mutandis* aux membres des instituts séculiers (cf. c. 717). Plus concrètement encore, dans la plupart des instituts religieux, le/la jeune religieux(se) professe hardiment « vous qui tenez la place de Dieu » en s'adressant à son/sa supérieur(e) légitime au moment de prononcer ses vœux. Comme me le signale Sr N. Hausmann, « l'adage célèbre, qu'on croit ignatien, mais qui se trouve véhiculé par saint Benoît, remonte à Ignace d'Antioche, qui l'appliquait à l'évêque « qui tient parmi vous la place du Christ » (cf. A. DE VOGÜÉ, « L'abbé, vicaire du Christ, chez saint Benoît et chez le Maître », *Collectanea Cisterciensia* 44 [1982], 89-100). On lira aussi à ce propos N. HAUSMANN, « La responsabilité pastorale des évêques et la vie consacrée. Réflexions en vue du Synode de 1994 », *Nouvelle Revue Théologique* 116 (1994), 340-352.

⁸ N'est-ce pas ce que suggéraient les directives de la Congrégation des Religieux et Instituts séculiers de 1978, *Mutuae relationes* [MR], à propos de la compétence de l'autorité religieuse ? Cf. https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccsclife/documents/rc_con_ccsclife_doc_14051978_mutuae-relationes_fr.html. MR comparait la compétence des supérieur(e)s « par analogie à la triple fonction du ministère pastoral, à savoir d'enseigner, de sanctifier et de gouverner », mais en s'empressant d'ajouter « sans pour autant confondre ou égaler les deux autorités » (MR 13b). On peut cependant regretter que *PGD* d'abord, puis la nouvelle législation n'aient pas été plus clairs quant au pouvoir « disciplinaire » des supérieures (comme d'ailleurs des supérieurs d'instituts non cléricaux, sans pouvoir de gouvernement au for externe).

⁹ Les *Praenotanda* de 2011 l'envisageaient déjà ! Dix ans plus tard en 2021, *PGD* adopte substantiellement la même position.

Dans la Constitution *PGD*, le pape François ne se contente pas seulement d'affirmer clair et net qu'exhorter et persuader ne suffisent plus. Il ajoute que ces attitudes rendent même plus difficile l'amendement ou la correction des coupables et sèment confusion et scandale parmi les fidèles. Bien plus, en constatant la négligence des pasteurs – et des supérieur(e)s – de recourir au « système pénal », *PGD* rend manifeste qu'ils ne remplissent pas correctement et fidèlement leur fonction. C'est sur ce diagnostic de *PGD* que, tout en étant destiné au peuple de Dieu en général, le nouveau Livre VI se conçoit en particulier comme un instrument de gouvernement pastoral au service des pasteurs et des supérieur(e)s

D'où le rappel du pape François à cet effet des trois finalités du « système pénal » qui le rendent nécessaire dans l'Église ; le rétablissement de la justice, l'amendement du coupable et la réparation du scandale. Le pape qualifie alors la fonction du droit pénal de « réparatrice et médicinale », pour le bien des fidèles et leur sanctification, personnelle et communautaire, autant que pour l'unité ecclésiale que le pape a en ligne de mire (lat. *ita ut, servatis de iure servandis, ecclesialis unitas foveatur*). Le thème de l'unité de l'Église revient ainsi à deux reprises dans *PGD*. Le service de l'unité n'est-il pas au cœur même du *munus pastorale*, dans les Églises particulières confiées aux Évêques diocésains (et équiparés, cf. c. 134 § 2 et c. 368) comme, par extension, dans toutes les communautés ecclésiales confiées à des supérieur(e)s ?

2. Plus de rigueur et de sévérité dans le gouvernement ecclésial

Ces considérations à partir de *PGD* nous ont ainsi permis de mieux comprendre la portée de la révision du Livre VI. Voyons à présent quelques traits majeurs de la législation de 2021. Le législateur y a réussi la prouesse de rester dans le cadre (de la numérotation) des canons assignés au Livre VI du Code de 1983 (cc. 1311-1399). Dans sa première partie consacrée au droit pénal *général* (cc. 1311-1363)¹⁰, le nouveau Livre

¹⁰ La première partie est composée de six titres : Titre I la punition des délits en général (cc. 1311-1312) ; Titre II la loi pénale et le précepte pénal (cc. 1313-1320) ; Titre III le sujet passible de sanctions pénales (cc. 1321-1330) ; Titre IV les peines et autres punitions (cc. 1331-1340) ; Titre V l'application des peines (cc. 1341-1353) ; Titre VI la rémission des peines et la prescription des actions (cc. 1354-1363).

VI s'inscrit dans la continuité de celui de 1983. Le législateur y a introduit quelques modifications mineures. À part l'introduction de quelques dispositions, relativement nouvelles¹¹, les modifications opérées par le législateur de 2021 sont en effet soit des précisions ou améliorations terminologiques, soit ce que j'appelle volontiers des inflexions législatives qui vont surtout se répercuter dans le droit pénal spécial, à savoir dans la seconde partie du Livre VI (cf. cc. 1364-1399). Ces modifications diverses traduisent une volonté de plus grande rigueur, voire de sévérité¹².

Quatre exemples suffiront pour s'en convaincre : le nouveau canon 1341, l'importance du précepte pénal, les modifications de la prescription et un ensemble de dispositions dans le droit pénal *spécial* en raison des abus financiers et sexuels.

Le canon 1341 est à proprement parler un « canon-pivot » dans la discipline pénale. Il se trouve sous le titre concernant l'application des peines. Ce canon prévoit que, une fois épuisés les moyens de la sollicitude pastorale, surtout la correction fraternelle, ainsi que la monition et la réprimande, l'Ordinaire devra entamer une procédure judiciaire ou administrative en vue d'infliger ou de déclarer une peine. Celle-ci n'interviendra cependant qu'après l'échec des autres moyens pastoraux et quasi-pénaux. L'énoncé actuel n'est plus une recommandation comme en 1983 (« aura soin de n'entamer une procédure »), mais une injonction (« devra entamer »). Le législateur de 2021 évite ainsi une interprétation minimaliste de ce principe, comme semblait le suggérer le Code de 1983 plus « pastoral ».

Deux autres exemples de rigueur, sinon de sévérité, je les trouve dans l'importance accordée au précepte pénal et les modifications de la prescription. Le précepte est une « injonction » de « faire ou d'omettre quelque chose », surtout pour urger l'observation de la loi (cf. c. 49) ; sur le plan pénal (cf. cc. 1319 § 1, 1338 § 4 et 1339 § 4), il s'avère être un moyen de prévenir un délit ou d'urger l'application du droit. Prati-qué avec les garanties prévues par le droit (cf. l'enquête sérieuse du c.

¹¹ Il s'agit de deux nouveaux canons à proprement parler (cc. 1311 § 2 et 1321 § 1 relatif au principe de la présomption d'innocence) et de quelques autres dispositions (c. 1336 § 1, 1^o & 3^o ; c. 1339 § 4 ; c. 1339 § 5 ; c. 1346 § 1), absentes du Code de 1983 mais présentes dans le Code de 1917.

¹² Cf. A. BORRAS, « Le nouveau droit pénal général (cc. 1311-1363) : *nihil novi sub sole* ? », *Studia Canonica* 56 (2022), 245-277.

1339 § 1)¹³, il est un outil par lequel l'Ordinaire ou le supérieur exerce son devoir de vigilance (c. 1339 § 5 cf. c. 1346 § 2). Quant à la prescription, elle est le moyen d'acquiescer ou de perdre un droit subjectif ou de se libérer d'obligations par un certain laps de temps et sous les conditions déterminées par la loi (cf. c. 197). Le délai de prescription de l'action criminelle reste en général celui de trois ans, mais il est prolongé à sept ans dans une série de délits, surtout là où clercs et religieux(es) sont susceptibles d'en être les auteurs (cf. c. 1362 § 1, 2° renvoyant aux cc. 1376-1378, 1393 § 1, 1394, 1395, 1397 et 1398 § 2, tandis que les délits du c. 1398 § 1 qui ne concernent que les clercs ne sont prescrits qu'après vingt ans !) Il y a ainsi une volonté que les poursuites de délits très graves ne s'éteignent pas par écoulement d'un délai trop court au vu de la gravité des faits et des dommages sur les victimes.

Le quatrième exemple de rigueur et de sévérité se trouve dans le droit pénal *spécial* de la seconde Partie du Livre VI (cc. 1364-1399)¹⁴. Le législateur a clairement opté pour la détermination de bon nombre de peines jusqu'ici indéterminées dans le Code de 1983. Sa sévérité se manifeste aussi par le caractère désormais obligatoire de peines précédemment facultatives, aussi bien sur le plan de leur prévision que sur celui de leur application¹⁵. Elle se marque ensuite par l'ajout de

¹³ Cf. A. BORRAS, « Le précepte pénal dans le droit en vigueur », *Folia canonica. Review of eastern and western canon law*, 7 (2004), 209-224. Combien d'évêques et de supérieur(e)s n'ont-ils pas été abusés dans leur bienveillance ou leur naïveté, pour ne pas avoir transcrit en temps voulu monitions et réprimandes au risque de ne pouvoir prouver a posteriori qu'ils avaient effectivement averti et réprimandé la personne qui s'est avérée être ultérieurement l'auteur d'un délit ?

¹⁴ À la différence de la première partie, le législateur de 2021 y a partiellement modifié la séquence de ses canons et leur répartition dans les titres ainsi que l'intitulé de certains titres. La seconde partie du L. VI est également composée de six titres : Titre I les délits contre la foi et l'unité de l'Église (cc. 1364-1369) ; Titre II les délits contre les autorités ecclésiastiques et l'exercice des charges (cc. 1370-1377) ; Titre III les délits contre les sacrements (cc. 1379-1389) ; Titre IV les délits contre la bonne réputation et le crime de faux (cc. 1390-1391) ; Titre V les délits contre les obligations spéciales (cc. 1392-1396) ; Titre VI les délits contre la vie, la dignité et la liberté humaines (cc. 1397-1398). Je ne compte pas le Titre VII qui concerne l'exception au principe de légalité (c. 1399, cf. c. 1321 § 2).

¹⁵ Cf. dans la seconde partie du L. VI, c. 1372 (*puniatur*), c. 1389 (*puniatur*), c. 1390 § 2 (*puniatur*), c. 1391 (*puniatur*), c. 1393 (*puniatur*), c. 1394 § 1 (*puniri debet*). Cette sévérité se remarque déjà dans la première partie du Livre VI : on est passé du *potest*

sanctions pénales mettant ainsi en relief le pouvoir de punir et même le « devoir » de punir dans le chef des pasteurs et supérieur(e)s ainsi que des juges. Le législateur a voulu aggraver la sanction de certains délits¹⁶. Il se montre plus sévère aussi en envisageant des éventualités supplémentaires de renvoi de l'état clérical¹⁷.

Je me contenterai ici de l'illustrer par certaines dispositions. Le canon 1393 § 1, qui correspond au canon 1392 de 1983 traite de l'interdiction pour des clercs et religieux de faire du commerce ou du négoce. Il est désormais suivi d'un nouveau paragraphe qui s'énonce en ces termes : « Le clerc ou le religieux qui, en dehors des cas déjà prévus par la loi, commet un délit en matière financière, ou viole gravement les stipulations contenues dans le canon 285 § 4, sera puni des peines mentionnées au canon 1336 §§ 2-4, sans préjudice de l'obligation de réparer le dommage » (c. 1393 § 2)¹⁸. Cette disposition est révélatrice de la préoccupation du législateur en matière de gestion économique et au vu des graves scandales financiers qui ont secoué l'Église catholique ces vingt dernières années. On notera son insistance sur l'obligation de réparer les dommages.

Le canon 1395 concerne les délits de clercs, y compris religieux, contre le sixième commandement. Comme précédemment, le canon 1395 §§ 1 et 2 concerne le non-respect du célibat par des clercs : d'une part, au § 1, le concubinage et la persistance avec scandale dans un péché extérieur *in sexto* au § 1 sanctionnés par une suspension avec, le cas échéant et après monition, d'autres peines à ajouter graduellement, y compris le renvoi de

punire au debet punire (c. 1326 § 1 [*iudex debet*], c. 1326 § 3 [*poena facultativa fit obligatoria*], c. 1345 [*reus puniri debet*]) ; à cela s'ajoute le c. 1344, 1° et 3° où le juge ne peut *différer* la peine s'il faut réparer le scandale (1°) ou *suspendre* son application sauf si d'autres délits furent précédemment commis ou que le scandale doit être réparé (3°).

¹⁶ Il accentue la sanction de certains délits par l'ajout éventuel d'une ou de plusieurs peines expiatoires (c. 1365 *in fine* ; c. 1371 § 1 *in fine* ; c. 1379 § 4), voire d'une censure (c. 1389 ; c. 1390 § 2), alors que le Code de 1983 envisageait déjà l'ajout d'autres peines à celles prévues de manière obligatoire et déterminée (c. 1364 § 1 *in fine* [cf. *praeterea*] ; c. 1377 § 1 [*non exclusa privatione*]). Parfois il entrevoit l'alternative d'une peine expiatoire aux peines existantes, interdit ou suspension (cf. c. 1380).

¹⁷ Cf. c. 1382 § 1 et § 2 ; c. 1386 § 3 ; c. 1392 ; c. 1397 § 3 ; c. 1398 § 1) à celles déjà existantes (c. 1364 § 2 ; c. 1370 § 1 ; c. 1379 § 3 ; c. 1385 ; c. 1394 § 1 ; c. 1395 §§ 1, 2 et 3).

¹⁸ Le c. 285 § 4 concerne les clercs ; par le nouveau c. 1393 § 2, le législateur de 2021 l'élargit aux religieux, au sens strict (cf. c. 18) et selon moi aux religieuses (cf. c. 606) ; il y énonce une série d'interdictions en matière de gestion financière, de garantie fiduciaire ou de transactions commerciales.

l'état clérical ; d'autre part, au § 2, d'autres délits publics *in sexto* sanctionnés par une peine indéterminée et, le cas échéant, le renvoi de l'état clérical.

Mais, à la différence du Code de 1983, le législateur de 2021 a réparti autrement ces délits. Il a ajouté un troisième paragraphe au canon 1395 à l'encontre d'agressions sexuelles commises avec violence ou avec menaces ou par abus d'autorité en vue de forcer quelqu'un à accomplir ou à subir des actes sexuels, avec les mêmes sanctions qu'au § 2 ; l'abus d'autorité est une nouveauté¹⁹. Ce qui est également nouveau, c'est que le canon 1395 § 3 concerne désormais les membres d'IVC et de SVA en vertu de ce que prévoit le nouveau canon 1398 § 2.

Par ailleurs, le législateur de 2021 a repris des éléments de l'ancien canon 1395 § 2 en en traitant également au titre suivant dans le nouveau canon 1398 § 1, 1° qui ne traite plus seulement d'une agression sur une personne mineure, mais aussi – et c'est nouveau – sur une personne qui a habituellement un usage imparfait de la raison ou « à qui la loi reconnaît une protection équivalente » (c. 1398 § 1, 1° *in fine*). Cette dernière catégorie reprend le contenu de la catégorie de « personne vulnérable » utilisée par le Motu proprio *Vos Estis Lux Mundi* initialement promulgué le 7 mai 2019 et mis à jour en date du 25 mars 2023 en parlant désormais d'« adulte vulnérable » (art. 1 § 1, ii et iii ; art. 13 § 2)²⁰ en référence à la loi 297 de l'État du Vatican du 29 mars 2019, qui la définissait en ces termes : « adulte vulnérable » : toute personne se trouvant dans un état d'infirmité, de déficience physique ou psychique, ou de privation de liberté personnelle qui, de fait, même occasionnellement, limite sa capacité de compréhension ou de volonté, ou en tout cas de résistance à l'offense » (art. 1 § 2, b).

¹⁹ L'abus d'autorité se distingue ici de l'abus de pouvoir envisagé par le c. 1378 § 1. Il s'en rapproche cependant dès lors qu'il est l'acte d'un ministre de l'Église, clerc par sa condition canonique ou laïc dans l'exercice de ses fonctions, qui use de l'autorité morale liée à son état clérical ou à sa mission ecclésiale. L'abus d'autorité se traduit par la contrainte morale exercée sur quelqu'un par une personne qui se sert de son autorité pour l'obliger à accomplir un acte contraire à ses intérêts.

²⁰ Pape François, Lettre apostolique en forme de Motu proprio *Vos estis lux mundi*, du 25 mars 2023 https://www.vatican.va/content/francesco/fr/motu_proprio/documents/20230325-motu-proprio-vos-estis-lux-mundi-aggiornato.html. Pour la loi 297 du Vatican, cf. <https://www.vaticannews.va/it/papa/news/2019-03/protezione-minori-motu-proprio-papa-francesco-vatiab.html>.

Le canon 1398 § 1,2° traite des délits qui consistent à convaincre ou à inciter une personne mineure ou ne jouissant qu'imparfaitement de l'usage de la raison ou encore sous tutelle, à s'exposer de manière pornographique ou à participer à des exhibitions pornographiques, soit réelles soit simulées. Quant au canon 1398 § 1,3°, il traite des délits d'acquisition, de détention, d'exhibition et de diffusion, quels qu'en soient les moyens et les supports, d'images pornographiques de mineur(e)s ou de personnes jouissant habituellement d'un usage imparfait de la raison ; il n'est plus question des personnes « à qui la loi reconnaît une protection équivalente » comme dans les deux précédents alinéas.

La peine à l'encontre des délits du canon 1398 § 1 est obligatoire sur la base du canon 1336 §§ 2-4, sans exclure la privation de l'office et d'autres peines supplémentaires selon la gravité du délit. De toute évidence, le nouveau canon 1398 exprime bien la volonté du législateur de 2021 de répondre *avec détermination* aux graves dommages causés par ces délits sur les victimes et au scandale tout aussi grand provoqué par eux dans l'Église et la société.

3. Un travail de retouches plus qu'une véritable refonte

En respectant la numérotation ancienne à l'intérieur des titres nouveaux, tout en opérant quelques transferts déjà signalés de canons d'un titre à l'autre, le législateur de 2021 a réussi la performance d'intégrer les dispositions en matière pénale émanant du Saint-Siège au fil de ces trois dernières décennies. Ce sont les besoins de la vie ecclésiale et les exigences d'un bon gouvernement pastoral qui l'ont conduit à ne pas laisser ces normes *extra codicem*²¹. Il a ainsi confirmé – du moins implicitement – le

²¹ À l'occasion d'un retour critique sur la codification de 1917 et sur sa révision après Vatican II, le Prof. Bruno Gonçalves, a montré que, selon l'adage *ius sequitur vitam*, il y a eu et il y aura toujours des dispositions extra-codicielles, cf. B. GONÇALVES, « La survivance du droit pénal pio-bénédictin dans le CIC/1983 », *L'Année canonique* 58 (2017), p. 161-182. Dans une perspective plus critique sur la pérennité du principe de codification et sa pertinence pour l'Église catholique latine, je renvoie aux réserves du Prof. Louis-Léon Christians. Elles tiennent principalement à deux raisons : la première est l'inefficience avérée de larges pans du Code dans la vie concrète des communautés des Églises particulières, notamment en Europe Occidentale et Amérique du Nord – sinon ailleurs encore ! –, cette inefficience étant à la fois l'expression et la cause de la méconnaissance du Code par les fidèles catholiques. La seconde raison de l'impertinence d'un Code – et pas seulement son inopportunité – découle d'un autre choix possible, à savoir

principe d'une codification en bonne et due forme. Le législateur ne s'est pas préoccupé d'autres questions de fond ou de principe qui tenaient à cœur les canonistes et théologiens lors de la révision du Code de 1917 après Vatican II, comme par exemple celle des fondements théologiques du droit de punir ou encore celle sur la nature pénitentielle des sanctions « pénales ». Il ne s'est pas non plus engagé à distinguer entre droit pénal proprement dit et droit disciplinaire ou administratif. Certes, cette distinction n'est pas de doctrine commune mais une reconsidération de la distinction entre le pénitentiel et le pénal pourrait y contribuer²².

Parmi d'autres défis à venir sur le plan de la doctrine, j'estime qu'il faudra bien un jour s'interroger sur le maintien du canon 1399. Celui-ci constitue une exception au principe de légalité selon lequel il n'y a pas de peine s'il n'y a pas eu préalablement de délit au sens strict du terme (cf. c 1321 § 1)²³. Cette exception pose problème pour la culture juridique de nos États démocratiques. On se souviendra à ce propos que le Code des canons des Églises orientales promulgué en 1990 ne contient pas.

celui d'un cadre législatif universel minimal, laissant et par là même encourageant les Églises locales, par exemple sur le plan d'une province ecclésiastique ou d'une Conférence des évêques, à élaborer le dispositif nécessaire au déploiement de leur mission. Cf. L.-L. CHRISTIANS, « Crises et mutations du droit de l'Église catholique dans les sociétés européennes sécularisées », *Revue Théologique de Louvain* 43 (2012), 195-224.

²² Le droit pénal poursuit(vrai)t la finalité principale d'amener le coupable à se convertir et pour laquelle le rétablissement de la justice et la réparation du scandale sont des conditions *sine qua non*. En revanche, le droit disciplinaire se situerait *sans équivoque* au for externe et viserait d'abord et avant tout la protection de la communauté, l'adhésion des fidèles et leur incorporation ecclésiale, en poursuivant sans ambages le rétablissement de la justice et, de ce fait, la réparation des dommages autant que du scandale.

²³ L'exception était déjà envisagée par le Code de 1917 (cf. c. 2222 § 1), mais soit dit en passant elle n'existe pas dans le Code des Canons des Églises orientales de 1990. Cela ne peut manquer de nous interpeller : alors que, comme dans nos sociétés contemporaines, la tendance dans l'Église latine est (enfin) à la rigueur procédurale dont le principe de légalité est un des fondements majeurs, comment se fait-il que le législateur latin de 2021 ne se soit pas laissé inspirer par le réalisme du droit oriental ? C'est d'autant plus frappant que ni à Rome, ni a fortiori dans les diocèses on n'oserait agir à l'encontre du principe de légalité. Une explication serait d'affirmer par cette exception la prévalence du principe théologique de la communion sur le principe juridique de légalité des législations séculières. Je renvoie ici aux réflexions de B. GONÇALVES, « La survivance du droit pénal pio-bénédictin dans le CIC/1983 », p. 173.

Une autre question qui gagnerait à être étudiée, c'est l'éventualité de la canonisation des procédures séculières pour certains délits *in re temporali*, par exemple en matière d'agressions sexuelles et dans les questions patrimoniales et financières. Pourquoi ne pas transférer la poursuite de ces délits au bras séculier et ne prévoir du côté canonique que les mesures conservatoires – tant que les faits et leur imputabilité ne sont pas établis – et, au terme de la procédure séculière, appliquer les peines canoniques – selon une procédure pénale administrative ?

Plusieurs raisons plaident pour une canonisation. Il y a une première raison pratique : la justice ecclésiastique n'est pas outillée pour faire la vérité en ces domaines où dire le droit requiert beaucoup d'expertises, techniques, psychologiques et autres. Et il y a ensuite, liée à la première, une raison de fait que l'on constate déjà, à savoir la suspicion chez bon nombre de concitoyens et même chez fidèles catholiques par rapport à l'impartialité de la justice ecclésiastique. À cette deuxième raison s'ajoute une troisième plutôt d'opportunité : dans le climat actuel – et sans doute pour quelques années encore ! – la canonisation éviterait de laisser croire que l'Église veut traiter ces questions « en interne ».

Un autre défi découle du peu de place explicitement faite par le nouveau Livre VI au statut des victimes et à la réparation des dommages les concernant. Pour le dire avec le langage d'aujourd'hui, le législateur de 2021 n'a pas vraiment pris en compte l'approche victimologique qui est une tendance lourde des droits criminels contemporains²⁴ et, par surcroît, déjà mise en œuvre sur le plan de certaines Conférences épiscopales, notamment par des dispositifs collectifs et solidaires d'indemnisation équitable, en l'occurrence pour des dossiers touchés par les prescriptions légales, mais impliquant néanmoins la responsabilité morale (et non plus pénale, ni civile vu la prescription). Je cite l'exemple belge de la création d'un centre d'arbitrage commun à l'Église catholique et à l'État fédéral.

²⁴ Outre ces dispositifs, on pourrait évoquer l'apport de la *restorative justice* de certains systèmes pénaux séculiers qui mettent au cœur de l'intervention pénale la reconnaissance par le coupable de sa responsabilité et envers la victime autant que le processus coopératif des parties concernées sans tomber dans la double impasse du purement rétributif/expiator et du purement médicinal. Je renvoie notamment à l'ouvrage de M. RIONDINO, *Giustizia riparativa e mediazione nel diritto penale canonico*, Rome, Lateran University Press, coll. « Corona lateranensis », 2011, en particulier p. 155-156.

Toujours à partir d'un regard *ab extra* sur notre droit pénal, on ne peut négliger la faiblesse intrinsèque à la perspective procédurale au regard de la culture démocratique. Il y aurait lieu d'interroger les procédures administratives qui risquent à bien des égards, malgré les précautions prises par le législateur (cf. cc. 1342 § 2, 1608 et 1720), de discréditer la lutte des Ordinaires contre les délits de clercs, notamment sexuels, dès lors que, dans les faits, ceux-ci ont toujours des fidèles qui, pour quelque raison que ce soit, les soutiennent et qui dénoncent la partialité de la voie administrative, voire refusent la légitimité de la justice ecclésiale. La voie administrative (qui relève de l'exécutif et non du judiciaire) atténue la lisibilité de la distinction (qui n'est pas une séparation) des pouvoirs dans l'Église (cf. c. 135) : c'est au nom de l'évêque diocésain que procède un Ordinaire (vicaire général ou épiscopal) à l'égard d'un clerc, la plupart du temps du clergé diocésain. Une façon de compenser ce télescopage serait d'envisager une instance inter-diocésaine, voire supra-diocésaine de saisine. Cela mettrait déjà un peu de distance par rapport au continuum signalé. La Conférence des évêques de France a instauré un tribunal pénal nationale.

Il reste un dernier défi à relever que les travaux préparatoires du Code de 1983 n'est pas parvenue à régler. Elle était au cœur des débats, notamment sur la dimension proprement juridique du droit de punir. Il s'agit de la question de la pérennité des peines *latae sententiae*, c'est-à-dire de ces peines qui sont encourues du fait même de la commission du délit (cf. c. 1314)²⁵. Elles sont un héritage du droit pénitentiel. On

²⁵ Le nouveau Livre VI ne prévoit qu'un cas supplémentaire de peine encourue *latae sententiae* (l.s.), à savoir à la suite de la tentative d'ordination d'une femme (excommunication l. s., c. 1379 § 3). Il maintient une peine *latae sententiae* dans les cas antérieurement prévus, à savoir les délits d'apostasie, d'hérésie et de schisme (excommunication l.s., c. 1364 § 1) ; les voies de fait sur le pape (excommunication l.s., c. 1370 § 1) et sur un évêque (interdit ou suspense l. s., c. 1370 § 2) ; la tentative d'eucharistie ou d'absolution sacramentelle sans en être habilité (interdit, voire suspension l. s., c. 1379 § 1) ; la profanation des saintes espèces (excommunication l. s., c. 1382 § 1) ; l'absolution de complice *in sexto* (excommunication l. s., c. 1384) ; la violation du sceau de la confession (excommunication l.s., c. 1386 § 1) ; la consécration épiscopale sans mandat pontifical (excommunication l. s., c. 1387), de la fausse dénonciation du confesseur en matière de sollicitation *in sexto* (interdit, voire suspense, l. s., c. 1390), la tentative de mariage (suspense l. s., c. 1394 § 1, ou interdit l. s., c. 1394 § 2) et enfin de l'avortement (excommunication l. s., c. 1397 § 3).

peut en comprendre la portée d'un point de vue proprement théologique dès lors que le fidèle qui commet un péché grave (pleine advertance, entier consentement et matière grave) ne vit plus de ce fait en état de grâce dans l'attente de l'accueillir à nouveau, par sa décision libre sous l'action de l'Esprit. Cette modalité de punir a, selon moi, tout au plus une fonction de prévention générale, avertissant la communauté ecclésiale de la gravité de certains actes. N'est-il pas temps de faire preuve de réalisme face à l'inefficacité de peines *latae sententiae* qui, prétendument encourues par l'auteur du délit, ne l'affectent en rien dans sa volonté effective de s'amender ?²⁶

4. En guise de conclusion

À défaut de prise en compte de questions doctrinales sur le fondement du droit pénal et sur l'aggiornamento pastoral et juridique de celui-ci, on ne pouvait s'attendre qu'à un toilettage du dispositif existant. Sous cet angle, *nihil novi sub sole*. Du moins substantiellement. À ce stade, on peut seulement espérer que la réception du nouveau Livre VI soit le gage d'un regain d'intérêt pour le droit pénal de l'Église dans sa singularité, et la relance d'un approfondissement doctrinal, malheureusement trop longtemps resté en veilleuse. Il est à la disposition de « ceux et celles qui président », pasteurs et supérieur(e)s, à qui il revient de protéger les fidèles qui leur sont confiés face aux « actes moralement mauvais qualifiés de délits » (cf. c. 1321 § 2) qui non seulement les mettent en danger, mais blessent leur vocation à la sainteté et discréditent leur témoignage de l'Évangile. Pour être ce qu'elle doit être – sacrement du salut et de l'unité du genre humain – l'Église est sans cesse appelée à se purifier. La révision du Livre VI devrait y contribuer. L'honneur de Dieu se joue en effet dans la crédibilité de l'Église.

²⁶ Quant au délit d'avortement (cf. c. 1397 § 2) force est de constater le réalisme implacable d'un point de vue pastoral : par sa lettre apostolique *Misericordia et misera* du 21 novembre 2016, le pape François a donné à tous les prêtres la faculté de remettre au for interne sacramentel l'excommunication *latae sententiae* pour avortement alors qu'on savait déjà qu'elle pouvait être remise au for interne si le confesseur est évêque (c. 1355 § 1, y compris cardinal) ou Ordinaire (c. 1356 § 1) ou chanoine pénitencier (c. 968 § 1) ou doté de la faculté ad hoc (c. 976), sans oublier tout confesseur s'il est trop dur au pénitent d'être en état de péché (c. 1357).

Bibliographie

Borras A., « *La Constitution apostolique Pascite Gregem Dei et le nouveau Livre VI* », dans H. Queinnec (dir.), « *Mélanges en l'honneur du Père Brancherau* », Éditions Frémur, 2022, 87-105.

Borras A., « Le nouveau droit pénal général (cc. 1311-1363) : *nihil novi sub sole* ? », *Studia Canonica* 56 (2022), 245-277.

Borras A., « Le précepte pénal dans le droit en vigueur », *Folia canonica. Review of eastern and western canon law*, 7 (2004), 209-224.

Christians L.-L., « Crises et mutations du droit de l'Église catholique dans les sociétés européennes sécularisées », *Revue Théologique de Louvain* 43 (2012), 195-224.

de Vogüé A., « L'abbé, vicaire du Christ, chez saint Benoît et chez le Maître », *Collectanea Cisterciensia* 44 (1982), 89-100.

François, Constitution apostolique *Pascite Gregem Dei* (PGD).

François, Lettre apostolique en forme de Motu proprio *Vos estis lux mundi*, du 25 mars 2023.

Gonçalves B., « La survivance du droit pénal pio-bénédictin dans le CIC/1983 », *L'Année canonique* 58 (2017), 161-182.

Hausmann N., « La responsabilité pastorale des évêques et la vie consacrée. Réflexions en vue du Synode de 1994 », *Nouvelle Revue Théologique* 116 (1994), 340-352.

Riondino M., *Giustizia riparativa e mediazione nel diritto penale canonico*, Rome, Lateran University Press, coll. « Corona lateranensis », 2011.

PRONUNCIAMENTOS DO PAPA

Discurso do Papa Francisco a uma delegação de advogados dos países membros do Conselho da Europa (21 de agosto de 2023)¹

Address of His Holiness Pope Francis to a Delegation of Lawyers from Council of Europe Member Countries (21 august 2023)

Papa Francisco

Senhoras, Senhores!

Sinto-me feliz por vos receber, Advogados de diversos países membros do Conselho da Europa. A 11 de junho de 2022, assinastes o *Apelo de Viena*, que convida os Estados-membros do Conselho a comprometerem-se com o Estado de direito e a independência da justiça. Este apelo insere-se no atual contexto europeu, que é difícil sob muitos aspectos devido, entre outras coisas, à guerra insensata na Ucrânia. Agradeço-vos o importante contributo que ofereceis para a promoção da democracia e do respeito pela liberdade e pela dignidade humana. Tempos de crises sociais, económicas, de identidade e de segurança desafiam as democracias ocidentais a reagir eficazmente, mantendo-se fiel aos seus princípios; princípios que devem ser continuamente recuperados e cuja defesa exige uma grande vigilância. O medo de desordens e violências, a perspectiva de perturbações nos equilíbrios estabelecidos, a necessidade de agir eficazmente perante as emergências podem induzir à tentação de abrir exceções, de limitar - pelo menos temporariamente - o Estado de direito na busca de soluções fáceis e imediatas. Por isso, parece-me importante que exijais, numa das vossas proposições, que «o Estado de direito nuncaseja objeto da menor exceção, inclusive em tempos de crise». A razão é que o Estado de direito está ao serviço

¹ *L'Osservatore Romano*, Edição semanal em português, Ano LIV, número 34, quinta-feira 24 de agosto de 2023, p. 5.

da pessoa humana e visa proteger a sua dignidade, o que não admite exceção alguma. Trata-se de um princípio.

No entanto, não são apenas as crises que dão origem a ameaças contra as liberdades e o Estado de direito nas democracias. Com efeito, difunde-se, cada vez mais, uma concepção errônea da natureza humana e da pessoa humana, concepção essa que enfraquece a própria proteção e que, pouco a pouco, abre a porta a graves abusos sob a aparência de bem.

É preciso recordar que o fundamento da dignidade da pessoa humana reside na sua origem transcendente, que proíbe, por conseguinte, qualquer violação da mesma; e essa transcendência exige que, em toda a atividade humana, a pessoa seja colocada no centro e não se encontre à mercê das modas e dos poderes do momento (cf. *Discurso ao Parlamento europeu*, 25 de novembro de 2014). De fato, «uma Europa que já não seja capaz de se abrir à dimensão transcendente da vida é uma Europa que lentamente corre o risco de perder a sua própria alma e também aquele “espírito humanista” que naturalmente ama e defende» (*ibid.*).

O respeito pelos direitos humanos só pode ser garantido e um Estado de direito só pode encontrar solidez à medida que os povos permanecerem fiéis às suas raízes que se alimentam da verdade, que constitui a força vital de qualquer sociedade que aspire a ser verdadeiramente livre, humana e solidária (cf. *Discurso ao Conselho da Europa*, 25 de novembro de 2014). Sem essa busca da verdade sobre o homem, segundo o desígnio de Deus, cada um torna-se a medida de si mesmo e das suas ações. De fato, hoje em dia, existe uma tendência a reivindicar cada vez mais direitos individuais, sem ter em conta que cada ser humano está vinculado a um contexto social no qual os seus direitos e deveres estão ligados aos dos outros e ao bem comum da própria sociedade (cf. *Discurso ao Parlamento europeu*). A incompreensão do conceito de direitos humanos e o seu paradoxal mau uso poderiam remeter os povos para «purismos angélicos, totalitarismos do relativo [...] fundamentalismos anti-históricos, eticismos sem bondade, intelectualismos sem sabedoria» (Exort. ap. *Evangelii gaudium*, 231), onde o Estado de direito já não estaria ao serviço de uma pessoa humana falsificada e manipulada segundo interesses econômicos e ideológicos.

Caros Advogados, apreciei no vosso Apelo, entre os aspectos sobre os quais deveis vigiar na vossa profissão, a chamada de atenção para o princípio fundamental do segredo profissional, cuja violação deplorais nalguns Estados-membros. Compreendo e partilho a vossa preocupação e encorajo-vos na vossa ação. É essencial que os espaços de confidencialidade sejam preservados nas nossas sociedades, onde as pessoas podem exprimir-se e expor os seus fardos. Isso é muito importante. Na Igreja, temos o segredo da Confissão; vós tendes também esse espaço, onde uma pessoa pode dizer a verdade ao seu advogado para que ele a ajude.

Por último, sou sensível ao cuidado que dedicais à casa comum e ao vosso empenho em participar no desenvolvimento de um quadro regulamentar a favor da proteção do meio ambiente. Nunca devemos esquecer que as novas gerações têm o direito de receber de nós um mundo bom e habitável, e que isso nos impõe sérios deveres para com a criação que recebemos das mãos generosas de Deus. Obrigado por essa contribuição. Estou a escrever uma segunda parte da *Laudato si'* para atualizar os problemas de hoje.

Renovo o meu encorajamento para que persevereis no exercício da vossa profissão, orientada para o serviço da verdade e da justiça, necessárias para construir a paz no mundo e a harmonia nas nossas sociedades. Que a Virgem Maria e Santo Ivo vos protejam e preservem. De coração abençoo-vos e peço-vos que rezeis por mim.

Obrigado!

**JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL
DA ROTA ROMANA**

Acta Tribunalium Sanctae Sedis. Romanae Rotae Tribunal

Coram R.P.D. Philippo Heredia Esteban, Ponente¹

**Sentença definitiva por grave defeito de juízo e
por simulação total (7 de novembro de 2023)²**

Tradutor: Leonardo Rosa Ramos³

1. – Facti species. – D.na Delia, catholica, Actrix, casu obviam habuit anno 1990 d.num Raimundum, item catholicum, Conventum, octo annis natu minorem. Vir matrimonium puellae obtulit, sed ipsa magna cum indifferencia respondit. Matrimonium civili ritu celebraverunt partes die 23 iulii 1992.

1. – Facti species. – No ano de 1990, a senhora Délia, católica, Requerente, conheceu por acaso o senhor Raimundo, igualmente católico, Requerido, oito anos mais jovem. O homem pediu a jovem em casamento, que respondeu-lhe com grande indiferença. As partes celebraram o matrimônio civil no dia 23 de julho de 1992. O matrimônio

¹ Mons. Felipe Heredia Esteban foi ordenado presbítero em 21 de junho de 1987 e pertence ao clero da Diocese de Calahorra e La Calzada-Logroño (Espanha). Sempre envolvido no ensino do direito canônico, atuou como juiz do Tribunal da Rota da Nunciatura Apostólica de Madri entre 2007 e 2011. Atualmente, é auditor prelado do Tribunal Apostólico da Rota Romana, nomeado por Bento XVI em 26 de setembro de 2011. É autor de diversas publicações científicas, entre as quais se destacam: *El ministerio parroquial “in solidum” en el derecho particular*, em *Cuadernos Doctorales* 15 (1998), pp. 68-166; *Relevancia procesal del fracaso de las relaciones interpersonales en el matrimonio*, em *Ius Canonicum* 57 (2017), pp. 707-738; *La reintroduzione del dubbio generico nel Tribunale della Rota Romana: aspetti storici e prassi attuale*, em *Ius Ecclesiae* 33 (2021), pp. 37-66.

² A sentença foi gentilmente enviada à Revista Scientia Canonica para publicação pelo Prof. Vincenzo Fasano, diretor desta revista e docente da Faculdade de Direito Canônico da Universidade São Tomás de Aquino in Urbe.

³ Leonardo Rosa Ramos é Doutor em Letras Cristãs e Clássicas, especializado em didática das línguas clássicas, e professor de língua latina junto à Universidade Pontifícia Salesiana, ao Pontifício Ateneu Santo Anselmo e ao Instituto Italiano de Estudos Clássicos, em Roma. Entre 2009 e 2011, integrou a Academia *Vivarium Novum* em Roma. Com a arqueóloga portuguesa Filomena Barata, é coautor de *Glossário de termos latinos para a Arqueologia*, em dois volumes.

Coram Ecclesia matrimonium celebratum est die 21 novembris 1992 in Paroecia Sancto Vincentio dicata, in suburbio sydneyensi v.d. "Ashfield", intra fines Archidioecesis Sydneyensis. Convictus iugalis, nulla prole honestatus, alternis vicibus protracta est et per viginti quinque annos perduravit. Praehabitis enim aliquibus separationibus ad tempus, illa definitiva locum habuit mense iulio 2017, firmata divortio concesso ab auctoritate civili die 22 martii 2019.

na igreja foi celebrado no dia 21 de novembro de 1992, na Paróquia de São Vicente, em Ashfield no subúrbio de Sydney, na Arquidiocese de Sydney. A vida conjugal, que não produziu prole, desenrolou-se entre várias circunstâncias e prolongou-se por vinte e cinco anos. Após sucessivas separações temporárias, a separação definitiva aconteceu em julho de 2017 e foi efetivada mediante divórcio concedido pela autoridade civil aos 22 de março de 2019.

2. – *Ad suae conscientiae consulendum atque suam libertatem in facie Ecclesiae recuperandam, mulier actrix, die 13 aprilis 2021 supplicem libellum porrexit apud Tribunal Interdioecesanum Sydneyense, quo accusavit nullitatem sui matrimonii cum Convento ob defectum discretionis iudicii in Actrice et ob simulationem totalem consensus ex parte viri. Die 13 maii 2021 Tribunal dubium concordavit iuxta formulam «that the Marriage in question null and void on the grounds as expressed thus: 1) Petitioner's grave lack of discretion of judgment; 2) Respondent's total simulation» (Summ., p. 5). Convento absente, instructio causae rite peracta est per iudicalem auditionem Actricis necnon duorum testium a muliere actrice inductorum. Die 8 decembris 2021 Tribunal primae instantiae sententiam negativam ad omnia capita adducta tulit.*

2. – Para o bem de sua consciência e para recuperar a sua liberdade diante da Igreja, a Requerente, aos 13 de abril de 2021, apresentou o libelo ao Tribunal Interdiocesano de Sydney, no qual acusava a nulidade do seu matrimônio com o Requerido por defeito de discrição de juízo na Requerente e por simulação total do consentimento por parte do Requerido. No dia 13 de maio de 2021, o Tribunal concordou o *dubium* sob a fórmula «Se o Matrimônio em questão é nulo e inválido pelos motivos que seguem: 1) por grave defeito de discrição de juízo da Requerente; 2) por grave simulação do consentimento do Requerido» (*Summ.*, p. 5). Ausente o Requerido, procedeu-se à instrução da causa segundo os ritos, mediante oitiva judicial da Requerente e de duas testemunhas por ela apresentadas. Aos 08 de dezembro de 2021, o Tribunal de primeira instância proferiu sentença negativa quanto a todos os *capita* acusados.

Adversus sententiam negativam mulier actrix ad N. A. T. appellationem porrexit. Turno constituto, Patrono ex officio mulieri adsignato, die 4 maii 2022 dubium solvendum statutum est sub formula: An constet de matrimonii nullitate, in casu (Summ., p. 96). Audita denuo muliere, receptis scripturis defensionalibus a Patrono Actricis exhibitis necnon a vinculi Defensore deputato, nunc Nobis respondendum est ad dubium rite concordatum.

A Requerente apelou ao N.A.T. contra a sentença negativa. Constituído o Turno e designado um Advogado *ex officio* para a mulher, aos 04 de maio de 2022, concordou-se o *dubium* a se resolver sob a fórmula: Se consta de nulidade do matrimônio, no caso (*Summ.*, p. 96). Ouvida novamente a mulher e a defesa escrita apresentada pelo advogado da Requerente e pelo Defensor do vínculo designado, cabe-nos agora responder ao *dubium* concordado.

3. – **In iure.** – *De defectu discretionis iudicii.* – *Qui matrimonium cupiunt inire habilitate physica, psychica et iuridica pollere debent, ac ideo, inter alia, sufficienti discretionem iudicii, matrimonio proportionata, et capacitate praestandi quae obiectum contractus matrimonialis constituunt ornati sint oportet. Quoniam consensu matrimoniali seu actu voluntatis personali et irrevocabili contrahentes sese mutuo tradunt et accipiunt ad constituendum matrimonium (can. 1057, § 2), hoc est totius vitae consortium indole sua naturali ad bonum coniugum atque ad prolis generationem et educationem ordinatum (can. 1055, § 1), haec mutua personarum donatio requirit ut ipsi non solum sufficienti rationis usu gaudeant, sed etiam sufficienti iudicii discretionem circa iura et officia matrimonialia essentialia item mutuo tradenda et acceptanda. Haec*

3. – **In iure.** – *Do defeito de discrição de juízo.* – Aqueles que desejam contrair matrimônio devem possuir capacidade física, psíquica e jurídica e, portanto, entre outras coisas, é necessário que sejam dotados de suficiente discrição de juízo, proporcionada ao matrimônio, e de capacidade de prestar aquilo que constitui o objeto do contrato matrimonial. Uma vez que, mediante o consentimento matrimonial, enquanto ato de vontade pessoal e irrevogável, os contraentes se entregam e se recebem mutuamente para constituírem matrimônio (cân. 1057, § 2), isto é, o consórcio de toda a vida ordenado por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à procriação e educação da prole (cân. 1055, § 1), esta mútua doação de pessoas requer que ambos não só gozem do uso da razão mas também de suficiente discrição de juízo acerca dos direitos e deveres matrimoniais essenciais que se devem dar e receber mutuamente. Esta

est enim conditio validitatis ipsius foederis matrimonialis tamquam instituti naturalis in ordine creationis, quod in ordine salutis inter baptizatos a Christo Domino ad dignitatem sacramenti evectum est (can. 1055, § 1).

Incapaces sunt enim matrimonii contrahendi, prout lex ecclesialis edicit, qui laborant gravi defectu discretionis iudicii circa iura et officia coniugalitatis essentialia mutuo tradenda et acceptanda (can. 1095, n. 2). Sufficiens discretio iudicii habetur si contrahentes praeter aptam cognitionem intellectualem obiecti contractus matrimonialis, iura et officia coniugalitatis mature aestimare valeant et, per libertatem internam, capacitate gaudeant sese determinandi in finalem electionem perficiendam.

4. – *Amplissimus et aliquando ambiguus est usus in Tribunalibus inferioribus capitis nullitatis quod sub nomine defectus discretionis iudicii sumitur. Codex Iuris Canonici, de consensu matrimoniali statuit in can. 1905: «Sunt incapaces matrimonii contrahendi: 1) qui sufficienti rationis usu carent; 2) qui laborant gravi defectu discretionis iudicii circa iura et officia matrimonialia essentialia mutuo tradenda et acceptanda; 3) qui ob causas naturae psychicae obligationes matrimonii essentialia assumere non valent». Apte nunc canone*

é, com efeito, a condição de validade do próprio pacto matrimonial como instituído natural na ordem da criação que, na ordem da salvação, entre os batizados, o Cristo Senhor elevou à dignidade de sacramento (cân. 1055, § 1).

São, assim, incapazes de contrair matrimônio, como estabelece a lei da Igreja, os que sofrem de defeito grave de discernimento do juízo acerca dos direitos e deveres matrimoniais essenciais que se devem dar e receber mutuamente (cân. 1095, n. 2). Há suficiente descrição do juízo se os contraentes, além de um adequado conhecimento intelectual do objeto do contrato matrimonial, são capazes de discernir com maturidade os direitos e deveres conjugais e, com liberdade interna, gozam de capacidade de determinar-se no sentido de realizar a escolha final.

4. – É muito ampla e por vezes ambígua a aplicação, nos Tribunais inferiores, do *caput* de nulidade por descrição de juízo. O Código de Direito Cânônico, acerca do consentimento matrimonial, estabelece no cân. 1095: «São incapazes de contrair o Matrimônio: 1º. os que carecem do uso suficiente da razão; 2º. os que sofrem de defeito grave de discernimento do juízo acerca dos direitos e deveres essenciais do Matrimônio, que se devem dar e receber mutuamente; 3º. os que por causas de natureza psíquica não podem assumir as obrigações essenciais do Matrimônio».

1095 triplex distinguitur fons nullitatis reducibilis, at diversimode, defectui consensus matrimonialis. Praeter enim casum carentiae usus rationis «sufficienti», saltem uti recensetur sub can. 1096, haberi poterit defectus «gravis» discretionis iudicii circa iura et officia matrimonialia essentialia mutuo tradenda et acceptanda. Sive prior quam alter casus respicit ipsum subiectum contrahens qui inhabilitatus est relate ad intellectionem et liberam volitionem, tertius casus in canone recensitus attinet potius ad obiectum seu ad capacitatem assumendi tales obligationes. Capacitas adimplendi onera implicat ex parte subiecti ut hic in matrimonio «in facto esse» promptus sit solvere comparti id quod in matrimonio «in fieri» tradendum est.

Nos termos do cân. 1095, distinguem-se, atualmente, de forma apropriada, três fontes de nulidade que podem ser reconduzidas, embora de modo diverso ao defeito do consentimento matrimonial. Além do caso de carência do uso da razão «suficiente», pelo menos como elencado no cân. 1096, pode haver o defeito «grave» de discrição do juízo acerca dos direitos e deveres essenciais do Matrimônio, que se devem dar e receber mutuamente. Seja o primeiro seja o segundo caso, diz respeito ao próprio sujeito contraente que é inábil relativamente ao entendimento e à livre vontade. Já o terceiro caso elencado no cânon refere-se propriamente ao objeto, ou seja, à capacidade de assumir tais obrigações. A capacidade de cumprir os deveres implica da parte do sujeito que este, no matrimônio «in facto esse», esteja pronto a dar ao consorte o que deve ser entregue no matrimônio «in fieri».

5. – Discretio iudicii requirit insimul «cognitionem criticam seu aestimativam circa obiectum consensus necnon libertatem ab intrinseco in eligendo matrimonio; quod utrumque proportionem habeat oportet cum gravissimis iuribus ac officiis matrimonio essentialibus. Quod est: «La formula usata nel canone assume così quasi formalmente un concetto, potremmo dire, matematico in quanto stabilisce il principio di

5. – A discrição do juízo requer ao mesmo tempo «a cognição crítica ou estimativa acerca do objeto do consentimento, como também a liberdade interna na eleição do matrimônio; e é necessário que ambas guardem proporção com os gravíssimos direitos e deveres essenciais do matrimônio, ou seja: «A fórmula utilizada no cânon assume assim quase formalmente um conceito, poderíamos dizer, matemático enquanto estabelece o

proporzionalità fra l'atto psicologico che è il consenso (intelletto – volontà – affettività) e l'oggetto di esso cioè il matrimonio (diritti – doveri essenziali)» (M. F. Pompedda, Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico, in AA. VV., Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico, Padova 1984, p. 49). Quapropter sive gradus maturitatis iudicii sive gradus libertatis internae commensurandi sunt cum gravitate negotii matrimonialis, adeo ut contrahentes capaces contrahendi habeantur» (coram Pompedda, sent. diei 21 novembris 1983, RRDec., vol. LXXV, p. 649, n. 5).

At naufragium matrimonii infausti, monet Sanctus Ioannes Paulus PP. II, «non è mai in sé una prova per dimostrare tale incapacità dei contraenti, i quali possono aver trascurato, o usato male, i mezzi sia naturali che soprannaturali a loro disposizione, oppure non aver accettato i limiti inevitabili ed i pesi della vita coniugale, sia per blocchi di natura inconscia, sia per lievi patologie che non intaccano la sostanziale libertà umana, sia, infine, per deficienze di ordine morale» (Ioannes Paulus II, Allocutio ad Rotam Romanam diei 5 februarii 1987, in Acta Apostolicae Sedis 79 [1987], p. 1457).

princípio de proporcionalidade entre o ato psicológico e o consentimento (intelecto – vontade – afetividade) e o seu objeto, ou seja, o matrimônio (direitos – deveres essenciais)» (M. F. Pompedda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, in AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Padova 1984, p. 49). Portanto, seja o grau de maturidade do juízo, seja o grau de liberdade interna devem ser comensurados com a gravidade do negócio matrimonial, para que os contraentes sejam considerados capazes de contrair. (coram Pompedda, sent. diei 21 novembris 1983, RRDec., vol. LXXV, p. 649, n. 5).

Mas o naufrágio de um matrimônio infeliz, admoesta São João Paulo Papa II, «Nunca é, por si só, uma prova para demonstrar tal incapacidade dos cônjuges, que podem ter negligenciado ou mal utilizado os meios naturais ou sobrenaturais à sua disposição, ou não ter aceitado os limites inevitáveis e os fardos da vida conjugal, seja por bloqueios de natureza inconsciente, seja por leves patologias que não afetam a substancial liberdade humana, ou, por fim, por deficiências de ordem moral». (Ioannes Paulus II, *Allocutio ad Rotam Romanam diei 5 februarii 1987*, in *Acta Apostolicae Sedis* 79 [1987], p. 1457).

6. – *Percontatio peritorum his in casibus necessaria evadit: eorum opus est iudicem edocere de morbi psychici exsistentia, natura, origine, gravitate et emendabilitate, necnon eidem indicare tempus morbi deflagrationis, symptomata et facta quae ad diagnosis dandam et ad determinatas conclusiones impulerunt. Ad rectam, autem, interpretationem memorare oportet ea quae novissima iurisprudencia perficere iubet «Probatio habetur per facta in iudicio certe probata, quae — quatenus opus sit — a peritis iuxta canones eorundem artis inlustrata, demonstrent hominem matrimonium celebrantem, nunc in iudicio litigantem partem, nonnisi interna libertate carentem vel anomala laborantem psyches conditione iudicii discretionem impediendi, consensum efformavisse et emisisse. Utcumque iudicium de adserta matrimonii nullitate, num scilicet sit probata et de illa constet, peritorum in psyches scientiis ambitum prorsus excedit et nonnisi ad Iudicem spectat, cuius est, actis debite pensatis, peritorum opinionibus cum factis comparatis, sententiam proferre definitivam» (coram Jaeger, sent. diei 27 aprilis 2022, n. 7).*

6. – Nesses casos, mostra-se necessária a análise dos peritos: é função deles informar o juiz acerca da existência, da natureza, da origem, da gravidade e reparabilidade do distúrbio psíquico, bem como também indicar o tempo de deflagração do distúrbio, os sintomas e os fatos que levaram a dar o diagnóstico e a chegar a determinadas conclusões. Contudo, para uma correta interpretação, é necessário recordar ao que prevê a recentíssima jurisprudência: «A prova se dá pelos fatos devidamente provados em juízo, os quais — até onde for necessário — demonstrados pelos peritos, segundo os ditames dos mesmos, demonstrem que a pessoa que celebra o matrimônio, agora parte litigante em juízo, formou e emitiu o consentimento carecendo de liberdade interna ou sofrendo de alguma condição psíquica anômala que impeça a discricção do juízo. De todo modo, o juízo acerca da suposta nulidade do matrimônio, se está provada e desta consta, excede propriamente o âmbito dos peritos das ciências psicológicas e pertence exclusivamente ao Juiz, cujo officio é, ponderados devidamente os autos, comparadas as opiniões dos peritos com os fatos, proferir a sentença definitiva» (coram Jaeger, sent. diei 27 aprilis 2022, n. 7).

7. – *De simulatione totali.* – Cum consensus qui facit nuptias sit actus voluntatis (cf. can. 1057), per actum voluntatis nupturiens consensum quidem vitare potest, ab eiusdem obiecto excludens ipsum matrimonium, vel unam ex matrimonii essentialibus proprietatibus aut quoddam matrimonii elementum essenziale (cf. can. 1101, § 2). Ad nullitatem matrimonii probandam sub capite simulationis postulatur actus voluntate positus, et expressio iure adhibita «positivus actus voluntatis» tria dicit, nempe: – fontem proximum huius actus esse voluntatem; – necessarium esse actum, seu determinationem voluntatis ac applicationem eius ad negotium per se ipsum peragendum; – actum vero revera positum requiri, quae positivitas, nostra in materia [...] aliquam quoque firmitatem positionis actus in se continet» (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Neapoli 1973, p. 56).

Actus voluntatis esse potest explicitus vel implicitus, actualis vel virtualis. Actus implicitus voluntatis habetur si voluntas «tamquam obiectum directum et immediatum aliquid habet, in quo exclusio matrimonii vel eius proprietatis essentialis continetur» (Coram Staffa, sent. diei 21 maii 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). Nequaquam actus implicitus voluntatis cum voluntate praesumpta confundi potest, nam in sic dicta praesumptione nullatenus voluntas adest, quia nubens numquam egit ante consensum

7. – Da simulação total. – Uma vez que o consentimento que faz as núpcias é um ato da vontade (cf. cân. 1057), por um ato de vontade, o nubente pode viciar o consentimento, excluindo do objeto deste o próprio matrimônio ou uma das propriedades essenciais do matrimônio ou algum elemento essencial do matrimônio (cf. cân. 1101, § 2). Para se provar a nulidade do matrimônio sob o *caput* de simulação requer-se um ato posto pela vontade, e a expressão empregada pelo direito, qual seja, «ato positivo da vontade», que abrange três elementos a saber: - é a vontade a fonte próxima deste ato; - é necessário que haja um ato, isto é, uma determinação da vontade e sua aplicação ao negócio a ser realizado mediante o próprio ato; - é exigido um ato verdadeiramente positivo, positividade esta que, na nossa matéria [...], contém em si também uma certa firmeza do ato positivo» (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Neapoli 1973, p. 56). O ato de vontade pode ser explícito ou implícito, atual ou virtual. Há ato implícito de vontade se a vontade «tem como objeto direto e imediato algo no qual esteja contida a exclusão do matrimônio ou de sua propriedade essencial» (Coram Staffa, sent. diei 21 maii 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). O ato implícito de vontade não deve ser jamais confundido com a vontade presumida, pois, na dita presunção, de forma alguma existe a vontade, porque o nubente nunca agiu

aut in ipso consensu. Nam positivitati opponitur sic dicta voluntas negativa, vel melius inertia voluntatis, «si scilicet contrahens non sibi prospexit proprietatem illam» (coram Pompedda, sent. diei 22 octobris 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2); agitur enim de quadam inertia, et immo de indifferentia erga matrimonii proprietatem.

antes do consentimento ou no próprio consentimento. Com efeito, à positividade opõe-se a assim chamada vontade negativa, ou melhor, a inércia da vontade, «se naturalmente o contraente não desejou para si aquela propriedade» (coram Pompedda, sent. diei 22 octobris 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2); trata-se, portanto, de uma certa inércia, ou melhor, de uma indiferença em relação à propriedade do matrimônio.

8. – *Quoque sic dicta voluntas habitualis nullatenus consensus obiectum tangit, quia tantummodo uti error de matrimonio in intellectu manet, quin voluntas fiat quoad singulare matrimonium: «patet non sufficere subiectivam suasionem de opportunitate vel congruitate legis divortium decernentis, menti et moribus nostrae aetatis, labe saecularizationis affectae, accommodatae, vel intolerabilem esse absolutam vinculi firmitatem cum ex experientia in vita coniugali adsint circumstantiae quae derogationem legis indissolubilitatis suggerunt quia summis angustiis aliquo modo medendum est. Pariter non sufficit voluntas vel intentio generica indissolubilitati adversa et eo vel minus positivum voluntatis actum et*

8. – Também a chamada vontade habitual de modo algum toca o objeto do consentimento, porque permanece apenas como um erro acerca do matrimônio no intelecto, sem que venha a realizar-se a vontade em relação ao matrimônio específico: «é evidente que não basta a convicção subjetiva acerca da oportunidade ou coerência da lei que decreta o divórcio, acomodada à mentalidade e aos costumes do nosso tempo - afetado pelo mal da secularização - ou, ainda, de que é intolerável a absoluta firmeza do vínculo, uma vez que a experiência mostra que, na vida conjugal, existem circunstâncias que sugerem a derrogação da lei da indissolubilidade, porque há se remediar enormes angústias. Igualmente, não basta a vontade ou a intenção genérica contra a indissolubilidade; e constituem ainda menos um ato positivo de vontade e prova de simulação do

probationem simulati consensus constituunt sermones in favorem divortii iterate prolati inter amicos etiam cum censura in Ecclesiam catholicam, absolutam perpetuitatem vinculi vindicantem et exigentem pro quocumque matrimonio» (coram Funghini, sent. diei 7 iulii 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2).

Certo certius inter exclusionis causas indoles praesumpti simulantis aestimanda est, attamen «si causa est indoles personae iam haec non plano sermone loqui potest, sed contorto; aut ad circumstantiam determinatam matrimonii potissimum alludens; aut ad immoderatam erga alteram partem adversationem contentionemque circa motiva seiunctionis; aut alia id genus» (coram Serrano Ruiz, sent. diei 15 ianuarii 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5).

consentimento as opiniões a favor do divórcio, que circulam reiteradamente entre amigos, eivadas de censura contra a Igreja Católica, que reivindica e exige a absoluta perpetuidade do vínculo em qualquer matrimônio» (*coram* Funghini, sent. diei 7 iulii 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2).

Certamente entre as causas de exclusão, deve ser considerada a índole do suposto simulante, contudo «se a causa é a índole da pessoa, esta já não é capaz de falar de maneira clara, mas confusa; ou alude de forma especial a uma determinada circunstância do matrimônio; ou a uma imoderada aversão à outra parte e a uma contenda acerca dos motivos da separação; ou outras coisas do gênero» (*coram* Serrano Ruiz, sent. diei 15 ianuarii 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5).

9. – **In facto.** – *Ex attento actorum studio, evincitur completa absentia motivationis quae petitionem Actricis satisfacere permittat. Infrascripti Patres sufficiens fundamentum iuridicum haud inveniunt ad declarandum matrimonium in casu haud fuisse valide contractum ob defectum discretionis iudicii ex parte mulieris actricis vel ob simulationem consensus ex parte viri conventi. In prima instantia, causa absente Convento, declarationem reddiderunt Actrix duoque testes adducti. In secunda instantia, ante definitivam causae decisionem, suppletiva instructio facta est*

9. – **In facto.** – Do atento estudo dos autos, emerge a completa ausência de motivação que permita anuir ao postulado da Requerente. Os Padres subscritos não encontram suficiente fundamento jurídico para declarar que o matrimônio no caso não foi contraído validamente por defeito de discrição do juízo por parte da Requerente ou por simulação do consentimento por parte do Requerido. Na primeira instância, ausente o Requerido, depuseram a Requerida e duas testemunhas indicadas. Na segunda instância, antes da decisão definitiva da causa, foi realizada a instrução

tantum per Actricis vadimonium. Oportet dicere a limine quod tum praesentatio tum argumentatio huius causae modo valde confuso factae sunt. Actis rimatis et perpensis nullum elementum apparet ex quo deduci possit defectum discretionis iudicii in muliere quae pondus familiae assumpsit et omnia a vita matrimoniali requisita bene perfecit vel simulationem totalem consensus ex parte viri conventi.

supletiva somente com o depoimento da Requerente. Diga-se de antemão que seja a representação, seja a argumentação desta causa, tudo foi feito de modo assaz confuso. Examinados e ponderados os autos, nenhum elemento emerge a partir do qual seja possível depreender o defeito de descrição do juízo na mulher, a qual assumiu o compromisso familiar e levou a termo de forma satisfatória todas as exigências da vida matrimonial, ou a simulação total do consentimento por parte do Requerido.

10. – *Ad meritum deveniendo ex attenta actorum ponderatione, haud inveniuntur signa deordinationis personalitatis in muliere tam in infantia quam in adulescentia perdurantibus vel etiam tempore nuptiarum. In appellata sententia primi gradus diei 8 decembris 2021 recte legimus: «Much of the Petitioner's testimony is given in hindsight where she is looking back on the negative aspects of the marriage. She had much experience of life prior to this marriage and made decisions at every stage for the purpose of improving her life and later that of her son. She did not rush into the marriage. She knew the Respondent well and there was an attraction. Although the marriage, like so many, was not ideal, she remained committed to it until the end. She worked through the challenges in her life before and during the marriage, which is indicative of a capacity to evaluate*

10. – No mérito, a partir da atenta ponderação dos autos, não se observam na mulher sinais de distúrbios de personalidade seja durante a infância, seja na adolescência, seja no tempo das núpcias. Na sentença de primeiro grau, de que se recorre, do dia 08 de dezembro de 2021, lê-se: «Muito do testemunho da Requerente é retrospectivo, onde ela busca reavaliar os aspectos negativos do casamento. Ela teve muita experiência de vida antes deste casamento e tomou decisões em cada etapa com o objetivo de melhorar a sua própria vida e, mais tarde, a de seu filho. Ela não apressou-se em casar. Conhecia bem o Requerido e havia uma atração. Embora o casamento, como tantos outros, não tenha sido ideal, ela manteve-se comprometida até o fim. Ela enfrentou os desafios em sua vida antes e durante o casamento, o que indica uma capacidade de avaliar suas

her choices, including her decision to marry. As well, there is no evidence that she was under pressure from external forces which restricted her internal freedom to give consent at the time of the church ceremony» (Summ., p. 87). Iudices sententiae negativae probaverunt vitam coniugalem bene processisse, nullum apparet trauma, quod mulier passa est. Illa nunquam examinibus psychologicis et psychiatricis subiecta est. Uxor obligationes matrimonii essentielles sibi assumpsit. Ea saltem quoad substantiam officia erga maritum et prolem adimplevit. Sub aspectu probatorio iidem Iudices in lucem protulerunt inexistentialitatem gravis defectus in Actrice, quae veram incapacitatem inducere valuisse, et non solum meram difficultatem, ferendi nempe vitae coniugalis essentialia onera.

escolhas, incluindo sua decisão de se casar. Além disso, não há evidências de que ela estava sob pressão de forças externas que restringissem sua liberdade interna de prestar o consentimento no momento da cerimônia na igreja» (Summ., p. 87). Os juízes da sentença negativa provaram que a vida conjugal procedeu bem, não aparece nenhum trauma sofrido pela mulher, a qual nunca submeteu-se a exames psicológicos e psiquiátricos. A esposa assumiu todas as obrigações essenciais do matrimônio, cumprindo substancialmente os deveres em relação ao marido e à prole. Sob o aspecto probatório, os mesmos juízes trouxeram à luz a inexistência de grave defeito na Requerente que pudesse induzir uma verdadeira incapacidade, e não somente uma mera dificuldade de suportar as obrigações essenciais da vida conjugal.

11. – Instructio causae, prout exstat, difficultates non solvit quia manca est. Conventus in iudicio non comparuit et absens declaratus est decreto diei 29 aprilis 2021. Tantum testes ab Actrice inducti auditi sunt ita ut instructio unilateralis dicenda sit. Neque, ad veritatem eruendam, Iudices primi gradus censuerunt aliquot testes ex officio vocare atque nullum medicale documentum ad comprobendam psychicam mulieris perturbationem exhibitum est.

11. – A instrução da causa, como consta, não resolveu as dificuldades porque restou insuficiente. O Requerido não compareceu em juízo e foi declarado ausente com decreto do dia 29 de abril de 2021. Foram ouvidas somente as testemunhas apresentadas pela Requerente, de modo que a instrução pode-se dizer unilateral. Ademais, para esclarecer a verdade, os juízes de primeiro grau não consideraram convocar algumas testemunhas *ex officio*, além de não ter sido apresentado algum laudo médico que comprovasse o distúrbio psíquico da mulher.

Actrix minime loquitur de eius difficultatibus relationis cum Convento ante nuptias. Illa vero narrat sua in prima depositione quoad «Nothing unusual happened in the days before or on the wedding day. I was happy. I think Ramon was happy. He looked happy. Nothing pointed to future trouble. The next day was my birthday» (Summ., p. 37/11). Quod factum ex parte conventi est omnino singulare et ponendum in contextu serenitatis inter partes. Actrix disserit etiam in depositionibus de problematibus Conventi ante nuptias: «I was not under any pressure to marry Ramon and I don't think Ramon was under any pressure, he was happy to marry me because I was helping his situation» (Summ., p. 37/10). Idem Actrix asserit in interrogatorio quod: «I think Ramon intended to put his whole heart into the marriage. I think he intended a lifelong partnership with me. I think he intended to be faithful too, yes. I don't know but I think he intended to have a family and that he wanted children, we did not talk about children during the courtship. After the marriage I had to put my whole heart into it, but at the time I was just thinking about myself» (Summ., p. 36/9).

A Requerente fala sobretudo de suas dificuldades relacionais com o Requerido antes das núpcias. Ela diz, em seu primeiro depoimento, que «Nada de incomum aconteceu nos dias antes ou no dia do casamento. Eu estava feliz. Acho que o Ramon também estava feliz. Ele parecia feliz. Nada indicava problemas futuros. No dia seguinte era meu aniversário» (Summ., p. 37/11). Fato que, da parte do Requerido, é completamente singular e deve ser colocado num contexto de serenidade entre as partes. A Requerente afirmou, ainda, nos depoimentos sobre os problemas com o Requerido antes das núpcias: «Eu não estava sob qualquer pressão para casar-me com Ramon e eu não creio que Ramon estivesse sob qualquer pressão, ele estava feliz por casar comigo porque eu estava ajudando a sua situação» (Summ., p. 37/10). O mesmo afirmou a Requerente no interrogatório: «Eu acho que Ramon pretendia colocar todo o seu coração neste casamento. Acho que ele queria uma relação para toda a vida comigo. Acho que ele pretendia ser fiel também, sim. Eu não sei, mas eu acho que ele pretendia formar uma família e ter filhos, nós não conversamos sobre isso durante o namoro. Depois do casamento, eu tive de colocar todo o meu coração nisto, mas naquele momento eu só estava pensando em mim mesma» (Summ., p. 36/9). A Requerente vê-se obrigada

Actrix confugere cogitur in meram suspicionem et affirmare dumtaxat hypotheticam vel possibilem perturbatam condicionem animi partium.

12. – *Proinde denuo animadvertunt infrascripti Patres accusatoriam thesim de defectu discretionis iudicii apud mulierem actricem nullo gaudere iuridico fundamento. Non inveniuntur in actis desertiones obligationum essentialium coniugalium ex partibus sive quoad elementa essentialia sive quoad proprietates matrimonii. Attente ergo Actricis depositionem cribrare debemus et invenimus quod gravia in matrimonio sero evenerunt, idest volvente anno 2009 vel 2010, quando «Ramon came home late and I threw all his belongings outside. I threw his things outside because he had become more obsessed with horses and studying the news-paper racing and did not have time for us any more. He was probably gambling more but I don't know how much he was spending [...]. There was also the incident where every time my daughter-in-law would have a shower I noticed Ramon would always want to take a shower [...]. Ramon would watch when my daughter-in-law would come out of the bathroom and then he would go inside. My daughter-in-law noticed that the underwear she hung in the bathroom would be hanging a different way when Ramon came out and*

a refugiar-se numa mera suspeita e a afirmar uma hipotética ou perturbada condição de ânimo das partes.

12. – Tal posto, novamente os Padres subscritos consideraram que a tese acusatória de defeito de descrição de juízo na Requerente carece de qualquer fundamento jurídico. Não se encontram, nos autos, negligências das obrigações conjugais essenciais pelas partes, seja quanto aos elementos essenciais seja quanto às propriedades do matrimônio. Devemos pois analisar atentamente o depoimento da Requerente: constatamos que os fatos graves só se manifestaram no matrimônio ulteriormente, entre os anos 2009 e 2010, quando «Ramon chegou em casa tarde e eu joguei todas as coisas dele para fora. Joguei os pertences dele fora porque ele tinha se tornado mais obcecado por cavalos e por estudar o jornal de corridas, e já não tinha mais tempo para nós. Provavelmente ele estava apostando mais, mas eu não sei quanto ele estava gastando [...] Ademais houve um incidente em que, toda vez que minha nora tomava banho, eu percebia que o Ramon sempre queria tomar banho logo em seguida [...]. Ramon ficava observando quando minha nora saía do banheiro e então ele entrava. Minha nora percebeu que a roupa íntima que ela deixava pendurada no banheiro ficava pendurada de forma diferente depois que

there would be pubic hair in her underwear. She told my son who put a small camera in the bathroom that you could monitor from outside. I saw Ramon putting on my daughter-in-law's underwear because my son showed it to me. I could not believe why Ramon would put on her underwear [...]. This had a lot of impact on our marriage. I could not believe Ramon was doing this and my feelings for him just waned» (Summ. p. 34, 8). At non videtur sustineri posse mulierem, ob gravem defectum discretionis iudicii, ineptam fuisse ad intelligendas obligationes coniugii; ex actis, enim, res minime comprobatur.

o Ramon saía, e havia pelos pubianos na roupa íntima dela. Ela contou para o meu filho, que instalou uma câmera pequena no banheiro, que podia ser monitorada do lado de fora. Eu vi o Ramon vestindo a roupa íntima da minha nora porque meu filho me mostrou. Eu não conseguia acreditar que o Ramon fazia isso [...]. Isso teve um grande impacto no nosso casamento. Eu não conseguia acreditar que o Ramon estava fazendo isso, e meus sentimentos por ele simplesmente desapareceram» (Summ. p. 34, 8). Porém, não parece que se possa sustentar que a mulher, por grave defeito de discrição de juízo, fosse inepta a compreender as obrigações do matrimônio; a partir dos autos, com efeito, isto não fica comprovado.

13. – Ex testium depositionibus nihil erui potest ad comprobandam incapacitatem mulieris ob gravem defectum discretionis iudicii. Nemo ex testibus bene novit partes ante nuptias. Primus testis, d.na Wenwswenda, Actricis amica, nihil proinde de sponsalicio tempore referre valet, et respondet de circumstantiis tempore matrimonii et de problematibus partium in sua conviventia matrimoniali: «I don't know» (Summ., pp. 50-51). D.nus Romeo, Actricis frater, explanat: «We have a 10-year gap in terms of our age. I was still

13. – A partir dos depoimentos das testemunhas, nada se pode colher para comprovar a incapacidade da mulher por grave defeito de discrição de juízo. Nenhuma das testemunhas conhecia bem as partes antes das núpcias. A primeira testemunha, senhora Wenswenda, amiga da Requerente, nada consegue declarar sobre o tempo de noivado, e responde a respeito das circunstâncias ao tempo do matrimônio e dos problemas de convivência matrimonial das partes: «Eu não sei» (Summ., pp. 50-51). O senhor Romeo, irmão da Requerente, explica: «Nós temos 10 anos de diferença,

small when she went to study away from us because our father sent her to study in Cebu» (Summ., p. 54/1), et nihil novi addit, nisi opiniones.

quanto à nossa idade. Eu ainda era muito pequeno quando ela foi estudar longe de nós porque nosso pai enviou-a para estudar em Cebu» (Summ., p. 54/1), e nada acrescentou de novo, a não ser opiniões.

14. – *Perpensis hucusque allatis partitis actricis ac testium declarationibus, nemo est qui non videat inutilitatem audiendi hac in re opinionem peritalem. Ex attenta lectione actorum clare patet quod desunt elementa probatoria in tabulis processualibus, utilia pro aestimatione peritali. Omnes enim peritiae confectae sunt super actis causae. Non solum desunt certificationes medicales cuiusvis generis, sed omnino excludendum est Actricem se ulli curationi psychologicae vel psychiatricae subiecisse. Tali in casu, vero, opus periti non est omnino impossibile, sed peritus praesertim hoc in casu explicare tenetur qua ratione efformare sibi potuit suum iudicium professionale.*

14. – Ponderadas as declarações aqui trazidas pela Requerente e pelas testemunhas, não há quem não veja a inutilidade de ouvir neste caso a opinião do perito. Da atenta leitura dos autos, aparece claramente a falta de elementos probatórios, nas fases processuais, úteis à análise pericial. De fato, foram feitas todas as perícias sobre os autos da causa. Não somente faltam atestados médicos de qualquer gênero, mas deve-se excluir totalmente que a Requerente se tenha submetido a qualquer tratamento psicológico ou psiquiátrico. Em tal caso, no entanto, o trabalho do perito não é completamente impossível, mas o perito, especialmente neste caso, é obrigado a explicar como pode elaborar o seu juízo profissional.

15. – *Circumstantiae postnuptiales contradicunt thesi Actricis ac probant mulieris capacitatem fuisse assumendi onera coniugalia. Revera, longum spatium vitae coniugalis, scilicet, per viginti quinque annos, valet probare vitam coniugalem possibilem fuisse atque, ideo, excludere veram incapacitatem de qua in can. 1095, n. 2. Problemata gravia tantummodo ultimis annis orta sunt. Naufragium coniugii,*

15. – As circunstâncias pós-nupciais contradizem a tese da Requerente e provam que a mulher era capaz de assumir as obrigações conjugais. Efetivamente, o longo tempo de vida conjugal, isto é, de vinte e cinco anos, prova que a vida conjugal foi possível e, portanto, exclui a verdadeira incapacidade de que trata o cânon 1093, n. 2. Os graves problemas surgiram apenas nos últimos anos. Há de se atribuir

in casu, tribuendum est defectui bonae voluntatis et constantis perseverantiae coniugum, qui aequo ac sereno animo difficultates conviventiae solvere omiserunt. Certo adfuerunt inter coniuges difficultates relationis interpersonalis; at angustiae hae intra limites normalitatis sunt. Facta clamant defuisse veram impossibilitatem vel incapacitatem in longo convictu coniugali, qui fere per viginti quinque annos perduravit. Non denegamus, attenta praesertim complexa personalitate Conventi et diversa partium indole, vitam communem molestam fuisse, sed agi videtur de angustis post nuptias exortis, quae cum adaequata diligentia ac constantia probe solvi potuissent. Quibus omnibus attentis, censent Patres caput incapacitatis mulieris negative esse dimittendum, utpote solido fundamento ac valida probatione in actis prorsus destitutum.

o naufrágio do casamento, no caso, à falta de boa vontade e da constante perseverança dos cônjuges, que se omitiram em resolver com serenidade e calma as dificuldades de convivência. Certamente houve entre os cônjuges dificuldades de relação interpessoal; mas tais dificuldades estão dentro dos limites da normalidade. Os fatos demonstram que faltou a verdadeira impossibilidade ou incapacidade na longa convivência conjugal, que durou por quase vinte e cinco anos.

Não negamos, analisando sobretudo a complexa personalidade do Requerido e as diferenças de índole das partes, que a vida comum foi molesta, mas parece tratar-se de dificuldades surgidas depois das núpcias, que poderiam ter sido felizmente superadas com a justa diligência e constância. Ponderados todos os elementos, o parecer dos Padres é no sentido de considerar improcedente o *caput* de incapacidade da mulher, porque destituído de sólido fundamento e de prova válida nos autos.

16. – Actis perspectis atque accurate perpendis, penitus desunt elementa quae intentionem contra matrimonii substantiam ante nuptias a viro formatam certe demonstrare possint: quaestio enim orta est ex sententia a muliere actrice formata de viri motivis in contrahendo propriae utilitatis. Verumtamen, confessio extrajudicialis adserti simulatoris a nemine in iudicium refertur

16. – Vistos e acuradamente analisados os autos, faltam, de todo, elementos que possam demonstrar a intenção contra a substância do matrimônio manifestada pela Requerente antes das núpcias: a questão, de fato, surgiu da opinião formada pela Requerente acerca dos motivos do Requerido ao contrair matrimônio para a sua própria utilidade. Porém, a confissão extrajudicial do suposto simulador não é

neque ullo modo demonstratum est viri animum alienum fuisse a nuptiis celebrandis vel ab ipsa persona Actricis. Ceterum, probationes etiam indirectae simulationis quas admittit ius nostrum in actis non inveniuntur: ad rem enim sufficere non valet quaedam hypothesis ab Actrice proposita — at a nemine in iudicio corroborata — circa motiva viri in contrahendo.

relatada por ninguém em juízo, nem fica demonstrado de modo algum que o ânimo do Requerido tenha sido avesso à celebração das núpcias ou à própria pessoa da Requerente. Ademais, as provas também indiretas da simulação, que são admitidas pelo nosso direito, não se encontram nos autos: e para a comprovação da questão não é suficiente uma hipótese proposta pela Requerente – mas não corroborada por ninguém em juízo – acerca dos motivos do Requerido em contrair matrimônio.

17. – Quibus omnibus sive in iure sive in facto mature perpensis, Nos infrascripti Patres de Turno, pro Tribunali sedentes et solum Deum prae oculis habentes, Christi nomine invocato, decernimus, declaramus ac definitive sententiamus ad dubium propositum respondentes: Negative, seu non constare de nullitate matrimonii, in casu.

17. – Tendo ponderado profundamente todos estes elementos, seja *in iure*, seja *in facto*, Nós os Padres subscritos, reunidos no Tribunal e tendo somente Deus diante dos nossos olhos, invocado o nome de Cristo, decidimos, declaramos e definitivamente sentenciamos, respondendo ao *dubium* proposto: *Negativamente, ou seja, não consta a nulidade do matrimônio, no caso.*

Ita pronuntiamus atque committimus locorum Ordinariis et Tribunalium Administris, ad quos spectat, ut hanc Nostram definitivam sententiam notificent omnibus quorum intersit ad omnes iuris effectus.

Assim pronunciamos e encarregamos os Ordinários e funcionários dos Tribunais competentes de notificar os interessados a respeito desta Nossa sentença definitiva para todos os efeitos do direito.

Romae, in sede Rotae Romanae Tribunalis, die 7 novembris 2023.

Dado em Roma, na sede do Tribunal da Rota Romana, aos 7 de novembro de 2023.

*Gregorius Erlebach
Jair Ferreira Pena
Philippus Heredia Esteban, Ponens*

Gregorius Erlebach
Jair Ferreira Pena
Philippus Heredia Esteban, *Ponente*

Comentário à sentença de Mons. Felipe Heredia Esteban de 7 de novembro de 2023

Commentary on the sentence of Mons. Felipe Heredia Esteban, November 7, 2023

Vincenzo Fasano¹

Português

Sobre o grave defeito de discricção de juízo (cân. 1095, n. 2 CIC).
A validade do matrimônio requer que os nubentes estejam dotados de suficiente maturidade física, psíquica e jurídica. É necessário, em particular, que possuam uma adequada discricção de juízo, proporcional à gravidade do compromisso matrimonial, bem como capacidade de assumir os direitos e deveres essenciais inerentes ao vínculo conjugal. Tal exigência expressa a doação recíproca e pessoal que está na origem do matrimônio-sacramento (cf. cân. 1055 §1 e 1057 §2). A falta dessa discricção de juízo, conforme previsto no cân. 1095, n. 2, constitui uma verdadeira incapacidade jurídica para contrair validamente o matrimônio. Esta incapacidade verifica-se quando o sujeito não é capaz de avaliar, com maturidade suficiente e genuína liberdade interior, o sentido das obrigações conjugais nem de orientar eficazmente a própria vontade para uma escolha definitiva [Sentença, § 3].

A jurisprudência observa que este fundamento de nulidade é amplamente invocado - e por vezes com imprecisão - nos tribunais inferiores. O cânon 1095 distingue com clareza três formas de incapacidade consensual: (1) ausência suficiente do uso da razão; (2) grave defeito de discricção de

¹ Professor da Faculdade de Direito Canônico da Universidade São Tomás de Aquino in Urbe, Advogado do Tribunal Apostólico da Rota Romana, Postulador para as Causas dos Santos e Advogado nos Tribunais do Estado da Cidade do Vaticano (Tribunal, Corte de Apelo e Cassação).

juízo; (3) incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimônio por motivos de natureza psíquica. Os dois primeiros casos dizem respeito à esfera subjetiva (intelecto e vontade). O terceiro refere-se à capacidade objetiva de assumir e cumprir tais obrigações de modo efetivo. Neste último caso, trata-se de avaliar se o sujeito está realmente preparado para assumir de maneira estável esses compromissos, conferindo existência concreta à realidade do matrimônio enquanto estado de vida [Sentença, § 4].

A descrição de juízo exige, simultaneamente, uma compreensão crítica do objeto do consentimento e uma liberdade interior autêntica no ato de escolher o matrimônio. Como afirmou o Cardeal Mario Francesco Pompedda, «a fórmula utilizada pelo cânone assume quase formalmente um conceito, poderíamos dizer matemático, ao estabelecer o princípio de proporcionalidade entre o ato psicológico que constitui o consentimento (intelecto, vontade, afetividade) e o seu objeto, ou seja, o matrimônio (direitos e deveres essenciais)» (M. F. Pompedda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, in AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Pádua, Cedam, 1984, p. 49). São João Paulo II, na Alocução à Rota Romana de 5 de fevereiro de 1987, advertiu que o fracasso da vida matrimonial não constitui, por si só, uma prova de incapacidade originária. As causas do colapso conjugal podem derivar da negligência no uso dos meios naturais ou sobrenaturais à disposição dos cônjuges, da não aceitação dos limites e exigências inevitáveis da vida conjugal, de bloqueios inconscientes, de patologias leves que não comprometem substancialmente a liberdade humana, ou ainda de deficiências de ordem moral - sem que isso implique automaticamente a invalidade do consentimento [Sentença, § 5].

A intervenção do perito é indispensável nos casos duvidosos. Compete a ele esclarecer a existência de eventuais distúrbios psíquicos, sua natureza, origem, gravidade, possibilidade de tratamento, o momento da manifestação da patologia e os elementos clínicos determinantes para a formulação de um diagnóstico e conclusões. Contudo, a decisão sobre a validade ou nulidade do matrimônio não compete ao perito, mas exclusivamente ao juiz, a quem cabe ponderar devidamente os autos, confrontar as opiniões técnicas com os fatos em causa e emitir a sentença definitiva [Sentença, § 6]

Sobre a simulação total do consentimento (cân. 1101 § 2 CIC). O consentimento matrimonial é um ato da vontade (cân. 1057) e, como tal, pode ser viciado pela própria vontade do contraente, quando este exclui o objeto do consentimento - ou seja, o próprio matrimônio, uma de suas propriedades essenciais (unidade, indissolubilidade, abertura à prole) ou algum elemento constitutivo do pacto conjugal (cf. cân. 1101 § 2). Para que se configure a nulidade com base na simulação, é necessário comprovar a existência de um *actus positivus voluntatis*, isto é, um ato real, voluntário e deliberado de exclusão do consentimento. Essa positividade pressupõe três elementos: que a origem do ato seja a vontade; que haja uma determinação concreta da vontade aplicada ao ato jurídico em questão; e que o ato tenha sido efetivamente realizado (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Nápoles, 1973, p. 56). Esse ato de exclusão pode ser expresso ou implícito, atual ou virtual. Considera-se ato implícito aquele em que a vontade do contraente, de forma direta e imediata, exclui o matrimônio em si ou alguma de suas propriedades essenciais (Coram Staffa, sentença de 21 de maio de 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). No entanto, não se deve confundir esse ato com a chamada vontade presumida: nesta, a intenção de excluir simplesmente não existe - nem antes, nem durante o consentimento - e, portanto, não há simulação. Em contraposição, fala-se em «vontade negativa» ou, mais precisamente, em «inerência da vontade», quando o sujeito não refletiu minimamente sobre aquilo que estava assumindo (Coram Pompedda, sentença de 22 de outubro de 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2) [Sentença, § 7].

Do mesmo modo, a chamada «vontade habitual» - isto é, um erro intelectual que não se traduz em um ato volitivo concreto - não tem relevância para a validade do consentimento. A simples adesão interior a uma ideologia favorável ao divórcio, ou a crítica pessoal às exigências da indissolubilidade do vínculo conjugal, não constituem simulação relevante do ponto de vista jurídico. Tampouco declarações ou opiniões manifestadas em ambiente informal, mesmo que repetidamente, podem ser consideradas prova suficiente de simulação se não forem acompanhadas de elementos objetivos, sérios e consistentes (Coram Funghini, sentença de 7 de julho de 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2). É certo, contudo,

que entre as possíveis causas de exclusão do consentimento deve-se levar cuidadosamente em consideração a personalidade do simulante. Esta pode manifestar-se de maneira indireta, por meio de linguagem ambígua, alusões a situações específicas ligadas ao matrimônio, hostilidade acentuada em relação ao cônjuge ou a conflitos explícitos relacionados aos motivos da separação (Coram Serrano Ruiz, sentença de 15 de janeiro de 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5) [Sentença, § 8].

Italiano

Sul grave difetto di discrezione di giudizio (can. 1095, n. 2 CIC). La validità del matrimonio richiede che i contraenti siano dotati di sufficiente maturità fisica, psichica e giuridica. In particolare, è necessario che dispongano di un'adeguata discrezione di giudizio, proporzionata all'impegno matrimoniale, e della capacità di assumere i diritti e doveri essenziali propri del vincolo coniugale. Tale requisito è espressione della donazione reciproca e personale che dà origine al matrimonio-sacramento (cf. can. 1055 §1 e 1057 §2). L'assenza di una sufficiente discrezione di giudizio, come previsto dal can. 1095, n. 2, comporta l'incapacità giuridica a contrarre validamente matrimonio. Essa sussiste quando il soggetto non è in grado di valutare, con adeguata maturità e libertà interiore, il significato degli impegni coniugali e di orientare efficacemente la propria volontà verso una scelta definitiva [Sentenza, § 3].

La giurisprudenza segnala un uso ampio, e talora impreciso, di questo capo di nullità nei tribunali inferiori. Il canone 1095 distingue chiaramente tre forme d'incapacità consensuale: (1) insufficiente uso di ragione; (2) grave difetto di discrezione di giudizio; (3) incapacità di assumere gli obblighi matrimoniali per cause psichiche. I primi due casi riguardano la sfera soggettiva (intelletto e volontà), mentre il terzo riguarda l'oggetto dell'assunzione e la capacità concreta di vivere gli obblighi coniugali. In quest'ultimo caso si tratta di verificare la prontezza del soggetto ad assumere in modo stabile tali obblighi, rendendo effettiva la dimensione "in facto esse" del matrimonio [Sentenza, § 4].

La discrezione di giudizio richiede una conoscenza critica dell'oggetto del consenso e una libertà interiore autentica nella scelta

matrimoniale. Come osservò il card. Mario Francesco Pompedda, «la formula usata nel canone assume così quasi formalmente un concetto, potremmo dire, matematico in quanto stabilisce il principio di proporzionalità fra l'atto psicologico che è il consenso (intelletto - volontà - affettività) e l'oggetto di esso cioè il matrimonio (diritti - doveri essenziali)» (M. F. Pompedda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, in AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Padova, Cedam, 1984, p. 49). San Giovanni Paolo II, nell'Allocuzione alla Rota Romana del 5 febbraio 1987, ammonì che il fallimento del matrimonio non costituisce, di per sé, prova di incapacità originaria. Le cause del naufragio coniugale possono essere imputabili a una scarsa accettazione dei limiti, a ostacoli di ordine inconscio, a lievi patologie non invalidanti o a insufficienze morali, senza che ciò implichi automaticamente invalidità del consenso [Sentenza, § 5].

L'intervento peritale risulta essenziale nei casi dubbi. I periti devono chiarire la presenza di disturbi psichici, la loro natura, origine, gravità, curabilità, il momento della loro insorgenza e gli elementi clinici rilevanti. La decisione circa la validità o nullità del matrimonio però non appartiene al perito, ma esclusivamente al giudice, che deve integrare l'apporto scientifico con l'analisi giuridica ed il confronto critico con gli atti del processo [Sentenza, § 6].

Sulla simulazione totale del consenso (can. 1101 § 2 CIC). Il consenso matrimoniale è un atto della volontà (cf. can. 1057) e, in quanto tale, può essere viziato proprio dalla volontà stessa del contraente, quando questi esclude l'oggetto del consenso, cioè l'intero matrimonio, una delle sue proprietà essenziali (unità, indissolubilità, apertura alla prole) o un elemento costitutivo del patto coniugale (cf. can. 1101 § 2). Affinché vi sia nullità sotto il capo della simulazione, è necessaria la prova di un «actus positivus voluntatis», ovvero un atto reale, volontario e deliberato che escluda il consenso. Tale positività implica tre condizioni: che la fonte dell'atto sia la volontà; che vi sia una determinazione e applicazione concreta della volontà al negozio da compiere; e che l'atto stesso sia stato realmente posto in essere (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Neapoli 1973, p. 56). L'atto simulativo può essere esplicito o implicito, attuale o virtuale.

Un atto implicito di esclusione si ha quando la volontà del contraente, in modo diretto e immediato, esclude il matrimonio stesso o una sua proprietà essenziale (Coram Staffa, sent. diei 21 maii 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). Esso non va però confuso con la volontà presunta: in quest'ultima, la volontà di escludere non è presente né prima né durante il consenso, rendendo la simulazione inesistente. Ad essa si contrappone la cosiddetta “volontà negativa” o meglio “inerzia della volontà”, che si ha quando il soggetto non ha minimamente riflettuto su quanto stava assumendo (coram Pompedda, sent. diei 22 octobris 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2) [Sentenza, § 7].

Parimenti, anche la “volontà abituale”, ossia un errore mentale non tradotto in atto volitivo concreto, non ha rilevanza ai fini della validità del consenso. La semplice adesione interiore a un'ideologia favorevole al divorzio, oppure la critica alle esigenze dell'indissolubilità coniugale, non costituiscono una simulazione giuridicamente rilevante. Neppure le opinioni personali espresse in ambito informale, anche reiteratamente, possono ritenersi prove sufficienti di un atto simulativo, se non accompagnate da elementi oggettivi e gravi (coram Funghini, sent. diei 7 iulii 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2). È certo, tuttavia, che tra le cause di esclusione del consenso si deve attentamente considerare la personalità del simulante. Essa può manifestarsi in modo indiretto, attraverso linguaggio ambiguo, allusioni a contesti matrimoniali specifici, ostilità marcata verso il coniuge o conflittualità legate alle ragioni della separazione (coram Serrano Ruiz, sent. diei 15 ianuarii 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5) [Sentenza, § 8].

Français

Sur le grave défaut de discrétion de jugement (can. 1095, n. 2 CIC).
La validité du mariage exige que les époux soient dotés d'une maturité physique, psychique et juridique suffisante. Plus précisément, ils doivent posséder une discrétion de jugement adéquate, proportionnée à l'engagement conjugal, ainsi que la capacité d'assumer les droits et devoirs essentiels découlant du lien matrimonial. Cette exigence constitue l'expression du don réciproque et personnel à l'origine du mariage-sacrement (cf. can.

1055 §1 et 1057 §2). L'absence d'une discrétion de jugement suffisante, telle que prévue au canon 1095, n. 2, entraîne l'incapacité juridique de contracter valablement mariage. Cette incapacité est caractérisée lorsque la personne, faute de maturité suffisante et de liberté intérieure authentique, n'est pas en mesure d'évaluer la portée des engagements conjugaux ni de diriger efficacement sa volonté vers un choix définitif [Sentence, § 3].

La jurisprudence relève un usage étendu, parfois imprécis, de ce chef de nullité dans les tribunaux de première instance. Le canon 1095 distingue clairement trois types d'incapacité à consentir : (1) l'absence suffisante de l'usage de la raison ; (2) le grave défaut de discrétion de jugement ; (3) l'incapacité d'assumer les obligations conjugales en raison de troubles psychiques. Les deux premiers relèvent de la sphère subjective (intelligence et volonté), tandis que le troisième concerne l'objet de l'engagement et la capacité concrète de vivre les obligations conjugales. Dans ce dernier cas, il s'agit de vérifier si le sujet est véritablement disposé à assumer de manière stable ces obligations, réalisant ainsi la dimension "in facto esse" du mariage [Sentence, § 4].

La discrétion de jugement requiert une compréhension critique de l'objet du consentement et une liberté intérieure réelle dans le choix du mariage. Comme l'a souligné le cardinal Mario Francesco Pompedda, « la formule utilisée dans le canon adopte presque formellement un concept -pourrait-on dire- mathématique, en établissant un principe de proportionnalité entre l'acte psychologique qu'est le consentement (intelligence - volonté - affectivité) et son objet, à savoir le mariage (droits - devoirs essentiels) » (M. F. Pompedda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, in AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Padoue, Cedam, 1984, p. 49). Saint Jean-Paul II, dans son allocution à la Rote romaine du 5 février 1987, a rappelé que l'échec du mariage ne constitue pas, en soi, une preuve d'incapacité originelle. Les raisons de l'échec conjugal peuvent être dues à un manque d'acceptation des limites, à des blocages inconscients, à des pathologies légères non invalidantes ou à des déficiences d'ordre moral, sans que cela n'implique nécessairement l'invalidité du consentement [Sentence, § 5].

L'expertise est indispensable dans les cas douteux. Les experts doivent déterminer la présence éventuelle de troubles psychiques, leur nature, leur

origine, leur gravité, leur caractère curable, le moment de leur apparition et les éléments cliniques pertinents. Toutefois, la décision sur la validité ou la nullité du mariage ne relève pas de l'expert, mais uniquement du juge, à qui il appartient de confronter l'apport scientifique à l'analyse juridique et à l'ensemble des éléments du dossier [Sentence, § 6].

Sur la simulation totale du consentement (can. 1101 § 2 CIC). Le consentement matrimonial est un acte de la volonté (cf. can. 1057) et, à ce titre, peut être vicié par la volonté même du contractant, lorsque ce dernier exclut l'objet de son engagement : le mariage dans son ensemble, l'une de ses propriétés essentielles (unité, indissolubilité, ouverture à la procréation) ou un élément constitutif du pacte conjugal (cf. can. 1101 § 2). Pour que la nullité soit reconnue au titre de la simulation, il faut établir l'existence d'un *actus positivus voluntatis*, c'est-à-dire d'un acte réel, volontaire et délibéré d'exclusion du consentement. Cette positivité suppose trois éléments : que l'acte provienne de la volonté ; qu'il y ait une détermination concrète et une application de cette volonté à l'acte juridique envisagé ; et que l'acte ait été effectivement posé (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Naples, 1973, p. 56).

L'acte simulatif peut être explicite ou implicite, actuel ou virtuel. Un acte implicite d'exclusion existe lorsque la volonté du contractant, de manière directe et immédiate, exclut le mariage lui-même ou l'une de ses propriétés essentielles (Coram Staffa, sentence du 21 mai 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). Il ne faut cependant pas confondre cet acte avec la volonté présumée : dans ce cas, la volonté d'exclure n'est présente ni avant ni pendant le consentement, ce qui rend la simulation inexistante. On lui oppose ce que l'on appelle la « volonté négative » ou, plus exactement, « l'inertie de la volonté », lorsque le sujet ne s'est nullement interrogé sur ce qu'il était en train de contracter (Coram Pompedda, sentence du 22 octobre 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2) [Sentence, § 7].

De même, la « volonté habituelle », c'est-à-dire une erreur mentale non traduite en acte volontaire concret, ne saurait affecter la validité du consentement. Une simple adhésion intérieure à une idéologie favorable au divorce ou une critique à l'encontre de l'exigence d'indissolubilité du lien conjugal ne constitue pas une simulation juridiquement pertinente.

Pas davantage les opinions personnelles exprimées dans un cadre informel, même de manière répétée, ne peuvent suffire à prouver une simulation si elles ne sont pas corroborées par des éléments objectifs, sérieux et concordants (Coram Funghini, sentence du 7 juillet 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2). Il est néanmoins certain que, parmi les causes possibles d'exclusion du consentement, il faut prendre soigneusement en compte la personnalité du simulateur. Celle-ci peut se manifester de manière indirecte, par un langage équivoque, des allusions à des situations conjugales particulières, une hostilité manifeste à l'égard du conjoint ou des conflits liés aux motifs de la séparation (Coram Serrano Ruiz, sentence du 15 janvier 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5) [Sentence, § 8].

Español

Sobre el grave defecto de discreción de juicio (can. 1095, n. 2 CIC). La validez del matrimonio exige que los contrayentes posean una madurez física, psíquica y jurídica suficiente. En particular, se requiere que dispongan de una discreción de juicio adecuada, proporcionada a la gravedad del compromiso matrimonial, así como de la capacidad para asumir los derechos y deberes esenciales propios del vínculo conyugal. Esta condición constituye expresión del don recíproco y personal que da origen al matrimonio-sacramento (cf. can. 1055 §1 y 1057 §2). La ausencia de una discreción de juicio suficiente, tal como establece el canon 1095, n. 2, da lugar a una incapacidad jurídica para contraer válidamente matrimonio. Dicha incapacidad se presenta cuando la persona no es capaz de valorar, con la madurez necesaria y con libertad interior auténtica, el significado de los compromisos conyugales, ni de orientar eficazmente su voluntad hacia una elección definitiva [Sentencia, § 3].

La jurisprudencia observa un uso amplio, y en ocasiones impreciso, de este motivo de nulidad en los tribunales eclesiásticos de primera instancia. El canon 1095 distingue con claridad tres supuestos de incapacidad consensual: (1) carencia suficiente del uso de razón; (2) grave defecto de discreción de juicio; (3) incapacidad para asumir las obligaciones esenciales del matrimonio por causas de índole psíquica. Los dos primeros supuestos se refieren al ámbito subjetivo (inteligencia y voluntad), mientras que

el tercero concierne al objeto del consentimiento y a la capacidad concreta para asumir y vivir dichas obligaciones. En este último caso, debe verificarse si el sujeto estaba efectivamente dispuesto a asumir de forma estable tales compromisos, dando cumplimiento real a la dimensión “in facto esse” del matrimonio [Sentencia, § 4].

La discreción de juicio implica tanto un conocimiento crítico del objeto del consentimiento como una auténtica libertad interior en la decisión matrimonial. Como señaló el cardenal Mario Francesco Pompedda, «la fórmula utilizada por el canon asume casi formalmente un concepto -odríamos decir- matemático, en la medida en que establece el principio de proporcionalidad entre el acto psicológico que constituye el consentimiento (inteligencia - voluntad - afectividad) y su objeto, es decir, el matrimonio (derechos - deberes esenciales)» (M. F. Pompedda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, en AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Padua, Cedam, 1984, p. 49). San Juan Pablo II, en su alocución a la Rota Romana del 5 de febrero de 1987, advirtió que el fracaso matrimonial no constituye, por sí mismo, prueba de una incapacidad originaria. Las causas del colapso conyugal pueden estar vinculadas a una escasa aceptación de los límites, a bloqueos de orden inconsciente, a patologías leves que no afectan sustancialmente la libertad, o a deficiencias de carácter moral, sin que ello implique automáticamente la invalidez del consentimiento [Sentencia, § 5].

La intervención pericial resulta esencial en los casos en que subsisten dudas. Los peritos deben determinar la existencia de trastornos psíquicos, su naturaleza, origen, gravedad, posibilidad de tratamiento, momento de aparición y otros elementos clínicos relevantes. Sin embargo, la decisión sobre la validez o invalidez del matrimonio no corresponde al perito, sino únicamente al juez, a quien incumbe integrar el dictamen técnico con el análisis jurídico y la valoración crítica de las pruebas procesales [Sentencia, § 6].

Sobre la simulación total del consentimiento (can. 1101 § 2 CIC). El consentimiento matrimonial es un acto de la voluntad (cf. can. 1057) y, en cuanto tal, puede verse viciado por la voluntad misma del contrayente, cuando éste excluye el objeto del consentimiento, es decir, el matrimonio

en su totalidad, alguna de sus propiedades esenciales (unidad, indisolubilidad, apertura a la prole), o un elemento constitutivo del pacto conyugal (cf. can. 1101 § 2). Para que pueda declararse la nulidad bajo el título de simulación, se requiere la prueba de un *actus positivus voluntatis*, es decir, de un acto real, voluntario y deliberado de exclusión del consentimiento. Esta positividad implica tres condiciones: que la fuente del acto sea la voluntad; que haya una determinación concreta y una aplicación voluntaria al acto jurídico a realizar; y que dicho acto se haya llevado efectivamente a cabo (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Nápoles, 1973, p. 56). El acto simulado puede ser expreso o implícito, actual o virtual. Existe un acto implícito de exclusión cuando la voluntad del contrayente, de manera directa e inmediata, excluye el matrimonio mismo o alguna de sus propiedades esenciales (Coram Staffa, sentencia del 21 de mayo de 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). Sin embargo, dicho acto no debe confundirse con la llamada voluntad presunta: en este último caso, la voluntad de excluir no está presente ni antes ni durante el consentimiento, por lo que la simulación no se configura. Frente a ello, se habla de “voluntad negativa” o, más propiamente, de “inercia de la voluntad”, cuando el sujeto no ha reflexionado en absoluto sobre aquello que estaba asumiendo (Coram Pompedda, sentencia del 22 de octubre de 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2) [Sentencia, § 7].

Asimismo, la llamada “voluntad habitual”, es decir, un error persistente en el intelecto no traducido en un acto volitivo concreto, carece de relevancia para la validez del consentimiento. La simple adhesión interior a una ideología favorable al divorcio, o la crítica hacia las exigencias de la indisolubilidad matrimonial, no constituyen por sí mismas una simulación jurídicamente relevante. Tampoco pueden considerarse prueba suficiente de un consentimiento simulado las opiniones personales expresadas en ambientes informales, incluso reiteradamente, si no van acompañadas de elementos objetivos y consistentes (Coram Funghini, sentencia del 7 de julio de 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2). Es evidente, sin embargo, que entre las posibles causas de exclusión del consentimiento debe tenerse en cuenta, con particular atención, la personalidad del simulante. Esta puede manifestarse de forma indirecta, a través de un lenguaje ambiguo, de alusiones a circunstancias matrimoniales concretas, de hostilidad

marcada hacia el cónyuge o de conflictos relacionados con las causas de la separación (Coram Serrano Ruiz, sentencia del 15 de enero de 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5) [Sentencia, § 8].

English

On the Grave Lack of Discretion of Judgment (can. 1095, n. 2 CIC). The validity of marriage requires that the spouses possess sufficient physical, psychological, and juridical maturity. Specifically, they must have a proper discretion of judgment, proportionate to the matrimonial commitment, along with the capacity to assume the essential rights and obligations inherent to the conjugal bond. This requirement reflects the mutual and personal self-gift that constitutes the essence of the marriage-sacrament (cf. can. 1055 §1 and 1057 §2). A grave lack of discretion of judgment, as provided for in canon 1095, n. 2, constitutes a juridical incapacity to validly contract marriage. Such incapacity exists when the individual is unable, due to insufficient maturity and interior freedom, to evaluate the significance of conjugal obligations and to direct his or her will effectively toward a definitive and irrevocable choice [Sentence, § 3].

Canon law jurisprudence has observed that this ground of nullity is invoked widely -sometimes imprecisely- in first instance tribunals. Canon 1095 distinguishes three forms of consensual incapacity: (1) lack of sufficient use of reason; (2) grave lack of discretion of judgment; and (3) incapacity to assume the essential obligations of marriage due to psychological causes. The first two cases concern the subjective faculties of the person (intellect and will), while the third pertains to the object of the consent and the concrete ability to live out the obligations of married life. In this last case, the focus is on determining whether the individual was truly disposed to assume such obligations in a stable and enduring manner, thereby giving real existence to the “in facto esse” dimension of marriage [Sentence, § 4].

Discretion of judgment entails a critical understanding of the object of consent and an authentic interior freedom in choosing marriage. As Cardinal Mario Francesco Pompedda noted, «the formula used in

the canon almost formally expresses what we might call a mathematical concept, in that it affirms the principle of proportionality between the psychological act of consent (intellect - will - affectivity) and its object, namely, marriage (essential rights and obligations)» (M. F. Pompèdda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, in AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Padua, Cedam, 1984, p. 49). Saint John Paul II, in his Address to the Roman Rota on 5 February 1987, warned that the failure of a marriage does not in itself constitute evidence of original incapacity. The causes of marital breakdown may lie in a lack of acceptance of limitations, in unconscious psychological blocks, in minor pathologies that do not compromise personal freedom, or in moral deficiencies - none of which, in and of themselves, necessarily imply the invalidity of consent [Sentence, § 5].

Expert testimony is essential in cases where doubt remains. Experts must clarify the presence of any psychological disorder, its nature, origin, severity, potential for treatment, the time of onset, and all clinically relevant indicators. Nonetheless, the decision concerning the validity or nullity of marriage does not rest with the expert, but exclusively with the judge, who must integrate the expert's scientific findings with canonical legal analysis and a critical evaluation of the evidence in the case file [Sentence, § 6].

On Total Simulation of Consent (can. 1101 § 2 CIC). Matrimonial consent is an act of the will (cf. can. 1057). As such, it may be vitiated by the will itself, when a party deliberately excludes the object of consent - namely, marriage itself, one of its essential properties (unity, indissolubility, openness to offspring), or an essential element of the matrimonial covenant (cf. can. 1101 § 2). For nullity to be established on the grounds of simulation, it is necessary to prove the existence of a *positivus actus voluntatis*, that is, a real, voluntary, and deliberate act of exclusion. Such an act requires three conditions: that it originates in the will; that it involves a concrete determination and application of the will to the juridical act; and that it is actually carried out (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Naples, 1973, p. 56). A simulated act may be explicit or implicit, actual or virtual. An implicit act of exclusion occurs when

the will of the contracting party directly and immediately excludes the marriage itself or one of its essential properties (Coram Staffa, decision of 21 May 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). However, this must not be confused with presumed will: in such cases, the will to exclude is not present either before or during the act of consent, making simulation legally nonexistent. This is distinct from what is termed “negative will” or, more precisely, “inertia of the will,” which occurs when the party has not meaningfully reflected on what they are undertaking (Coram Pompedda, decision of 22 October 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2) [Sentence, § 7].

Likewise, so-called “habitual will” -a mental attitude not translated into a concrete volitional act- is irrelevant for the validity of consent. A mere internal adherence to an ideology favoring divorce, or a critical stance toward the requirement of indissolubility, does not by itself constitute juridically relevant simulation. Nor can informally expressed personal opinions, even if repeated, be considered sufficient evidence of simulation unless supported by serious and objective elements (Coram Funghini, decision of 7 July 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2). Nevertheless, among the factors that may indicate exclusion of consent, special attention must be given to the personality of the alleged simulator. This may manifest indirectly through ambiguous language, references to specific matrimonial circumstances, marked hostility toward the spouse, or conflict related to the motives for separation (Coram Serrano Ruiz, decision of 15 January 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5) [Sentence, § 8].

Política Editorial / Editorial Policy

MISSÃO

A Revista *Scientia Canonica* é uma publicação semestral do Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina (ISDCSC), em versão impressa e digital, destinada à divulgação da pesquisa em Direito Canônico mediante a publicação de trabalhos inéditos e originais que apresentem resultados de pesquisa bibliográfica.

Para compor as edições da revista, serão aceitos trabalhos nos seguintes gêneros: artigos científicos, ensaios, resenhas, resumos estendidos de teses e dissertações, comunicações e traduções.

ADMISSÃO E AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

- a) Os trabalhos com vistas à publicação na *Scientia Canonica* deverão ser redigidos em idioma português, espanhol, italiano, francês ou inglês, em consonância com as especificações da seção Diretrizes para Autores (a seguir), em arquivo virtual sob formato “.doc”, e enviados para o e-mail: <revista@isdsc.org.br>.
- b) Omitida a identificação autoral, os trabalhos serão enviados a dois revisores, membros do Conselho Editorial (sistema *Double Blind Review*). Os pareceres poderão ser positivos, o que autoriza a publicação; positivos sob condição, isto é, desde que o autor faça as correções e/ou complementações indicadas; ou negativos, pela não publicação. Apenas um parecer negativo ensejará a avaliação de um terceiro revisor; dois pareceres negativos inviabilizarão a publicação.
- c) Os autores serão comunicados do recebimento de seus trabalhos em até 8 dias desde a submissão à revista e sobre a avaliação de seus textos em até 90 dias.

- d) A publicação de trabalhos na Revista *Scientia Canonica* não será remunerada.
- e) O ato de envio de um trabalho à Revista *Scientia Canonica* implicará automaticamente a cessão dos direitos autorais a ele referentes em favor da revista. Todavia, a responsabilidade sobre o conteúdo de cada texto publicado continuará a ser única e inteiramente de seu autor.
- f) Caso faça uso de imagens protegidas por direitos autorais, o autor do trabalho deverá providenciar e encaminhar à revista, junto com seu texto, as autorizações para veiculação dessas imagens.
- g) Imagens, tabelas, gráficos e similares não poderão ocupar mais de 25% do total de cada trabalho.
- h) Em pesquisas envolvendo seres vivos, o trabalho deve ser aprovado pelo comitê de ética em pesquisa ou equivalente da instituição na qual a pesquisa foi realizada e cumprir os princípios éticos contidos na legislação brasileira em vigor.

DIRETRIZES PARA AUTORES

Artigos Científicos

Artigo é o resultado de uma pesquisa realizada com método científico e submetido à análise de pesquisadores com a finalidade de desenvolver a ciência canônica. Gênero reservado a pesquisadores com título de doutorado.

- a) **Número de páginas:** entre 15 e 25 laudas (cerca de 37.500 a 62.500 caracteres com espaços).
- b) **Fonte e entrelinhas:** *Times New Roman*, tamanho 12, com espaçamento entre linhas de 1,5.
- c) **Nome do(s) autor(es):** abaixo do título do artigo e com uma nota de rodapé contendo o currículo em até cinco linhas.
- d) **Resumo e palavras-chave:** contendo de 100 a 150 palavras (cerca de 600 a 1.000 caracteres com espaços). Na sequência, a versão em inglês, isto é, *abstract* e *keywords*.

- e) **Corpo do texto (desenvolvimento):** justificado, parágrafos com recuo da primeira linha. Títulos de livros escritos no corpo de texto devem vir destacados por itálico. Ex.: Como prescreve o *Código de Direito Canônico* em vigor, (...)

Ensaaios

Expressão de maturidade intelectual de um pesquisador sênior sem a obrigatoriedade de se reportar diretamente à bibliografia especializada. Gênero reservado a pesquisadores com título de doutorado e experiência na área de atuação. Seguem a mesma formatação para artigos científicos (acima), ressaltados:

- a) **Número de páginas:** entre 10 e 20 laudas (cerca de 25.000 a 50.000 caracteres com espaços).
b) **Resumo e palavras-chave:** não há.

Resenhas

Expressão crítica sobre lançamentos bibliográficos limitados aos últimos cinco anos. Gênero que admite pesquisadores com título de especialização, mestrado ou doutorado.

- a) **Número de páginas:** até 5 laudas (cerca de 12.500 caracteres com espaços).
b) **Título:** a referência completa da obra resenhada.

Resumos estendidos de Teses e Dissertações

Resultado de pesquisa acadêmica amparada diretamente em bibliografia especializada. Gênero reservado a pesquisadores com título de mestrado ou doutorado que exponham sua própria tese ou dissertação.

- a) **Número de páginas:** até 5 laudas (cerca de 12.500 caracteres com espaços).

Comunicações

Síntese de eventos acadêmicos, textos breves apresentados em eventos acadêmicos, reflexões temáticas curtas e variadas, entrevistas etc. Gênero que admite pesquisadores com título de especialização, mestrado ou doutorado.

- a) **Número de páginas:** entre 5 e 10 laudas (cerca de 12.500 a 25.000 caracteres com espaços).

Traduções

Texto vertido de qualquer idioma estrangeiro, clássico ou moderno, para um dos idiomas usados na revista (português, espanhol, italiano, francês ou inglês). Gênero que admite pesquisadores com título de especialização, mestrado ou doutorado.

- a) **Número de páginas:** entre 10 e 20 laudas (cerca de 25.000 a 50.000 caracteres com espaços).

MODELOS DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – PADRÃO ABNT

Livro no todo

PONTES, B. R. *Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.

Capítulos de Livros

BUCII, E.; KEHL, M. R. Videologias: ensaios sobre televisão. In: KEHL, M. R. *O espetáculo como meio de subjetivação*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 42-62.

Livro em meio eletrônico

ASSIS, M. de. *A mão e a luva*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <[HTTP://machado.mec.gov.br/imagens/stories/pdf/romance/marm02.pdf](http://machado.mec.gov.br/imagens/stories/pdf/romance/marm02.pdf)> Acesso em: 12 jan. 2011.

Artigos em periódicos impressos

SCHUELTER, C. C. Trabalho voluntário e extensão universitária. *Episteme*, Tubarão, v. 9, n. 27, p. 217-236, mar./out. 2002.

Artigos em periódicos eletrônicos

PIZZORNO, A. C. P. et al. Metodologia utilizada pela biblioteca universitária da UNISUL para registro de dados bibliográficos, utilizando o formato MARC 21. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 143-158, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=209&layout=abstract>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

Publicações em Anais

PASCHOALE, C. Alice no país da geologia e o que ela encontrou lá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 33. 1984. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, SBG, 1984. v. 11, p. 5242-5249.

Jornal

ALVES, M. M. Venda da indústria cai pelo quarto mês. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 7 dez. 2005. Economia, p. 13-14.

Site

XAVIER, A. *Depressão: será que eu tenho?* Disponível em: <<http://www.psicologiaaplicada.com.br/depressao-tristeza-desanimo.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

Verbetes

TURQUESA. In: GRANDE Enciclopédia Barsa. São Paulo: Barsa Planeta Internacional, 2005. p. 215.

